



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/3549/2022	23/12/2022	Sai-AP/2023/12	24/01/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 520/XII (PS) – “O Governo Regional está a acautelar o impacto para as empresas e famílias dos Açores das alterações no sistema de comércio de licenças de emissão nos setores da aviação e do transporte marítimo?”, apresentado pelos Senhores Deputados Andreia Costa, Sandra Faria, Carlos Silva e José Manuel Ávila, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Andreia Costa, Sandra Faria, Carlos Silva e José Manuel Ávila, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1. O Governo dos Açores participou no processo de consulta pública sobre a revisão do sistema de comércio de emissões, promovido pela Comissão Europeia? Se sim, solicita-se cópia dos termos dessa participação.

O Governo Regional dos Açores participou numa consulta pública sobre a matéria em apreço, a saber:

1 - Alterações climáticas – atualização do regime de comércio de licenças de emissão da União Europeia (RCLE) (europa.eu)

O questionário submetido neste âmbito encontra-se no Anexo 1.



2. Que diligências foram feitas pelo Governo Regional, junto das instituições europeias, e em particular do Parlamento Europeu e Conselho, para informar e esclarecer sobre o impacto do fim das derrogações existentes nos sectores da aviação e dos transportes marítimos, já em 2024, e posteriormente em 2030, em regiões com as especificidades dos Açores? Solicita-se cópia de eventuais comunicações ou pareceres enviados às entidades europeias responsáveis, bem como registo dos eventuais encontros tidos a este respeito com responsáveis comunitários.

No que respeita ao limite temporal de 2030, importa desde já referir que o "Objetivo 55" (ou Pacote Fit for 55) diz respeito à meta da União Europeia para a redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030.

Foram vários os momentos e diligências do Governo dos Açores neste âmbito, conforme descritivo infra:

- 1 – Contributo da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) Anexo à Declaração Final da XXVI CPRUP, de novembro de 2021 (Anexo 2);
- 2 - Documento de Posição Comum dos 3 Estados Membros e das 9 Regiões Ultraperiféricas, de 19 janeiro 2022, (Anexo 3);
- 3 – Carta Conferência de Presidentes das RUP endereçada ao Parlamento Europeu (Anexo 4);
- 4 - Propostas de alteração apresentadas no âmbito da CPRUP ao Pacote FIT 55 (Anexo 5);
- 5 - Comunicado da Conferência Ministerial das RUP, 17 a 19 de maio 2022, em Fort de France, sob a Presidência da Martinica (Anexo 6);
- 6 - Projeto de Parecer do Comité das Regiões sobre a Comunicação sobre "Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE" do Relator Pedro de Faria e Castro, de novembro 2022 (Anexo 7).



3 - Que diligências foram efetuadas junto do Governo da República para os mesmos efeitos? Solicita-se cópia de eventuais comunicações.

O Presidente do Governo Regional remeteu, no passado dia 11 de julho de 2022, ao Senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, carta sobre a presente matéria (Anexo 8).

Ainda no passado dia 29 de dezembro de 2022 a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas endereçou várias cartas às seguintes entidades (Anexo 9):

- Comissão Europeia da Coesão e Reformas;
- Comissário Europeu responsável pelo Ambiente, Oceanos e Pescas;
- Chefe da Delegação do PSD no Parlamento Europeu;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Ministro do Ambiente e Alterações Climáticas;
- Ministro das Infraestruturas;
- Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Ainda em sede de Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE – órgão que visa o estabelecimento de orientações concertadas e de definição das posições portuguesas junto das diferentes instituições da UE), a Região solicitou não só a derrogação para os transportes (aéreos e marítimos) entre as RUP e todo o território do respetivo Estado-Membro, mas também entre as RUP e territórios do Espaço Económico Europeu. Ademais, solicitou ainda que o fosse excluído do texto do diploma a limitação temporária de 2030 (Anexo 10).

4 - Quais os impactos previstos com a entrada em vigor do novo sistema, já a 1 de janeiro de 2024, e quais as previsões para os efeitos que ocorrerão em resultado da eliminação total da derrogação em 2030?

O impacto previsto com a entrada em vigor do novo sistema, quer seja em 1 de janeiro de 2024, quer seja com o fim da derrogação prevista em 2030, é de que os Açores passarão a ser servidos por aeronaves com maior e melhor eficiência energética, indo ao encontro da regulamentação europeia em vigor desde janeiro de 2005.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

5 - Que medidas pretende o Governo Regional implementar para mitigar os efeitos da implementação dessa nova regulamentação, junto das empresas e famílias açorianas?

Tratando-se de uma regulamentação aplicável a toda a União Europeia, os efeitos deverão ser vistos como uma oportunidade de criação de riqueza e de novos negócios com vista à descarbonização, sendo certo que a Região Autónoma dos Açores pretende continuar a ser reconhecida mundialmente como um destino sustentável.

6 - Atendendo que as receitas dos leilões ao abrigo do regime ETS revertem para os Estados-membro, que medidas advogou o Governo dos Açores para uma captação das mesmas em prol dos Açores? Solicita-se cópia dessas eventuais diligências.

As receitas dos leilões de ETS reverterão para o Fundo Ambiental, fundo este que já transfere para a Região Autónoma dos Açores verbas relacionadas com projetos privados e públicos que se enquadram nas normas e metas a atingir no âmbito do ambiente.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS
DE FREITAS**
Data: 2023.01.24 14:51:56-01'00'



De: DIGIT-EUSURVEY@nomail.ec.europa.eu
Enviado: 4 de fevereiro de 2021 12:18
Para: Francisco JS. Tavares
Assunto: Copy of your PDF contribution
Anexos: Contribution9c7849e4-0765-4f3d-a4e9-2895ceed381c.pdf



Dear EUSurvey user,

A PDF copy of your contribution to survey '**Uppdatering av EU:s utsläppshandelssystem**' has been created and is attached to this email.

Your EUSurvey team

Need more information?



Online help & documentation



<https://ec.europa.eu/eusurvey/>



Please consider the environment before printing this mail.

EUSurvey is supported by the European Commission's [ISA² programme](#), which promotes interoperability solutions for European public administrations.

Updating the EU Emissions Trading System

Fields marked with * are mandatory.

Introduction

The [European Green Deal](#), adopted by the Commission in December 2019, has tackling climate change and reaching the objectives of the Paris Agreement and other environmental issues (including addressing air pollution) at its core. The [2050 climate neutrality objective, which the Commission proposed in 2018](#) and the [European Council](#) and [Parliament](#) endorsed, is one of its central elements. [The Commission has proposed to enshrine climate neutrality into EU law](#). In order to set the EU on a sustainable path to achieve climate neutrality by 2050, the Commission has proposed in the Communication on stepping up the [EU's 2030 climate ambition](#) an EU-wide, economy-wide net greenhouse gas emissions reduction target of at least 55% in 2030 (compared to 1990).

Building on the existing 2030 legislation and the Communication on stepping up the EU's 2030 climate ambition, the Commission will review and propose to revise, where necessary, the key relevant legislation by June 2021. This will include a coherent set of changes to, notably, the EU Emissions Trading System Directive, the Effort Sharing Regulation and the Land Use, Land Use Change and Forestry (LULUCF) Regulation, CO₂ Emissions Performance Standards for Cars and Vans and, the Renewable Energy Directive and the Energy Efficiency Directive.

This consultation focuses on the [EU Emissions Trading System \(EU ETS\)](#), a key tool for reducing greenhouse-gas emissions and achieving the EU's climate targets. The EU ETS is a cap-and-trade system that currently governs 41% of the EU's emissions, covering power and heat generation, energy-intensive industrial sectors and aviation within the European Economic Area and to/from Switzerland. The Communication on stepping up the EU's 2030 climate ambition explicitly indicates the need to revise the EU ETS in light of the aforementioned more ambitious target. This includes the extension of the EU ETS to new sectors, such as the maritime sector, which is a sector that requires a basket of measures to ensure its fair contribution to the climate neutrality goal by 2050. Furthermore, emissions trading system could be expanded to road transport and buildings, and potentially all fossil fuel use.

This public consultation invites citizens and organisations to contribute to the assessment of how to translate the increased EU 2030 emission reduction ambition into an upgraded, more ambitious, workable and realistic ETS. The results of the consultation (which will be summarised and published) will inform the Impact Assessment, accompanying the Commission proposal for revising the ETS. There are additional parallel public consultations on the review of the LULUCF Regulation, of the CO₂ Emissions Performance Standards for Cars and Vans and of the Effort Sharing Regulation.

Guidance on the questionnaire

This public consultation consists of some introductory questions related to your profile, followed by a questionnaire. **Please note that you are not obliged to respond to all questions in the questionnaire.**

The Commission already held an [open public consultation on the 2030 Climate Target Plan](#), which was open for 12 weeks from 31 March to 23 June 2020. Many high-level questions related to the increased climate ambition were asked in the context of that consultation. **The present questionnaire therefore focuses on more specialised and detailed questions on the ETS design required to best achieve the revised target.**

At the end of the questionnaire, you are invited to provide any additional comments and to upload additional information, position papers or policy briefs that express the position or views of yourself or your organisation.

The results of the questionnaire as well as the uploaded position papers and policy briefs will be published online. Please read the specific privacy statement attached to this consultation informing on how personal data and contributions will be dealt with.

In the interest of transparency, if you are replying on behalf of an organisation, please register with the register of interest representatives if you have not already done so. Registering commits you to complying with a Code of Conduct. If you do not wish to register, your contribution will be treated and published together with those received from individuals.

About you

* Language of my contribution

- ☐ Bulgarian
- ☐ Croatian
- ☐ Czech
- ☐ Danish
- ☐ Dutch
- ☐ English
- ☐ Estonian
- ☐ Finnish
- ☐ French
- ☐ German
- ☐ Greek
- ☐ Hungarian
- ☐ Irish
- ☐ Italian

- ☐ Latvian
- ☐ Lithuanian
- ☐ Maltese
- ☐ Polish
- ☒ Portuguese
- ☐ Romanian
- ☐ Slovak
- ☐ Slovenian
- ☐ Spanish
- ☐ Swedish

* I am giving my contribution as

- ☐ Academic/research institution
- ☐ Business association
- ☐ Company/business organisation
- ☐ Consumer organisation
- ☐ EU citizen
- ☐ Environmental organisation
- ☐ Non-EU citizen
- ☐ Non-governmental organisation (NGO)
- ☒ Public authority
- ☐ Trade union
- ☐ Other

* First name

Franciscoq

* Surname

Tavares

* Email (this won't be published)

[REDACTED]

* Scope

- ☐ International

- ☐ Local
- ☐ National
- ☒ Regional

* Organisation name

255 character(s) maximum

Governo Regional dos Açores, Secretaria Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas

* Organisation size

- ☐ Micro (1 to 9 employees)
- ☐ Small (10 to 49 employees)
- ☐ Medium (50 to 249 employees)
- ☒ Large (250 or more)

Transparency register number

255 character(s) maximum

Check if your organisation is on the [transparency register](#). It's a voluntary database for organisations seeking to influence EU decision-making.

* Country of origin

Please add your country of origin, or that of your organisation.

- | | | | |
|--------------------------------------|--|-------------------------------------|--|
| <input type="radio"/> Afghanistan | <input type="radio"/> Djibouti | <input type="radio"/> Libya | <input type="radio"/> Saint Martin |
| <input type="radio"/> Åland Islands | <input type="radio"/> Dominica | <input type="radio"/> Liechtenstein | <input type="radio"/> Saint Pierre and Miquelon |
| <input type="radio"/> Albania | <input type="radio"/> Dominican Republic | <input type="radio"/> Lithuania | <input type="radio"/> Saint Vincent and the Grenadines |
| <input type="radio"/> Algeria | <input type="radio"/> Ecuador | <input type="radio"/> Luxembourg | <input type="radio"/> Samoa |
| <input type="radio"/> American Samoa | <input type="radio"/> Egypt | <input type="radio"/> Macau | <input type="radio"/> San Marino |
| <input type="radio"/> Andorra | <input type="radio"/> El Salvador | <input type="radio"/> Madagascar | <input type="radio"/> São Tomé and Príncipe |
| <input type="radio"/> Angola | <input type="radio"/> Equatorial Guinea | <input type="radio"/> Malawi | <input type="radio"/> Saudi Arabia |
| <input type="radio"/> Anguilla | <input type="radio"/> Eritrea | <input type="radio"/> Malaysia | <input type="radio"/> Senegal |

- | | | | |
|------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|--|
| ○ Antarctica | ○ Estonia | ○ Maldives | ○ Serbia |
| ○ Antigua and Barbuda | ○ Eswatini | ○ Mali | ○ Seychelles |
| ○ Argentina | ○ Ethiopia | ○ Malta | ○ Sierra Leone |
| ○ Armenia | ○ Falkland Islands | ○ Marshall Islands | ○ Singapore |
| ○ Aruba | ○ Faroe Islands | ○ Martinique | ○ Sint Maarten |
| ○ Australia | ○ Fiji | ○ Mauritania | ○ Slovakia |
| ○ Austria | ○ Finland | ○ Mauritius | ○ Slovenia |
| ○ Azerbaijan | ○ France | ○ Mayotte | ○ Solomon Islands |
| ○ Bahamas | ○ French Guiana | ○ Mexico | ○ Somalia |
| ○ Bahrain | ○ French Polynesia | ○ Micronesia | ○ South Africa |
| ○ Bangladesh | ○ French Southern and Antarctic Lands | ○ Moldova | ○ South Georgia and the South Sandwich Islands |
| ○ Barbados | ○ Gabon | ○ Monaco | ○ South Korea |
| ○ Belarus | ○ Georgia | ○ Mongolia | ○ South Sudan |
| ○ Belgium | ○ Germany | ○ Montenegro | ○ Spain |
| ○ Belize | ○ Ghana | ○ Montserrat | ○ Sri Lanka |
| ○ Benin | ○ Gibraltar | ○ Morocco | ○ Sudan |
| ○ Bermuda | ○ Greece | ○ Mozambique | ○ Suriname |
| ○ Bhutan | ○ Greenland | ○ Myanmar /Burma | ○ Svalbard and Jan Mayen |
| ○ Bolivia | ○ Grenada | ○ Namibia | ○ Sweden |
| ○ Bonaire Saint Eustatius and Saba | ○ Guadeloupe | ○ Nauru | ○ Switzerland |
| ○ Bosnia and Herzegovina | ○ Guam | ○ Nepal | ○ Syria |
| ○ Botswana | ○ Guatemala | ○ Netherlands | ○ Taiwan |
| ○ Bouvet Island | ○ Guernsey | ○ New Caledonia | ○ Tajikistan |
| ○ Brazil | ○ Guinea | ○ New Zealand | ○ Tanzania |

<input type="radio"/> British Indian Ocean Territory	<input type="radio"/> Guinea-Bissau	<input type="radio"/> Nicaragua	<input type="radio"/> Thailand
<input type="radio"/> British Virgin Islands	<input type="radio"/> Guyana	<input type="radio"/> Niger	<input type="radio"/> The Gambia
<input type="radio"/> Brunei	<input type="radio"/> Haiti	<input type="radio"/> Nigeria	<input type="radio"/> Timor-Leste
<input type="radio"/> Bulgaria	<input type="radio"/> Heard Island and McDonald Islands	<input type="radio"/> Niue	<input type="radio"/> Togo
<input type="radio"/> Burkina Faso	<input type="radio"/> Honduras	<input type="radio"/> Norfolk Island	<input type="radio"/> Tokelau
<input type="radio"/> Burundi	<input type="radio"/> Hong Kong	<input type="radio"/> Northern Mariana Islands	<input type="radio"/> Tonga
<input type="radio"/> Cambodia	<input type="radio"/> Hungary	<input type="radio"/> North Korea	<input type="radio"/> Trinidad and Tobago
<input type="radio"/> Cameroon	<input type="radio"/> Iceland	<input type="radio"/> North Macedonia	<input type="radio"/> Tunisia
<input type="radio"/> Canada	<input type="radio"/> India	<input type="radio"/> Norway	<input type="radio"/> Turkey
<input type="radio"/> Cape Verde	<input type="radio"/> Indonesia	<input type="radio"/> Oman	<input type="radio"/> Turkmenistan
<input type="radio"/> Cayman Islands	<input type="radio"/> Iran	<input type="radio"/> Pakistan	<input type="radio"/> Turks and Caicos Islands
<input type="radio"/> Central African Republic	<input type="radio"/> Iraq	<input type="radio"/> Palau	<input type="radio"/> Tuvalu
<input type="radio"/> Chad	<input type="radio"/> Ireland	<input type="radio"/> Palestine	<input type="radio"/> Uganda
<input type="radio"/> Chile	<input type="radio"/> Isle of Man	<input type="radio"/> Panama	<input type="radio"/> Ukraine
<input type="radio"/> China	<input type="radio"/> Israel	<input type="radio"/> Papua New Guinea	<input type="radio"/> United Arab Emirates
<input type="radio"/> Christmas Island	<input type="radio"/> Italy	<input type="radio"/> Paraguay	<input type="radio"/> United Kingdom
<input type="radio"/> Clipperton	<input type="radio"/> Jamaica	<input type="radio"/> Peru	<input type="radio"/> United States
<input type="radio"/> Cocos (Keeling) Islands	<input type="radio"/> Japan	<input type="radio"/> Philippines	<input type="radio"/> United States Minor Outlying Islands
<input type="radio"/> Colombia	<input type="radio"/> Jersey	<input type="radio"/> Pitcairn Islands	<input type="radio"/> Uruguay
<input type="radio"/> Comoros	<input type="radio"/> Jordan	<input type="radio"/> Poland	<input type="radio"/> US Virgin Islands
<input type="radio"/> Congo	<input type="radio"/> Kazakhstan	<input checked="" type="radio"/> Portugal	<input type="radio"/> Uzbekistan

- | | | | |
|--|----------------------------------|---|---|
| <input type="radio"/> Cook Islands | <input type="radio"/> Kenya | <input type="radio"/> Puerto Rico | <input type="radio"/> Vanuatu |
| <input type="radio"/> Costa Rica | <input type="radio"/> Kiribati | <input type="radio"/> Qatar | <input type="radio"/> Vatican City |
| <input type="radio"/> Côte d'Ivoire | <input type="radio"/> Kosovo | <input type="radio"/> Réunion | <input type="radio"/> Venezuela |
| <input type="radio"/> Croatia | <input type="radio"/> Kuwait | <input type="radio"/> Romania | <input type="radio"/> Vietnam |
| <input type="radio"/> Cuba | <input type="radio"/> Kyrgyzstan | <input type="radio"/> Russia | <input type="radio"/> Wallis and Futuna |
| <input type="radio"/> Curaçao | <input type="radio"/> Laos | <input type="radio"/> Rwanda | <input type="radio"/> Western Sahara |
| <input type="radio"/> Cyprus | <input type="radio"/> Latvia | <input type="radio"/> Saint Barthélemy | <input type="radio"/> Yemen |
| <input type="radio"/> Czechia | <input type="radio"/> Lebanon | <input type="radio"/> Saint Helena Ascension and Tristan da Cunha | <input type="radio"/> Zambia |
| <input type="radio"/> Democratic Republic of the Congo | <input type="radio"/> Lesotho | <input type="radio"/> Saint Kitts and Nevis | <input type="radio"/> Zimbabwe |
| <input type="radio"/> Denmark | <input type="radio"/> Liberia | <input type="radio"/> Saint Lucia | |

Type of organisation (please select the option that fits best):

- ☐ Private enterprise
- ☐ Professional consultancy, law firm, self-employed consultant
- ☐ Trade, business or professional association
- ☐ Non-governmental organisation, platform or network
- ☐ Research and academia
- ☐ Social partners
- ☒ National, regional or local authority (mixed)
- ☐ Other

Please indicate the economic sector you are active in (as an individual or as an organisation)

- ☐ Agriculture, Hunting and Forestry
- ☐ Financial Intermediation
- ☐ Fishing
- ☐ Real Estate, Renting and Business Activities
- ☐ Mining and Quarrying

- ☐ Public Administration and Defence
- ☐ Manufacturing
- ☐ Education
- ☐ Electricity, Gas and Water Supply
- ☐ Health and Social Work
- ☐ Construction
- ☐ Other Community, Social and Personal Services
- ☐ Wholesale and Retail Trade
- ☐ Activities of Private Households as Employers
- ☐ Hotels and Restaurants
- ☐ Extraterritorial Organisations and Bodies
- ☐ Transport, Storage and Communications
- ☐ Other

If you are a civil society organisation or a public administration, please indicate your main area of focus or your area of competence:

1000 character(s) maximum

*** Publication privacy settings**

The Commission will publish the responses to this public consultation. You can choose whether you would like your details to be made public or to remain anonymous.

☐ **Anonymous**

Only your contribution, country of origin and the respondent type profile that you selected will be published. All other personal details (name, organisation name and size, transparency register number) will not be published.

☒ **Public**

Your personal details (name, organisation name and size, transparency register number, country of origin) will be published with your contribution.

☒ I agree with the [personal data protection provisions](#)

A. The Contribution of EU ETS to the overall climate ambition for 2030

The Commission has proposed to increase the net economy-wide target to reduce greenhouse gas emissions ('GHG') domestically by at least 55% by 2030 compared to 1990. Currently, consistent with the EU-wide GHG emission reduction target of 40% in 2030 (compared to 1990), the ETS Directive puts a cap on emissions to ensure that the sectors covered by the EU ETS will reduce their emissions by 43%, as

compared to 2005, by 2030. To achieve the increased economy-wide target, also the ETS's contribution will have to be increased and changes to fundamental aspects of the EU ETS may be required, including the cap on emissions and the measures in place to protect against the risk of carbon leakage.

1. With the increased 2030 GHG reduction ambition of at least 55%, what should be the current EU ETS sectors' contribution to the increased 2030 target (i.e. without the accounting for the possible inclusion of new sectors)?

- ☐ The current ETS sectors should increase their current ETS contribution (compared to 2005) in line with the new target. Based on cost-efficiency considerations as calculated in the Impact Assessment accompanying the Communication on stepping up the EU's 2030 climate ambition ([table 26](#)), the current ETS sectors should contribute around -63% compared to 2005
- ☒ The contribution of the current ETS sectors should be more than what their potential for cost-efficient emissions reductions would indicate
- ☒ The contribution of the current ETS sectors should be more than 43% reductions (compared to 2005) but less than what their potential for cost-effective emissions reductions would indicate
- ☐ Other

2. A strengthened EU ETS 2030 ambition can be achieved through different combinations of policy options. Considering the current EU ETS sectors, please rate the following aspects in terms of relevance? Please rate from 1 (not important) to 5 (very important):

	1	2	3	4	5
Strengthen the cap through the increase of the linear reduction factor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Strengthen the cap through a one-off reduction ('rebasings the cap')	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
A combination of increasing the linear reduction factor and a one-off reduction	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cancelling allowances held in the Market Stability Reserve (MSR) [The Market Stability Reserve is further explained in section E of this survey]	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maintain the increased feeding rate of the MSR after 2023	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Early application of a strengthened cap (e.g. 2023 instead of later)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other, please specify in the box below	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. In view of a strengthened ETS cap and thus a decreasing absolute volume of allowances available for auctioning and free allocation, how should the total cap be divided?

- ☒ The current auction share of 57% should be maintained
- ☐ The auction share should be increased and free allocation decreased
- ☐ Other

B. Addressing the risk of carbon leakage

Current rules foresee the continuation of the free allocation until 2030 based on updated benchmark values. In the European Green Deal, the Commission announced it would propose, for selected sectors, a Carbon Border Adjustment Mechanism should differences in levels of ambition worldwide persist, as the EU increases its [climate ambition](#). Such measure would be an alternative to the measures that address the risk of carbon leakage in the EU's Emissions Trading System. Furthermore, an increased ambition for the EU ETS and hence a lower cap of allowances under the ETS would impact the amount of allowances available for free allocation in any case.

4. Do you believe the current carbon leakage framework addressing direct carbon costs, consisting of free allocation, should be maintained, amended or replaced? Multiple answers are possible

- ☐ The current carbon leakage protection framework should be maintained without changes
- ☐ The current carbon leakage protection framework should be modified by targeting the support even more to the sectors most at risk
- ☒ For selected sectors, the current carbon leakage framework should be replaced by a Carbon Border Adjustment Mechanism
- ☒ Free allocation should be made conditional to beneficiaries carrying out investments for reducing their GHG emissions
- ☐ Other measures to further incentivise GHG reductions should be introduced

EU ETS benchmark values reflect the average emission intensities of the 10% best installations covered by the ETS per product. These benchmark values will be updated for the periods 2021–2025 and 2026–2030 by considering the actual improvements of the installations' performances. However, the annual update rate is limited to a value between 0.2% and 1.6% per year. The annual update rate reflects the improvements in each sector between 2007–2008 and 2016–2017 and results in a reduction of the benchmarks applied for calculating the free allocation received by each installation.

5. In view of the likely lower amount of allowances available for free allocation, (due to increased ETS target) which of the following aspects in relation to the benchmark-based allocation do you consider most relevant? Please rate from 1 (not important) to 5 (very important):

	1	2	3	4	5
--	---	---	---	---	---

Modified method to determine benchmark values to ensure faster incorporation of innovation and technological progress (e.g. by not limiting the annual reduction rate for each benchmark when updating benchmark values)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Additional product benchmarks	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Revised definitions of product benchmarks to incentivise innovation	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Increased transparency regarding benchmark values and process via mandatory publication of underlying data by industry	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other, please specify in the box below	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Member States can compensate certain electro-intensive sectors for the indirect costs passed on through electricity prices (indirect cost compensation, the ETS Directive currently states that Member States should limit the amount they spend on indirect cost compensation to 25% of their auction revenues. This compensation is subject to State aid rules and as such not granted in all countries. Multiple responses possible.

6. Should the approach to indirect cost compensation be modified?

- ☐ Yes, the rapidly on-going decarbonisation of the electricity production in the EU will sufficiently reduce indirect costs and therefore, indirect cost compensation can be gradually phased out
- ☐ Yes, indirect cost compensation should be further harmonised in Europe, sectors exposed to the risk carbon leakage due to indirect costs should be compensated equally regardless of the Member State where they are active
- ☐ Yes, the approach to indirect cost compensation should remain the same, but additional requirements should be set to ensure that Member States granting it do not spend more than a given percentage of their auctioning revenues on it
- ☒ No, Member States should maintain flexibility to grant indirect cost compensation or not, subject to State Aid control

C. An increasing role for emissions trading

An expansion of emissions trading could include emissions from fossil fuel combustion in road transport and buildings. Depending on the administrative systems chosen, the portion of industry currently not included in the ETS could also be brought in. The Commission will look, inter alia, at the option to cover all emissions of fossil fuel combustion under the ETS, while taking into account potential effects on existing EU legislation in this field.

In the context of the impact assessment work for the Communication on stepping up the EU's 2030 climate ambition, difficulties emerged as to regulating emitters themselves in a number of sectors being examined for possible ETS application in the same manner as in the current ETS sectors (downstream approach),

because these emitters number in the millions and are often private persons. Instead, entities further up the supply chain such as the fuel distributors or tax warehouses could be regulated and be required to monitor and report emissions as well as surrender allowances (upstream approach).

The EU ETS has shown that the development of a new market requires setting up functioning monitoring, reporting and verification (MRV) and can benefit from transitional arrangements for market and price stability reasons, before being gradually integrated into the existing system. Transitional arrangements for an extension of ETS scope would allow for setting up gradually the required regulatory framework and administrative capacity.

7. Carbon pricing alone does not address all barriers to the deployment of low and zero emissions solutions. Which other policies should be deployed when extending the use of emissions trading to emissions from buildings, road transport or all fossil fuel combustion? Please rate from 1 (not important) to 5 (very important):

	1	2	3	4	5
Polices addressing energy performance of buildings, the energy savings obligation, or other energy efficiency policies to be specified in the box below	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
CO2-standards for cars and vans	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Transport policies	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Renewable energy policies	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Energy taxation	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Other, please specify in the box below	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Emissions trading for road transport and buildings or all fossil fuel use could be integrated into the existing EU ETS so that there would be one single system covering emissions from all these sectors. If the new sectors are integrated into the current EU ETS such integration would be (multiple answers are possible):

- ☒ Positive, because it would capture the emissions under the cap and facilitate more cost-effective abatement by increasing abatement options
- ☒ Positive, because including buildings into an extended EU ETS would provide a level playing field for all modes of heating and cooling
- ☒ Positive, because including fossil fuels used in road transport into an extended EU ETS would provide a level playing field for all modes of road and rail transport, including electric rail which is already subject to indirect carbon pricing

- ☐ Positive, because setting a separate ETS for road transport and/or buildings or all fossil fuel use would lead to higher administrative costs for administrations and regulated entities
- ☒ Positive, because including emissions from all fossil fuel use into an extended EU ETS would provide a uniform carbon price signal for all industries
- ☐ Negative, because there could be an insufficient price signal for the transport and building sector to decarbonise
- ☐ Negative, because the new sectors are too different from the current sectors and abatement effort will mainly materialise in the current ETS sectors
- ☐ Negative, as the integration of the new sectors in the current ETS might disrupt and undermine the stability of the current ETS
- ☐ Other

9. A separate EU-wide emissions trading system for road transport and buildings or all fossil fuel use could be established as a parallel system to the current EU ETS. Flexibilities could be built in, e.g. to allow partial fungibility between the allowances of the separate systems. What is your preferred design option for the relationship between these two systems:

- ☐ Both systems should stay independent and no relationship between them should be established
- ☐ One-way flexibilities between the systems will increase cost-efficiency
- ☒ Two-way flexibilities between the systems will increase cost-efficiency
- ☐ Other

10. Establishing a separate EU-wide emissions trading system for road transport and buildings or all fossil fuels will require choosing its main features. Which of the following aspects of the new ETS do you consider should be similar to the current ETS in order to allow for a later integration? Please rate from 1 (very similar) to 5 (very different):

	1	2	3	4	5
The level of ambition for emissions reduction	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The linear reduction factor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Provisions to address distributional aspects, i.e. how revenues are divided and used	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Provisions to address carbon leakage issues in the energy intensive industry where appropriate	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitoring, reporting and verification rules	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The infrastructure to be used (e.g. the use of the existing EU ETS infrastructure such as the Union Registry)	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Application of the market stability provisions	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Emissions trading for road transport and buildings or all fossil fuels could be gradually integrated into the existing EU ETS. Should the ETS revision already determine when and how such integration will take place?

- ☒ Yes, the market needs certainty and legislation should determine that integration will happen at a specific time within , e.g., 5 years from its entry into force
- ☐ Yes, the legislation should foresee a review to determine whether and when integration is desirable
- ☐ No, in view of the risks associated the legislation should not foresee such integration
- ☐ Other

D. Extension to Maritime greenhouse gas emissions

While CO₂ emissions from EU's international maritime transport are being monitored, reported and verified under the dedicated EU MRV System, they are not covered by the EU ETS or other EU climate legislation, contrary to the EU's international commitment to economy-wide action under the Paris Agreement.

In line with the European Green Deal communication, the Commission will assess carbon pricing options to ensure that the price of waterborne transport reflects the impact it has on climate. In addition, the Commission will consider including at least intra-EU maritime transport in the EU ETS, as stated in the communication on stepping up Europe's 2030 climate ambition, to ensure the sector contributes to the emission reductions needed.

As carbon pricing will not be able to address all barriers to the deployment of low and zero emissions solutions, a basket of other complementary policy actions at EU level are needed to trigger further investments in clean energy technologies and infrastructure. The existing legislative framework, the ongoing reviews and announced revisions of other related pieces of legislation, including on mobility, transport fuels, or Energy Taxation Directive, will be taken into account to ensure synergies of instruments. Due to the international nature of maritime transport, international cooperation is desirable, notably at the International Maritime Organization.

12. What is your opinion on the most appropriate measure to put a price on GHG emissions from EU maritime transport activities?

- ☒ Extension of the EU ETS to cover maritime transport
- ☐ A specific ETS system just for maritime transport
- ☐ A tax at EU level on GHG emissions from maritime transport
- ☐ Other

13. Decarbonisation of the maritime transport to ensure its fair contribution to EU climate targets will require a basket of measures across different policy areas, including putting a price on carbon emissions from shipping. Do you think that EU carbon pricing measures in the maritime sector (such as an ETS or a tax on GHG emissions from maritime transport) should be combined with EU emission standards for ships (notably technical or operational carbon intensity standards)?

at most 1 choice(s)

- ☒ Yes
- ☐ No, emission standards are sufficient and should be implemented alone
- ☐ No, carbon pricing is sufficient and should be implemented alone
- ☐ I do not know

14. The impacts of EU carbon pricing for the maritime sector, in particular its environmental effectiveness, will directly depend on the design elements for the selected measure. Please select the most appropriate design option for a EU carbon pricing policy for maritime transport under each of the categories listed below.

Regulated Entities

- ☐ Carbon price should be paid by ship commercial operators
- ☐ Carbon price should be paid by ship owners
- ☒ Other

Please specify:

1000 character(s) maximum

No caso das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, como os Açores, é fundamental garantir que o sistema a desenvolver seja diferenciado face a outras realidades europeias, garanta a acessibilidade e continuidade territorial destes territórios com o mercado único sem onerar excessivamente os armadores e os preços dos bens no mercado regional.

Exemptions

- ☐ The International Maritime Organisation has energy efficiency measures (the Energy Efficiency Design Index for new ships and the Ship Energy Efficiency Management Plan for existing ships) in place for ships of 400GT and above. Therefore, only ships below 400 GT should be excluded.
- ☒ In line with the EU MRV System for shipping, ships below 5000 GT should be excluded, as they are only responsible for about 10% of emissions.
- ☐ Other

Geographical scope

- ☒ Emissions from intra-EU (from an EU port to another EU port) and extra-EU voyages (departing and incoming between an EU port and a port outside the EU) should be addressed by carbon pricing
- ☐ Emissions from intra-EU voyages (from an EU port to another EU port) should be addressed by carbon pricing

Type of emissions covered

- ☐ In line with the EU MRV System for shipping, only CO2 emissions should be accounted for, as they are responsible for 98% of all GHG emissions from maritime transport.
- ☐ Not only emissions of CO2, but also of methane, nitrous oxide and black carbon emissions should be accounted for in view of their important increase over the 2012-2018 period.
- ☐ Other

15. The Climate Target Plan Impact Assessment presented various scenarios where the extra-EU scope of the maritime sector is included in the EU GHG target. In line with these scenarios, if the EU were to apply carbon pricing to emissions from extra-EU voyages, on which basis should this be done? (select one option)

- ☐ Departing journeys only (from an EU port to a port outside the EU)
- ☐ Incoming journeys only (from a port outside the EU to an EU port)
- ☐ 50% of both the incoming and the outgoing journeys
- ☒ 100% of both the incoming and the outgoing journeys

E. Market stability

Since its introduction, the Market Stability Reserve (MSR) has reinforced the stability of the EU ETS. The MSR is a rule-based instrument placing allowances in or releasing allowances from the reserve in case the total number of allowances in circulation ('the surplus') is above or below pre-established thresholds. The rhythm of placement in the reserve, ('the intake rate'), is 24% per year until 2023 and 12% from 2024. As planned for in the legislation, the Commission is reviewing the functioning of the Market Stability Reserve, to assess whether it has achieved its objectives and whether it remains fit for purpose in an ETS with higher climate ambition.

16. Has the MSR delivered on its main objective (the stability of the ETS), and is it likely to fulfil its goals in the future, or should its structure or parameters be changed?

- ☐ Yes, the approach has worked well and should not be changed
- ☐ Yes, the approach has worked well and should be continued, but parameters (e.g. volume-based thresholds, intake rate) should be modified
- ☐ Yes, the approach has worked well but a carbon price floor is necessary
- ☒ Yes, the approach has worked well but should be improved to be able to react faster to address unexpected demand or supply shocks
- ☐ No, the approach did not work well and it should be reconsidered in the future
- ☐ Other

17. Should the MSR thresholds (minimum of 400 and maximum of 833 million allowances) used to determine whether allowances are placed in the MSR or released, be kept as they are? Please explain your answer.

- ☒ The thresholds as they are fit for purpose
- ☐ The thresholds should be increased
- ☐ The thresholds should be reduced

Please explain your answer:

1000 character(s) maximum

18. Should the MSR intake rate be kept as it is or should it be increased or decreased?

at most 1 choice(s)

- ☐ The MSR intake rate should be kept at 24% and fall back to the level of 12% as of 2024 as per current regulation
- ☐ The MSR intake rate should be kept at 24% beyond 2023
- ☒

The MSR intake rate should be higher than 24%, in order to reduce the surplus faster

- ☐ The MSR intake rate should be decreased, to lower than 12% from 2024 onwards
- ☐ Other

19. Current regulation determines that as a long-term measure to improve the functioning of the EU ETS, and unless otherwise decided in the first review of the MSR in 2021, from 2023 onwards the number of allowances held in the reserve will be limited to the auction volume of the previous year. Holdings above that amount will lose their validity. Do you believe this invalidation rule should be kept in place? Please explain your answer.

- ☒ Yes, the rule should remain in place
- ☐ No, the rule should be abolished
- ☐ Yes, the rule should remain in place but be amended please explain how in the box

20. At the moment, emission allowances for aviation are not taken into account for the calculation of the EU ETS surplus and therefore do not influence the amount of allowances fed into or released from the MSR. Should aviation allowances and emissions be taken into account in the future?

- ☒ Yes
- ☐ No

You may explain your answer:

1000 character(s) maximum

Mas é necessário continuar a garantir que as exceções aplicadas às Regiões Ultraperiféricas da UE permanecem em vigor como forma de garantir as acessibilidades e continuidade territorial destas regiões com o mercado único da UE.

The review of the EU ETS Directive for Phase IV (2021-2030) introduced, in Article 12(4) of the ETS Directive, the option for Member States to cancel voluntarily emission allowances corresponding to electricity generation capacity in their territory that was closed following national measures.

21. Should voluntary cancellation of allowances become mandatory for Member States that implement national measures to close fossil fuels power plants or other measures that substantially reduce demand for allowances,

for instance by promoting breakthrough technologies or banning polluting technologies?

- ☐ No, it should be left to the Member State to decide what to do with the resulting allowances
- ☒ Yes, these allowances should be cancelled proportionally, taking into account the emissions of the replacing power generating technology
- ☐ Other, for instance placing the allowances in the MSR.

F. Revenues

Emissions trading raises revenues for public authorities that can be re-invested in the economy, leading to better overall economic outcomes. A small percentage of revenues is allocated to the EU Modernisation and Innovation Funds to support low-carbon investments. However, the largest share of the revenues are for the Member States. The majority of these revenues are currently reported as being used for climate-related purposes. The review will address the current rules in place, also taking into account that as new sectors are possibly added to the ETS, revenues may increase and at the same time there is a need for ETS revenue to contribute as an own resource of the EU budget .

22. In your opinion, how should the ETS revenue be used? (Multiple answers are possible)

- ☒ Facilitating just transition and the social impacts of the climate transformation
- ☐ Addressing social and distributional impacts related to the review of ETS
- ☒ Energy efficiency, in particular the renovation of buildings
- ☒ Low-carbon and zero-emissions mobility
- ☒ Support for clean investments in ETS sectors
- ☐ Providing financial incentives for consumers to buy more climate friendly goods and services, including more fuel efficient vehicles/ vehicles not using fossil fuels
- ☐ More support to innovation
- ☐ Lowering taxes such as labour taxation and increasing transfers to EU citizens, in particular low-income households

23. Are stricter rules necessary to ensure Member States spend their ETS auction revenues in line with climate objectives?

- ☒ Yes, the ETS Directive should require Member States to spend more revenues on climate-related purposes
- ☒

Yes, the ETS Directive should require that Member States spend ETS revenues in a way compatible with the climate neutrality objective ('do no harm')

- ☐ No, Member States should be free to determine how they want to spend the revenues, taking into account that 50% should be used for climate-related purposes.

G. Low-carbon support mechanisms

Currently, the Innovation Fund is funded by 325 million allowances from the free allocation share, 75 million allowances from the auction share, 50 million allowances from the MSR monetised in 2020 and the leftover allowances from the NER300 programme. The monetisation of these allowances is expected to generate around EUR 10 billion until 2030 depending on the carbon price.

24. What should be the size of the Innovation Fund?

- ☒ The size of the Innovation Fund should remain unchanged
- ☐ The size of the Innovation Fund should increase by using more allowances from the auction share
- ☐ The size of the Innovation Fund should increase by using more allowances from the free allocation share
- ☐ The size of the Innovation Fund should increase significantly regardless of the source of allowances. Please indicate by how much (e.g. double or triple) in the box

25. Currently the ETS Directive foresees that the maximum funding rate for projects financed by the Innovation Fund is 60% of the relevant costs. Should this rate be changed?

- ☐ No, some of the risk of innovation has to be borne by the project proponent
- ☒ Yes, it should be increased to allow better risk-sharing for risky and complex projects
- ☒ Yes, it should be increased but only in case of competitive bidding (e.g. Carbon Contracts for Difference)
- ☐ Other

26. Should additional supporting instruments be introduced to support full market deployment of low-carbon products through the Innovation Fund?

For example, as Carbon Contracts for Difference, whereby beneficiary projects would be guaranteed a fixed carbon price in case the ETS price is not high enough.

at most 1 choice(s)

- ☒ Yes, additional support (e.g. covering the gap in operating revenues) is needed to create markets for low-carbon products
- ☐ No, the existing support is sufficient

The Modernisation Fund is a dedicated funding programme to support 10 lower-income EU Member States in their transition to climate neutrality by helping to modernise their energy systems and improve energy efficiency. Currently, the Modernisation Fund is funded by 2% of the total cap, e.g. around 285 million allowances. Beneficiary Member States had the opportunity to transfer their solidarity allowances and the allowances available to them under Article 10c of the ETS Directive to the Modernisation Fund. The total size of the Modernisation Fund after such transfers is around 645 million allowances. The monetisation of these allowances is expected to generate around EUR 14 billion until 2030 depending on the carbon price.

27. What should be the size of the Modernisation Fund?

- ☒ The size of the Modernisation Fund should remain at 2% of the cap
- ☐ The size of the Modernisation Fund should remain unchanged as an absolute amount
- ☐ The size of the Modernisation Fund should increase
- ☐ Other

The ETS Directive has complex rules on the types of investments to be financed under the Modernisation Fund. There is a general provision that investments have to be consistent with the 2030 climate and energy framework and the Paris Agreement. No support from the Modernisation Fund shall be provided to energy generation facilities that use solid fossil fuels, but there are exceptions. There are two types of investments that can be funded by the Modernisation Fund (priority and non-priority), subject to different approval processes (simple and straightforward for priority projects and more complex for non-priority ones). Investments in gas are allowed as non-priority ones, both for power generation and infrastructure. Investments for certain just transition purposes are allowed and there are overlaps with the Just Transition Fund.

28. Should the types of investments that can be financed by the Modernisation Fund be streamlined and the coherence with the Green Deal be enhanced? (Multiple answers are possible)

- ☐ No, the investments that can be supported by the Modernisation Fund should remain unchanged.
- ☒ Yes, the exception for financing coal-fired district heating in certain Member States should be removed
- ☒

Yes, the Modernisation Fund should be allowed to finance only non-fossil fuel based heating and cooling systems

- ☐ Yes, the Modernisation Fund should be allowed to finance only priority projects to simplify the administration
- ☐ Other

H. Concluding questions

29. Are there other key aspects which you did not find reflected in the questions and you would like to comment upon?

1000 character(s) maximum

If appropriate, please upload any additional materials such as concise position papers or policy briefs that express the position or views of yourself or your organisation:

Only files of the type pdf,txt,doc,docx,odt,rtf are allowed

If your organisation is not registered, you can register now [here](#)

Contact

CLIMA-ETS-REVISION-OPC@ec.europa.eu

XXVI CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES
das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia
Açores, 18 e 19 novembro 2021

DECLARAÇÃO FINAL

A XXVI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida em Ponta Delgada, Açores, a 18 e 19 de novembro de 2021, sob a presidência de José Manuel BOLIEIRO, Presidente do Governo Regional dos Açores, adotou a seguinte declaração:

A Conferência recorda a acumulação de constrangimentos estruturais que as Regiões Ultraperiféricas (RUP) têm de enfrentar em permanência e que foram agravados pela pandemia de COVID-19, cujo impacto real, a nível económico e social, ainda não pode ser avaliado convenientemente, dada a evolução da mesma e as várias medidas de emergência e de mitigação ainda em vigor.

As vulnerabilidades destas regiões são ainda mais evidenciadas pela multiplicidade de catástrofes naturais, cuja frequência aumenta em resultado das alterações climáticas, com dimensão e intensidade crescentes nas RUP, que continuam a ser motivo de muita preocupação. Para além dos fenómenos climáticos extremos que afetam regularmente as RUP, a ilha de La Palma, nas Canárias, vive atualmente uma situação dramática devido à erupção vulcânica, em curso há dois meses, a mais destrutiva conhecida na UE desde há séculos após a do Monte Pelée, na Martinica, a qual exigirá uma rápida mobilização de apoios a todos os níveis.

A nova estratégia da Comissão Europeia para as RUP deverá responder aos grandes desafios sociais, económicos e ambientais que estas regiões enfrentam, através do recurso sistemático ao artigo 349º do TFUE.

Neste contexto, a Conferência sublinha que a tomada em consideração, por parte da União Europeia, dos interesses de outras regiões europeias com desvantagens naturais e





dos países e territórios ultramarinos não deverá, em caso algum, gerar uma confusão no que concerne aos artigos 174º, 349º e à Parte IV do TFUE, o que poderia colocar em causa o estatuto singular das Regiões Ultraperiféricas. Como reconhecido pelas instituições europeias, os desafios da permanência e combinação do "afastamento, insularidade, pequena dimensão, topografia e clima difíceis, e dependência económica de um pequeno número de produtos" constituem fatores agravantes que configuram uma realidade distinta, em caso algum comparável às outras regiões europeias.

A este respeito, a Conferência reconhece os esforços realizados pelas instituições europeias durante as negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 para ter em conta as especificidades das RUP, e espera que esta atuação seja mantida ao longo de todo o período. Solicita, ainda que o "direito à diferença" não seja posto em causa aquando da implementação das políticas e programas europeus.

Estes esforços, no entanto, não serão suficientes. O artigo 349º do TFUE deve ser plenamente afirmado enquanto instrumento de adaptação das políticas europeias. Esta diferenciação, a que muito aspiramos, requer uma tomada de consciência ao mais alto nível das instituições. A diferenciação através da adaptação é um avanço, mas apenas constitui um progresso quando tem lugar no próprio momento de conceção da norma.

No caso específico de Maiote, a Conferência apoia a necessidade de prorrogar os regimes derogatórios europeus, a fim de normalizar os seus sectores de forma a beneficiar de um período de transição mais longo.

Os desafios resultantes da crise sanitária, bem como os inerentes à transição ecológica e digital, conduzem a uma aceleração das reformas profundas dos modelos económicos em vigor, que deverá ser acompanhada por mecanismos legislativos e financeiros adequados para permitir às RUP uma transição adequada rumo a estes novos paradigmas da União Europeia.

A Conferência alerta particularmente para o impacto considerável que o pacote legislativo "Fit for 55" terá nas RUP e apela a que as suas características específicas sejam tidas em conta através da adoção de disposições regulamentares coerentes e adequadas, a fim de se alcançar um equilíbrio justo entre o imperativo ambiental, as necessidades de



acessibilidade e os elevados custos sociais que as suas já vulneráveis populações terão de suportar.

Assim, chama a atenção da Comissão Europeia para o facto de que o compromisso em alinhar a sua estratégia relativa à ultraperiferia com as grandes prioridades europeias, não deve comprometer o processo de recuperação ou inviabilizar os esforços realizados para alcançar a coesão económica, social e territorial nas RUP.

A Conferência manifesta a sua especial preocupação no que respeita aos prazos muito curtos para a execução da "Next Generation EU", à sobreposição dos exercícios relativos ao encerramento da programação 2014-2020 e ao lançamento do novo período 2021-2027. Lamenta a muito fraca concertação dos Estados com as Regiões na conceção dos planos nacionais de recuperação e apela a uma forte simplificação dos procedimentos de gestão dos fundos, a fim de facilitar a sua rápida implementação. A este respeito, a Conferência recorda a referência específica às RUP, feita pela Comissão Europeia, no âmbito do Semestre Europeu.

A nova estratégia deve abranger todas as políticas da UE que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das RUP e ter em consideração todas as suas prioridades, nomeadamente no desenvolvimento de um turismo mais sustentável, na autonomia alimentar, no respeito pelos valores ecossistémicos, pela independência energética e pela promoção da conectividade territorial em matéria de transportes. A dimensão social deve, assim, ser reforçada, em conformidade com os compromissos assumidos pela UE na Cimeira Social do Porto, e com vista a alcançar, nas RUP, os objetivos propostos pela Comissão Europeia no Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

As desigualdades sociais estiveram sempre no centro dos desafios enfrentados pelas RUP. Estas regiões concentram graves situações de desemprego, particularmente entre os jovens e os maiores de 55 anos, bem como de abandono escolar precoce e de analfabetismo. A nova estratégia deve proporcionar uma oportunidade de progresso significativo e concreto, particularmente em termos de igualdade de oportunidades para os grupos sociais mais vulneráveis das RUP. O Ano Europeu da Juventude em 2022 deverá, igualmente, permitir a implementação de uma abordagem territorializada suscetível de proporcionar apoio aos jovens das RUP que são particularmente afetados



pelos efeitos da crise em termos de acesso à formação, prossecução dos estudos, mobilidade, entrada no mercado de trabalho, independência financeira e acesso à habitação.

A integração das RUP no seu ambiente regional é um desafio decisivo que as deve conduzir à afirmação do seu posicionamento geoestratégico através de uma verdadeira ação externa regional ambiciosa ao serviço do seu desenvolvimento económico nas suas zonas de influência no Atlântico, na Amazónia, nas Caraíbas e no Oceano Índico. Deve permitir a valorização dos seus ativos e merece ser plenamente tida em consideração pelas políticas europeias.

A Conferência apela à declinação sistemática do artigo 349º do TFUE em todas as políticas, tal como sugerido nas diferentes iniciativas empreendidas pelas instituições e organismos europeus, em particular o Relatório do Parlamento Europeu, de setembro de 2021, bem como o Parecer do Comité Europeu das Regiões, de dezembro de 2020. Está atenta ao próximo Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre os ativos das RUP.

Do mesmo modo, sublinha a importância do trabalho realizado pelo Conselho, particularmente durante a Presidência Portuguesa em 2021, que será sucedido pela Presidência Francesa em 2022 e pela Presidência Espanhola em 2023, o que constitui uma oportunidade única de colocar as Regiões Ultraperiféricas no centro da agenda política.

A Conferência confia que todos estes compromissos políticos se traduzirão em medidas concretas para promover a diversificação económica e o reconhecimento do seu potencial, em particular o seu papel geoestratégico. Neste sentido, a Conferência expressa o seu apoio à candidatura das Canárias, apoiada pelo Governo de Espanha, em acolher uma futura Agência Europeia de Turismo, com antenas em cada uma das bacias geográficas das RUP, valorizando deste modo a experiência e dinamismo deste setor nesta região ultraperiférica, em benefício de toda a União.



Neste contexto, a Conferência dos Presidentes das RUP solicita a tomada em consideração das suas propostas, pela Comissão Europeia, tal como apresentadas no documento em anexo, tendo em vista a atualização da parceria estratégica com estas regiões.

Ponta Delgada, 18 de novembro de 2021

AÇORES

CANÁRIAS

P.O.

GUADALUPE

GUIANA

MADEIRA

MARTINICA

MAIOTE

REUNIÃO

SAINT-MARTIN

REVISÃO DA ESTRATÉGIA DA COMISSÃO EUROPEIA PARA AS RUP

Contributo da Conferência dos Presidentes das RUP

Anexo à Declaração Final da XXVI CPRUP



Régions Ultrapériphériques Européennes
Regiones Ultraperiféricas Europeas
Regiões Ultraperiféricas Europeias

Ponta Delgada, 18 de novembro de 2021

PREÂMBULO	3
ACORDOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS	6
AGRICULTURA	8
AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	11
AUXÍLIOS DE ESTADO	16
CULTURA	19
DIGITAL	21
DIMENSÃO SOCIAL	23
EMPREGO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	23
MOBILIDADE E ERASMUS +	25
SAÚDE	26
ECONOMIA AZUL SUSTENTÁVEL	28
PESCA E AQUICULTURA	29
ENERGIA	31
INTEGRAÇÃO REGIONAL	34
INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	36
MIGRAÇÃO	38
TRANSPORTE E MOBILIDADE	41
TURISMO	45

PREÂMBULO

A ultraperiferia é, antes de mais, uma aventura humana, conduzida por 9 regiões da União Europeia (UE). O que levou à sua criação, há mais de 25 anos, foi a convicção de que uma única abordagem raramente é capaz de responder a contextos tão diversos e à necessidade de uma adaptação jurídica das políticas e ações da UE à realidade das Regiões Ultraperiféricas (RUP), a fim de proporcionar, aos seus habitantes, oportunidades reais em termos de educação, emprego, progresso social e uma vida melhor.

Os diferentes constrangimentos estruturais que afetam as RUP tornam particularmente difícil a aplicação harmonizada da legislação da UE.

30 anos após o reconhecimento do conceito de ultraperiferia, as razões que levaram à sua criação continuam plenamente atuais.

A crise relativa à COVID-19 tornou a situação das RUP ainda mais frágil. Neste sentido, os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas adotaram uma declaração, a 15 de julho de 2020, apelando à revisão da comunicação da Comissão Europeia, de 24 de outubro de 2017. Esta nova estratégia tornará possível atualizar, adaptar e reforçar a parceria estratégica com as RUP, tendo em conta as novas prioridades da UE, que enfatizam uma recuperação sustentável, digital e justa. Deverá constituir, também, uma oportunidade para uma nova etapa na construção de um quadro jurídico coerente e totalmente adaptado às nossas Regiões.

A posição das RUP mantêm-se: tal como já sustentado no Memorando de Espanha, França, Portugal e das Regiões Ultraperiféricas de 7 de maio de 2010, uma estratégia europeia renovada para as Regiões Ultraperiféricas deve necessariamente basear-se num equilíbrio entre a adaptação das políticas gerais da União e a adoção de instrumentos específicos em benefício das Regiões Ultraperiféricas. Trata-se de possibilitar, excecionalmente e quando as circunstâncias o justifiquem, a criação de um quadro (jurídico, político e financeiro) que permita uma aplicação flexível das políticas europeias para as RUP, tendo em conta os seus constrangimentos estruturais e permanentes, bem como uma melhor exploração das suas oportunidades e dos seus ativos. Quer se denomine "tratamento por medida", "à la carte" ou "reflexo RUP", o principal para as nossas populações é a adaptação mais eficaz.

Neste sentido, a próxima comunicação deverá enviar um sinal claro da vontade da Comissão Europeia em incluir a estratégia numa abordagem renovada, em conformidade com as possibilidades abertas pelo Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) de 15 de dezembro de 2015, dito Acórdão Maiote. Ao clarificar o âmbito do artigo 349º do TFUE, este Acórdão marcou um importante ponto de viragem, potenciando um enorme salto qualitativo na tomada em consideração das RUP no âmbito das políticas europeias para 2021-2027.

Existe uma diferença de natureza e de direito das RUP em relação às restantes regiões europeias, uma vez que o direito primário da UE reconhece, no artigo 349º do TFUE, a especificidade das Regiões Ultraperiféricas, permitindo expressamente ao Conselho adotar disposições específicas visando adaptar a aplicação do direito europeu a estas Regiões. De facto, as RUP ainda não conseguem beneficiar das mesmas possibilidades acessíveis às restantes regiões do continente europeu, incluindo as ilhas. Refira-se a título de exemplo, a posição do Conselho, de 11 de junho de 2021, sobre a proposta de regulamento relativa às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias, que continua a marginalizar as RUP. O mesmo acontece no que respeita à política europeia de transportes. Paradoxalmente, a energia e os transportes são estratégicos para alcançar os objetivos de neutralidade de carbono nas RUP.

Além disso, a experiência da crise sanitária, de ordem conjuntural, revelou a capacidade da UE em reagir de forma pragmática através de importantes simplificações regulamentares, nomeadamente em matéria de concorrência e de gestão dos fundos europeus.

Tal permitiria às nossas Regiões Ultraperiféricas garantir um equilíbrio de interesses a um nível diferente do direito comum, sem afetar a ordem jurídica da União Europeia.

Neste âmbito, o conjunto de propostas, aqui apresentadas, pretende traduzir a dose certa de medidas para assegurar que a UE tenha em devida consideração a realidade das RUP no imediato.

A Europa deverá manifestar-se, uma vez mais, como sinónimo de progresso social, devendo projetar a ideia de que os cidadãos das RUP vivem e viverão melhor no seio de uma Europa unida do que fora dela.

Numa altura em que muitos dos cidadãos das RUP estão em situação de desemprego e ameaçados pela exclusão, a União Europeia tem o dever de responder às preocupações das suas populações: emprego, futuro dos seus filhos, qualidade de vida, acesso aos serviços, igualdade de oportunidades, ambiente e saúde. Trata-se de questões essenciais que constituem o quotidiano de homens e mulheres e que se devem afirmar como prioridades europeias. Na sua dimensão humana e social, a Europa tem ainda um caminho a percorrer numa lógica integrada.

As propostas que se seguem visam alcançar um tratamento adequado e por medida das RUP no âmbito das políticas europeias. Este objetivo permanece, e deve permanecer, um projeto aberto, adaptando-se a futuros desenvolvimentos e desafios da construção europeia.

ACORDOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS

As economias das RUP continuam a ser afetadas pelo resultado das negociações comerciais internacionais da UE. Trata-se de uma questão complexa diretamente associada a outras políticas da UE (agricultura, pescas, emprego, ambiente, concorrência, etc.), que evidencia inconsistências nos mercados das RUP, que a UE poderá facilmente suportar no âmbito do grande mercado interno, mas que permanecem críticas para as RUP: por exemplo, é paradoxal que a UE ofereça concessões agrícolas a países terceiros e ao mesmo tempo encoraje nas RUP - graças à PAC - uma produção agrícola local que cumpra com as normas europeias, sem qualquer preocupação com situações de concorrência desleal.

O peso de um sector económico (serviços, agricultura, pescas, etc.) numa RUP permanece significativo à escala do território (em termos de coesão económica e social, de equilíbrio territorial), enquanto que a Comissão Europeia analisa os fluxos económicos das RUP como totalmente marginais em comparação com os grandes volumes de comércio entre a UE e os países terceiros. Contudo, o que não afeta o grande mercado interno pode, pelo contrário, perturbar seriamente uma economia pequena, remota e isolada com fluxos comerciais reduzidos, tais como as RUP.

A falta de concertação prévia e a ausência de diálogo com as RUP não são compensadas por uma divulgação eficaz de informações sobre as negociações comerciais em curso. Esta informação é ainda muito desigual nas diversas RUP: algumas regiões têm acesso a enormes quantidades de informação, impossível de decifrar, enquanto outras apenas têm acesso à informação tornada pública pela Comissão Europeia, de natureza mais genérica. É necessário ultrapassar estas limitações a fim de restaurar a confiança numa política comercial comum considerada opaca, complexa e prejudicial para o desenvolvimento das economias e empregos das RUP.

São precisamente estas diferenças de abordagem por parte da Comissão Europeia que justificam a realização sistemática de análises de impacto regional, com enfoque nas RUP afetadas, de forma a permitir a identificação prévia dos sectores de atividade impactados, bem como dos interesses e das necessidades, para melhor acompanhar o desenvolvimento económico das RUP e preservar os postos de trabalho.

Além disso, os acordos comerciais nem sempre protegem suficientemente a produção sensível nas RUP, particularmente a agrícola e da pesca, e criam distorções da concorrência devido a normas assimétricas persistentes (sociais, ambientais, sanitárias, etc.). Para além das cláusulas suspensivas destinadas a assegurar a equidade em matéria social, ambiental e sanitária, que ainda são possíveis, é importante melhorar as regras para que a UE exija uma reciprocidade real no

comércio e imponha "cláusulas-espelho" nos acordos comerciais, ou seja, normas equivalentes às que estão em vigor na UE para todos os bens, produtos e serviços de países terceiros em concorrência com os das RUP.

Entre os instrumentos de defesa comercial, o recurso às cláusulas de salvaguarda não pode ser a única resposta às preocupações das RUP, dado que os procedimentos para as desencadear continuam a ser complexos. Estes últimos só estão previstos nos acordos durante um período transitório, geralmente dez anos, a partir da entrada em vigor do acordo. Os prazos de investigação, que duram vários meses, podem levar a um enfraquecimento grave dos produtores, ou mesmo a perdas de mercado definitivas no caso de um súbito afluxo de importações. Na prática, as cláusulas de salvaguarda que poderiam proteger as RUP nunca foram ativadas.

A Conferência apela:

- Ao desenvolvimento da parceria estratégica da Comissão com as RUP, a fim de melhor compreender os seus interesses específicos e difundir informações orientadas no contexto dos vários capítulos dos acordos comerciais considerados de risco para as RUP, através da organização de grupos de trabalho dedicados;
- À tomada em consideração das produções das RUP nas negociações comerciais, com base em estudos de impacto regional destinados, nomeadamente, a determinar as linhas vermelhas de quaisquer concessões futuras da UE;
- À garantia da equidade da concorrência em matéria social, ambiental e sanitária, exigindo cláusulas suspensivas e estabelecendo "cláusulas-espelho" para assegurar que os produtos importados satisfaçam as mesmas normas sociais, ambientais e sanitárias que os produtos originários das RUP. Esta reciprocidade deve aplicar-se também aos serviços.

AGRICULTURA

Como amplamente reconhecido pelas instituições e organismos competentes da UE, as políticas europeias resultantes da implementação do artigo 349.º do TFUE revelaram-se absolutamente vitais para a manutenção da agricultura e atividades conexas nas RUP, contribuindo para o desenvolvimento sustentável destas Regiões nas suas dimensões económica, social, ambiental, territorial e cultural.

No entanto, a avaliação destas políticas exige o seu desenvolvimento ulterior a fim de atenuar, mais eficazmente, os constrangimentos permanentes das RUP, particularmente no que diz respeito ao sector agrícola e de desenvolvimento rural.

A Conferência permanece vigilante de forma a assegurar que as conquistas das RUP sejam mantidas no contexto da revisão dos regulamentos e que os seus interesses sejam tidos em conta nas estratégias europeias, em particular na "do prado ao prato", a fim de preservar o seu modelo agrícola específico, garantir os rendimentos dos agricultores, bem como a competitividade do sector. Em termos mais gerais, apela a um apoio contínuo à agricultura nas RUP através de uma política de intervenção equilibrada que tenha em conta a agricultura tradicional de pequena escala, as fileiras de diversificação e a produção para exportação.

A crise sanitária pôs também em evidência o objetivo da autonomia alimentar, que continua a ser um desafio para as nossas Regiões, ainda parcialmente dependentes das importações. As restrições aplicadas tiveram um grande impacto no frete aéreo e marítimo, perturbando assim o abastecimento das RUP. O apoio à produção destinada ao mercado local afigura-se, portanto, essencial. Por conseguinte, como indicado na sua estratégia "do prado ao prato", a Comissão tenciona adotar um plano de contingência para garantir o abastecimento e a segurança alimentar em contexto de crise. Este plano deverá ter em conta a dimensão ultraperiférica e retirar todas as lições relativamente ao impacto da atual crise sanitária nas nossas Regiões.

1º Pilar: FEAGA / POSEI

Embora o POSEI seja um instrumento central de apoio à agricultura nas Regiões Ultraperiféricas, a sua dotação orçamental não evoluiu nem foi indexada à inflação, o que leva a uma suborçamentação anual crónica. Esta situação deve ser revertida com urgência, a fim de garantir a competitividade dos sectores agrícola e agroalimentar, a gestão dos riscos e a estabilização dos rendimentos, bem como fazer face ao desafio da soberania alimentar.

A Conferência apela também:

- A uma flexibilização do sistema de exportação de produtos transformados no âmbito do comércio regional, e à fusão dos contingentes previstos para a UE, por um lado, e países terceiros, por outro, para produtos transformados que podem ser expedidos ou exportados a partir das RUP.

2º Pilar - Desenvolvimento Rural / FEADER

A Conferência constata um retrocesso na conceção do quadro de ajudas, no âmbito do segundo pilar da PAC, com a introdução de um plano estratégico nacional.

Lamenta que a manutenção da taxa de cofinanciamento para as RUP em 85% seja modulada em função da sua categoria de desenvolvimento, apesar do apoio concedido pelo Parlamento Europeu, e espera que a exceção das RUP seja aplicada sem distinção de categoria.

A Conferência aguarda, igualmente, a adoção de um verdadeiro processo de simplificação que melhore a equidade na acessibilidade às medidas de apoio.

A Conferência apela também:

- Ao alargamento da elegibilidade do FEADER de forma a cobrir danos causados por fenómenos naturais extremos, em particular a erupção vulcânica em La Palma, a fim de permitir a reconstrução do potencial agrícola.

Promoção de produtos agrícolas e alimentares

A Conferência sublinha o importante contributo das suas produções agrícolas para a viabilidade das zonas rurais, a proteção do ambiente e o reforço da dimensão social da PAC. Neste contexto, considera essencial o reforço das ações de promoção dos produtos agroalimentares, tanto dentro como fora da UE, em particular realçando a qualidade destes produtos.

A Conferência apela, portanto, a:

- Uma melhor adaptação das regras de promoção da UE às especificidades das RUP, nomeadamente permitindo que os produtos destas regiões sejam objeto de várias campanhas de promoção consecutivas para o mesmo mercado.

Bem-estar animal

No contexto da futura revisão das regras europeias sobre o bem-estar animal, a Conferência sublinha a importância de ter em conta as especificidades das RUP, nomeadamente no que diz respeito ao transporte de animais vivos por via marítima, dados os condicionalismos da ultraperiferia e a sazonalidade da produção animal.

AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As RUP partilham características que as tornam particularmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas e permanecem fortemente expostas a fenómenos naturais extremos, cuja frequência aumenta com o aquecimento global.

Estas especificidades são reconhecidas pela Comissão Europeia, nomeadamente na sua comunicação que estabelece uma nova estratégia de adaptação às alterações climáticas, de 24 de fevereiro de 2021, que afirma que as RUP já "enfrentam sérios problemas de adaptação". As RUP estão comprometidas com os ambiciosos objetivos estabelecidos pela União Europeia em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa e de neutralidade carbónica, mas insistem na necessidade de ajustar as políticas e estratégias europeias às suas realidades geográficas, económicas e sociais, singulares no seio da UE.

Fundo de Solidariedade da UE

O Fundo de Solidariedade da UE (FSUE) constitui um instrumento importante para as regiões atingidas por catástrofes naturais. As RUP partilham as conclusões do relatório de iniciativa do Parlamento Europeu, de 18 de maio de 2021, relativo à revisão do FSUE (2020/2087(INI)), que convida a Comissão a rever este fundo e solicita adaptações para as RUP, bem como uma simplificação dos procedimentos administrativos relativos à gestão e reparação dos danos causados por fenómenos extremos.

A Conferência solicita que a regulamentação deste fundo seja adaptada às características particulares de certas catástrofes naturais, tais como erupções vulcânicas, que podem prolongar-se indefinidamente e para as quais o tempo necessário para efetuar os investimentos necessários à reconstrução é condicionado pela evolução do fenómeno e pelo estado do solo, que deve permitir uma intervenção.

Do mesmo modo, a Conferência reitera a necessidade de uma melhor adaptação dos critérios de elegibilidade do FSUE às realidades das RUP e de facilitar a intervenção deste fundo. Dadas as características geográficas das RUP, as catástrofes naturais serão sempre classificadas como "regionais" sem a possibilidade de aceder à taxa máxima de financiamento reservada às grandes catástrofes naturais.

No âmbito de ocorrências de grande amplitude verificadas recentemente em algumas RUP (furacões Irma e Lorenzo), os requisitos legislativos revelam-se desproporcionados face às medidas administrativas necessárias num contexto de emergência.

Nesta ótica, a Conferência apela:

- A que seja permitido que o prazo de apresentação de um pedido de apoio (12 semanas) possa ser ajustado em função da duração e natureza do evento, a fim de permitir que os danos sejam quantificados de uma forma que reflita verdadeiramente o impacto da catástrofe;
- Ao alargamento do prazo para a utilização da contribuição financeira para pelo menos 24 meses, a fim de permitir a realização efetiva de operações de reconstrução em grande escala e a restauração das infraestruturas públicas e, no caso de erupções vulcânicas, ter em conta as condições relativas à duração do fenómeno, ao estado do solo e do ambiente marinho;
- A que seja elegível, aquando do restabelecimento ou reconstrução, a modernização de infraestruturas ou edifícios públicos destruídos que não cumpram os regulamentos relativos a normas sísmicas e riscos naturais, bem como a reconstrução de infraestruturas económicas e mais resistentes, cujos custos sejam significativos;
- Ao alinhamento do método de cálculo do apoio relativo a uma catástrofe natural regional, ocorrida numa RUP, com o referente às grandes catástrofes, que beneficiam de um apoio calculada em duas tranches cumulativas;
- A uma flexibilidade quanto à elegibilidade de determinados equipamentos (por exemplo, equipamento desportivo que não esteja localizado nas instalações de uma escola, mas que seja regularmente utilizado para atividades desportivas por alunos de escolas próximas).

Pacote "Fit for 55"

O pacote legislativo "Fit for 55" contém objetivos muito ambiciosos e medidas importantes nos domínios do clima, energia, transportes e fiscalidade, cuja aplicação exigirá investimentos muito substanciais nas RUP, a um custo significativo para os seus atores públicos e privados e para as suas populações. Uma primeira leitura destas propostas legislativas já demonstra uma tomada em consideração da situação das RUP, numa geometria variável, com ou sem uma avaliação de impacto por parte da Comissão Europeia. Este tratamento, que varia de acordo com as circunstâncias, continua a ser preocupante para as RUP uma vez que não garante uma aplicação coerente e adaptada deste pacote.

Algumas das medidas fiscais propostas nos sectores dos transportes rodoviários, edifícios e transportes marítimos, sendo estes últimos essenciais para o transporte de mercadorias na ausência de alternativas por via terrestre ou ferroviária, implicam um risco de aumento de preços. Tal repercute-se sobre as empresas e as famílias, num contexto de fragilidade económica e social (taxas de pobreza entre as mais elevadas da UE), que poderá ainda ser agravada pelas consequências a longo prazo da crise da COVID-19.

No que respeita à aviação, apenas os voos nacionais (entre um aeroporto RUP e um aeroporto localizado no mesmo Estado-Membro) beneficiarão de uma isenção e apenas até 2030. Deve ser recordado que os aeroportos das RUP são o principal meio de entrada e saída para estes territórios, revestindo-se, portanto, de uma forte dimensão social.

Além disso, as RUP apoiam a criação de um Fundo Social para a Ação Climática, que deverá, nomeadamente, permitir a concessão de um apoio ao rendimento das famílias vulneráveis, microempresas e utilizadores de transportes, em particular os que não dispõem de transporte público alternativo ao automóvel privado. Este fundo é essencial tendo em conta o impacto social das várias medidas propostas.

A Conferência apela, portanto, para:

- A realização de uma análise de impacto sobre os custos de implementação do pacote legislativo para a Ultraperiferia;
- À tomada em consideração das especificidades das RUP através de disposições regulamentares coerentes e adaptadas, a fim de encontrar um justo equilíbrio entre o imperativo ambiental, as necessidades de acessibilidade e os elevados custos sociais que as suas já vulneráveis populações terão de suportar. Por exemplo, não faz sentido, do ponto de vista ecológico, proibir os veículos de combustão e impor veículos elétricos até 2030, quando a dependência dos combustíveis fósseis ainda é predominante nas RUP e a quota de energias renováveis no cabaz energético continua a ser limitada;
- À manutenção da exclusão de voos com origem ou destino nas RUP (incluindo voos internacionais) do sistema CELE, prevista no Regulamento 2017/2392, de 13 de dezembro de 2017, a fim de garantir a coesão territorial e a acessibilidade destas regiões europeias;
- À inclusão, desde o início do processo legislativo, das RUP como beneficiárias do Fundo Social para a Ação Climática, dado terem sistemas energéticos isolados e um acesso muito limitado a soluções de mobilidade e transporte alternativas e acessíveis;
- Ao envolvimento das RUP no desenvolvimento e implementação dos planos nacionais, nos quais deverá ser incluída uma dimensão regional para as RUP.

BIODIVERSIDADE

As RUP são caracterizadas por uma muito elevada riqueza natural, reconhecida como sendo de importância internacional, e representam cerca de 80% da biodiversidade europeia.

Este valor excecional é reconhecido na "Estratégia de biodiversidade da UE para 2030" de 20 de maio de 2020, na qual a Comissão se compromete a colocar uma ênfase especial "na proteção e

recuperação dos ecossistemas tropicais e subtropicais marinhos e terrestres nas Regiões Ultraperiféricas da UE".

Constata-se, igualmente, uma melhor tomada em consideração das realidades das RUP nos critérios de seleção do programa LIFE+, que deverá permitir uma maior participação dos nossos intervenientes, embora ainda, por vezes, persistam obstáculos de ordem técnica que dificultam a realização de projetos essenciais para a proteção das espécies.

Para além disso, o programa LIFE+ concentra-se essencialmente no financiamento de ações de proteção/gestão/restauração. Sendo estas ações indispensáveis, devem poder apoiar-se em bases científicas sólidas. No entanto, existe um défice de referências e de conhecimento em relação a numerosos ecossistemas, habitats e espécies nas RUP (espécies exóticas invasoras, por exemplo).

A Conferência apela a que:

- Ações para melhorar os conhecimentos (realização de estudos, criação de observatórios, etc.) e a avaliação ecossistémicos e ecológicos possam ser financiadas através do programa LIFE+;
- Os critérios de elegibilidade e de seleção do programa LIFE+ sejam alargados de forma a permitir o financiamento de projetos relativos a espécies de importância e/ou recentemente descobertas que não constem das listas da IUCN por ainda não terem sido avaliadas;
- Seja criado um sistema que permita desbloquear facilmente certas restrições de carácter regulamentar não previstas durante a fase de avaliação, mas que podem subsequentemente bloquear a implementação de projetos, com base em critérios objetivos relativos às realidades locais;

ECONOMIA CIRCULAR

No seu "Novo Plano de Ação para a Economia Circular" de 11 de março de 2020, a Comissão compromete-se a fornecer "soluções de economia circular [...] adaptadas às Regiões Ultraperiféricas [...], devido à sua dependência em relação às importações de recursos, à elevada produção de resíduos impulsionada, nomeadamente pelo turismo", e às capacidades limitadas das RUP (falta de massa crítica e constrangimentos topográficos) para valorizar todas as categorias de resíduos, em particular os resíduos perigosos e os resíduos finais.

A noção de proximidade é primordial no conceito de economia circular, pelo que o seu desenvolvimento é indispensável ao nível das zonas de atração das RUP, incluindo com as suas regiões fronteiriças.

A questão de um regulamento adaptado à situação das RUP para as exportações de resíduos continua, portanto, a ser uma prioridade, ainda mais num período de crise sanitária que amplificou

as dificuldades para determinadas RUP, devido à grave perturbação das conexões de transporte marítimo.

A Conferência apela a que:

- Sejam introduzidas, aquando da revisão em curso do regulamento relativo à transferência de resíduos (Regulamento 1013/2006), disposições específicas que se traduzam no levantamento das restrições administrativas a fim de facilitar a exportação dos resíduos das RUP para fins de tratamento.

AUXÍLIOS DE ESTADO

A experiência da crise sanitária da COVID-19 revelou uma abordagem de simplificação e flexibilidade, verdadeiramente inédita à escala da UE, particularmente em matéria de auxílios de Estado e da gestão dos fundos europeus. A Comissão demonstrou um verdadeiro pragmatismo na adoção de flexibilizações significativas da sua legislação a favor das empresas da UE. Esta reatividade contrasta com as respostas dadas pela Comissão, antes da crise, às autoridades regionais das RUP em matéria de concorrência.

Esta flexibilidade legislativa é demonstrativa, não apenas, das reais possibilidades de melhoria, mas mais ainda, da existência de perspetivas favoráveis para que determinados auxílios às empresas sejam considerados pela DG Concorrência como tendo um impacto puramente local e não sejam considerados como auxílios de Estado. De facto, a maior parte dos auxílios concedidos às RUP referem-se a mercados muito remotos e isolados, não distorcendo a concorrência.

Além disso, dadas as características estruturais das RUP e a sua vulnerabilidade aos desafios decorrentes do contexto global pós-COVID, os impactos da pandemia na sua economia e coesão social serão mais expressivos e persistentes. Além disso, mais de 90% das empresas situadas nas RUP são micro e pequenas empresas com baixa capacidade financeira, pelo que uma queda no seu volume de negócios seria muito prejudicial. Contudo, o apoio público permitiu-lhes ultrapassar uma quebra significativa do volume de negócios com referência a 2019 e continuar as suas atividades em 2020 e 2021, com uma redução limitada.

Neste contexto, a Conferência apela:

- Ao prolongamento do Quadro Temporário sobre os auxílios de Estado nos seus termos atuais, até ao final de 2023, em conformidade com o prazo para a aplicação do instrumento REACT-UE, adaptando as condições de aplicação da modalidade de *auxílio aos custos fixos não cobertos* no caso das micro e pequenas empresas localizadas nas RUP, de modo a que a condição de perda de volume de negócios durante o período elegível seja de pelo menos 15% em vez do requisito geral de 30%;
- À criação de um fórum de reflexão entre as RUP e a DG Concorrência sobre a noção de auxílio com um "impacto puramente local";
- Ao aumento do limite dos auxílios *de minimis* para 500.000 euros, bem como dos limiares para a agricultura (para 50.000 euros, excluindo o apoio ao abrigo do POSEI) e pescas

(para 60.000 euros, excluindo o apoio ao abrigo dos Planos de Compensação de Sobrecustos);

- À garantia da continuidade de todos os regimes fiscais das RUP, dado que qualquer interrupção poderia desestabilizar gravemente as economias e os empregos nas RUP (em particular a Zona Franca da Madeira, cujo regime necessita de ser prorrogado)

Para além do quadro geral, a fim de tornar as economias das RUP mais competitivas e compensar o seu défice de acessibilidade, é necessário modular as regras relativas aos auxílios de Estado de forma a encorajar a sua conectividade.

No contexto da revisão das orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas, é necessário contemplar o risco acrescido, bem como os custos mais elevados associados às conexões para estas Regiões em função da distância a percorrer, uma vez que os atuais incentivos são claramente muito limitados no caso das RUP.

Para o efeito, a Conferência apela a que:

- Os auxílios ao arranque de novas rotas aéreas, com origem ou destino nos aeroportos das RUP, não devem ser limitados a 50% das taxas aeroportuárias e devem ser modulados em função da distância da nova rota e do seu risco, a fim de cobrir todos os custos (marketing, custos operacionais, taxas aeroportuárias) durante os primeiros anos de operação;
- Seja permitida a concessão de auxílios para o reforço das rotas existentes, a fim de melhorar a conectividade e a competitividade das RUP com mercados mal servidos, mas apresentando um potencial de crescimento;
- Os auxílios para as ligações nacionais são autorizados, nomeadamente, no caso das RUP arquipelágicas, para as pequenas ilhas com menores ligações ao continente Europeu;

No que diz respeito aos auxílios ao transporte marítimo, a Conferência apela:

- A que sejam autorizados auxílios ao arranque de ligações marítimas ao abrigo de um regime semelhante ao estabelecido aquando da revisão das orientações relativas transporte aéreo, incluindo para países terceiros vizinhos na sua área geográfica;
- A que sejam alteradas as regras relativas aos auxílios de Estado aos transportes marítimos de forma a permitir a criação de empresas marítimas regionais nas RUP, cujos serviços estão a ser penalizados pelos efeitos da crise sanitária.

Além disso, a Conferência apela a que:

- O apoio financeiro abranja a construção, planeamento, segurança e manutenção de infraestruturas aeroportuárias e marítimas, e que as oportunidades de investimento não sejam limitadas apenas a considerações ambientais.

Além disso, a revisão em curso dos regulamentos em matéria dos auxílios de Estado para a proteção ambiental é uma oportunidade para a introdução de incentivos com vista a facilitar o cumprimento e a adaptação precoce às futuras normas europeias, que mudarão significativamente nos próximos anos. O cumprimento das normas ambientais exige grandes investimentos que, no caso das RUP, vêm acumular-se aos sobrecustos da Ultraperiferia. No entanto, os regulamentos atuais permitem a concessão de auxílios apenas para permitir às empresas ir além dos padrões ambientais.

A Conferência apela, portanto, a que:

- Seja adicionada uma categoria de auxílio ao investimento que permita às empresas das RUP cumprir com as normas ambientais estabelecidas pela UE.

CULTURA

As RUP detêm uma incrível riqueza cultural, histórica e patrimonial. O seu património cultural e criativo, disperso pelos seus territórios fragmentados, é o resultado de uma história complexa ligada à Europa, fundada no acesso estratégico aos mares e a muitos países e continentes vizinhos.

As RUP representam um ativo extraordinário para a União Europeia em resultado das suas identidades plurais. Contribuem assim, para a riqueza e diversidade cultural da Europa, bem como para o aumento da sua influência.

Trata-se de espaços que se desenvolveram na relação com outras realidades históricas e geográficas. No entanto, a sua distância dos centros de decisão e gestão do continente europeu constitui um desafio para a União Europeia no reconhecimento das suas especificidades.

A sua diversidade é um ativo para a atratividade e tem um impacto extremamente positivo nos sectores e indústrias culturais e criativos (SICC), em termos de criação de emprego, desenvolvimento económico, coesão social e afirmação das suas Regiões.

No entanto, no quadro do programa Europa Criativa, dos mais de 4.000 projetos selecionados entre 2014 e 2019, apenas sete dizem respeito às Regiões Ultraperiféricas. Por conseguinte, é evidente que a cultura está largamente sub-representada nos convites à apresentação de propostas no âmbito deste programa. Um apoio específico, adaptado às características e necessidades do sector cultural nas nossas Regiões, as quais estão plenamente integradas na UE, é, de facto, necessário para que possam beneficiar, tal como as outras regiões europeias, das vantagens de participar nestes convites à apresentação de propostas.

A tomada em consideração da fragilidade económica das RUP nos dispositivos do programa Europa Criativa (e mais particularmente do MEDIA) poderia ser melhor assegurada pela implementação de um *level playing field* regional (RUP) e não nacional. De facto, tal é atualmente calculado a nível nacional, penalizando assim certas RUP, em função da classificação do seu Estado-Membro na categoria de "alta capacidade de produção" (França, Espanha). Deste modo, no programa MEDIA, as RUP não estão incluídas na lista de territórios elegíveis para o convite à apresentação de projetos "European Mini Slate Development", uma nova ação reservada às empresas de produção independentes, de países com baixa capacidade de produção. Embora os sectores de produção cinematográfica nas RUP representem um potencial significativo em termos de criação artística, emprego e desenvolvimento turístico, estas empresas são, no entanto, frágeis e pouco equipadas para se inserirem nos mercados internacionais.

Além disso, nas nossas Regiões, particularmente vulneráveis a riscos climáticos de frequência crescente, a proteção do património construído, zonas de interesse arqueológico e histórico, em particular as zonas costeiras, revela-se importante. Este contexto exige uma melhor proteção das zonas de interesse cultural vulneráveis, bem como uma melhor antecipação dos efeitos destrutivos das alterações climáticas sobre o património cultural. O apoio às operações de proteção, diagnóstico e renovação de edifícios culturais e sítios arqueológicos sensíveis é, portanto, essencial tanto para a valorização como para o acesso ao património cultural, de acordo com os direitos humanos fundamentais. Contudo, a falta de um instrumento financeiro dedicado torna difícil o financiamento de tais operações, cujos custos são consideráveis.

A Conferência apela:

- À identificação das RUP como "territórios com baixa capacidade de produção", independentemente da categoria de pertença nacional;
- À criação de instrumentos concretos adaptados às características e necessidades do sector cultural das RUP no âmbito do Programa Europa Criativa para a promoção e melhoria da mobilidade dos artistas e obras, tendo em conta os sobrecustos, a valorização dos talentos, bem como a valorização do seu património material e imaterial, em particular a proteção e apoio das línguas regionais;
- Ao incentivo à integração dos países parceiros das RUP na lista de países terceiros elegíveis ao programa Europa Criativa;
- Ao apoio da criação e desenvolvimento de itinerários comuns das RUP, inclusive com países parceiros com os quais as RUP têm laços históricos e culturais, abrangendo não só o património construído, histórico e arqueológico das RUP, mas também o património imaterial.

DIGITAL

Dispor de uma base digital sólida nas RUP constitui um grande desafio de forma a aproveitar todas as oportunidades neste domínio estratégico, melhorando as competências digitais conducentes à criação de emprego, reforçando a competitividade e a inovação através de infraestruturas performantes e seguras, bem como através de serviços e usos de qualidade. Garantir uma autonomia estratégica nas nossas regiões, remotas e isoladas face à Europa continental, implica, igualmente, a sua inserção nas cadeias de valor digitais estratégicas internacionais.

Acelerar a transição digital na Europa significa remover todos os obstáculos encontrados pelas RUP na alocação dos investimentos necessários, bem como e facilitar o acesso das populações mais vulneráveis à sua utilização.

Em particular, devem ser criadas condições para o estabelecimento de infraestruturas de muito alta capacidade de comunicação e gestão de dados, a fim de permitir a prestação de serviços avançados aos utilizadores de ferramentas digitais.

O défice digital nas RUP, devido aos seus constrangimentos estruturais, exige a garantia de uma dimensão ultraperiférica na concretização das ambições da UE em matéria de estratégia digital. A Conferência chama especialmente a atenção para os sobrecustos de investimento e de manutenção enfrentados pelas RUP, e que se repercutem de forma agravada sobre o custo das conexões para os utilizadores.

Algumas RUP abrigam importantes dispositivos públicos de investigação, mas o seu tecido económico ainda não está muito implicado nos processos de inovação e transição digital.

A Conferência apela, portanto, para:

- Facilitar o acesso das RUP ao programa "Europa Digital" através de critérios de elegibilidade adaptados e prioridades de ação específicas, de acordo com as suas necessidades, a fim de que possam tirar o máximo partido das oportunidades oferecidas por uma verdadeira transição digital;
- Fornecer um apoio dedicado às RUP no âmbito do Objetivo Específico 4 - Competências digitais avançadas - do programa Europa Digital de forma a permitir às suas populações, particularmente as mais jovens, beneficiar de cursos de formação adaptados no domínio tecnológico e digital;
- Permitir o financiamento não só de cabos submarinos, mas também de satélites no âmbito do MIE Digital;

- Incentivar o desenvolvimento de centros de dados ecológicos, de alto desempenho, a fim de assegurar a soberania digital nas RUP.

DIMENSÃO SOCIAL

A luta contra as desigualdades sociais e económicas é essencial para a coesão social e para um crescimento sustentável. 88% dos europeus consideram que a Europa Social é importante e que deve assegurar a igualdade de oportunidades e o acesso ao mercado de trabalho, bem como condições de trabalho e uma proteção social justas.

Tendo em conta o contexto social agravado pela pandemia da COVID-19, garantir a inclusão, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, particularmente em termos de acesso aos cuidados de saúde, habitação, emprego, educação e formação, especialmente para os jovens, constitui um grande desafio para as RUP. Os dados observados nas nossas regiões, muito abaixo da média europeia, demonstram a necessidade de reforçar a coesão social através de medidas de apoio e prevenção. Devem ser acompanhados de investimentos específicos e baseados numa abordagem por medida, a fim de assegurar uma verdadeira igualdade de oportunidades.

Tendo isto em mente, e de acordo com os três principais objetivos estabelecidos no Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, é importante que a estratégia para as RUP se debruce sobre estes desafios sociais.

Além disso, como estão particularmente expostos às desigualdades, a situação social dos jovens está no centro das preocupações das nossas regiões. É essencial garantir aos nossos jovens uma verdadeira igualdade de oportunidades em todas as fases do seu percurso, tanto no plano educativo como no profissional. A Comissão Europeia adotou, a 14 de outubro, a sua proposta oficial de definição de 2022, como o "Ano Europeu da Juventude". É importante que esta iniciativa permita a participação ativa das RUP de forma a que os seus jovens possam beneficiar plenamente das ações que daí resultarão.

EMPREGO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Os constrangimentos estruturais das RUP, tais como o afastamento geográfico, a dependência de um número limitado de sectores de atividade e a falta de economias de escala, são reforçadas pelos efeitos da crise sanitária, que levou a um forte aumento da taxa de desemprego em algumas RUP, que já era muito elevada em comparação com a média europeia.

Convém recordar que o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais visa um aumento para 78%, até 2030, da população empregada, com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos. Neste contexto, a criação de emprego continua a ser essencial para a viabilidade e atratividade territorial das RUP.

A Presidente da Comissão Europeia comprometeu-se a criar o Espaço Europeu da Educação até 2025, em conjunto com a Agenda Europeia de Competências e a política renovada em matéria de Educação e Formação Profissional (EFP), que deve abranger as especificidades das RUP.

A taxa de abandono escolar nas RUP é duas a três vezes mais elevada do que a média da UE. Estes indicadores são inquietantes e demonstram uma grande vulnerabilidade da educação nas RUP, com fortes impactos no desenvolvimento social, crescimento económico, igualdade de oportunidades e analfabetismo.

Embora as competências sejam essenciais ao desenvolvimento de novos empregos para acompanhar a transição digital e ecológica, muitos jovens ainda têm um baixo nível de competências ou não completam os seus estudos secundários (por exemplo, Açores 27%; Guiana Francesa, 25,1%; Ilhas Canárias 20,8%). Da mesma forma, a inadequação das competências com as ofertas de emprego torna difícil a reconversão profissional dos trabalhadores desempregados de todas as idades. A inversão destes indicadores requer, desde logo, ações contínuas em matéria de educação e formação profissional com vista a melhorar as competências e a empregabilidade destas pessoas.

No contexto da Agenda Europeia de Competências, deve ser dada prioridade a ações de apoio ao desenvolvimento da formação profissional nas RUP, em resposta às necessidades de qualificações para empregos emergentes, particularmente nas economias azul, verde e digital.

A Conferência apela, portanto, para:

- O estabelecimento de uma cartografia das situações de abandono escolar e analfabetismo nas RUP e encorajar o intercâmbio de boas práticas a fim de encontrar soluções concretas para melhorar esta situação.

Digitalização do sistema educativo

A Recomendação do Conselho sobre a aprendizagem mista para um ensino primário e secundário inclusivo e de alta qualidade (COM(2021) 455 final) afirma que "o acesso à educação deve ser garantido independentemente do ambiente em que se realize (...) a abordagem de aprendizagem mista constitui uma oportunidade para melhorar a qualidade, a relevância e a inclusividade da educação e da formação, como uma melhor oferta de aprendizagem nas zonas rurais e remotas, incluindo as regiões ultraperiféricas e as comunidades insulares".

Muitas escolas e estudantes nas RUP estão em ambientes remotos que não são servidos por banda larga e, portanto, não podem aceder a informação e formação de qualidade. As RUP necessitam de um apoio dedicado a implementação de ações com vista a melhorar a sua conectividade a fim de promover a igualdade de acesso à educação e formação. Todos os

dispositivos e instrumentos devem estar, igualmente, acessíveis a todos, independentemente da fragmentação do território.

Neste contexto, a Conferência apela:

- À implementação de medidas específicas para reduzir o "duplo fosso digital" nas RUP;
- O apoio à digitalização da educação e à implementação da aprendizagem mista nas RUP;
- A que seja previsto um apoio específico às RUP no âmbito do Objetivo Específico 4 - Competências Digitais Avançadas - do programa Europa Digital, a fim de permitir às suas populações, especialmente os mais jovens, beneficiarem de formações profissionais adaptadas nos domínios tecnológico e digital.

MOBILIDADE E ERASMUS +

O regulamento do programa Erasmus + esclarece que os constrangimentos relacionados com o afastamento das RUP devem ser tidos em conta. Contudo, as bolsas concedidas são geralmente insuficientes para incentivar a mobilidade entre universidades das RUP, especialmente porque são concedidas com base nas mobilidades dos anos anteriores, quase inexistente até à data.

É essencial implementar as ações concretas propostas na estratégia "para a inclusão e diversidade do Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade", que visa assegurar a igualdade das pessoas com menos oportunidades, uma abordagem que é particularmente pertinente para as RUP e que necessita de uma aplicação concreta.

A Conferência toma nota da futura iniciativa ALMA proposta pela Comissão Europeia, que deverá ser de grande interesse para as RUP, desde que seja acompanhada de recursos financeiros adicionais e especificamente dedicados.

Neste contexto, a Conferência apela:

- Ao desenvolvimento da vertente internacional do programa Erasmus para jovens empreendedores, a fim de incentivar o intercâmbio com empresas de países terceiros sediadas na bacia geográfica das RUP;
- À previsão de uma quota no âmbito do programa Erasmus+, com um apoio reforçado, para a mobilidade entre as universidades das RUP.

SAÚDE

Os sistemas de saúde e de cuidados continuados foram submetidos a uma pressão considerável durante a pandemia, acrescentando-se aos desafios existentes, em particular o prolongamento dos tempos de espera para o acesso aos cuidados, e mesmo em algumas RUP, a escassez estrutural de pessoal e de infraestruturas (desertos médicos).

Neste contexto, o Programa de Ação de Saúde da UE ("EU4Health") para o período 2021-2027 deverá prever medidas específicas destinadas a reforçar a oferta de cuidados de saúde e a experimentação de fileiras de cuidados nas RUP.

Isoladas nas suas áreas geográficas, o desafio para as RUP é ter sistemas de saúde com bom desempenho e serviços de saúde mais completos para responder às necessidades das suas populações. A implementação destes serviços implica custos adicionais significativos no sector da saúde.

O desafio consiste, portanto, em que as RUP desempenhem um papel ativo na implementação de estratégias territoriais em matéria de saúde, a fim de permitir o estabelecimento de redes de saúde adaptadas às problemáticas das nossas populações (prevalência de patologias crónicas, envelhecimento das populações, etc.), e ao mesmo tempo poder cobrir a necessidade de preparação e coordenação em caso de epidemia ou de fenómenos meteorológicos extremos. Do mesmo modo, as infraestruturas de saúde nas RUP devem poder oferecer cuidados que satisfaçam os mesmos requisitos que os exigidos no continente europeu em termos de acesso e fornecimento de cuidados, garantindo assim uma verdadeira igualdade de oportunidades para as suas populações.

A pandemia também destacou o papel predominante das regiões na gestão da crise, que é ainda mais acentuado nas nossas regiões. As RUP têm por natureza uma cultura de gestão de riscos e são suscetíveis de contribuir com a sua perícia em áreas como a investigação em doenças tropicais e a gestão das consequências de fenómenos extremos.

Além disso, o envolvimento das RUP nas estratégias territoriais de saúde permitirá melhorar a atratividade dos seus territórios. De facto, sistemas de saúde reforçados e o desenvolvimento de projetos inovadores encorajarão o aparecimento de novas atividades, tais como centros de excelência, no domínio da investigação e da prestação de serviços de saúde.

A este respeito, a Conferência apoia a Resolução do Parlamento Europeu de 14 de setembro de 2021 a favor da criação de um centro de investigação dedicado às doenças infecciosas e tropicais e às patologias particularmente presentes nas RUP, tais como diabetes, obesidade e certos cânceros.

A Conferência apela, portanto, para:

- A facilitação do acesso ao programa "EU4Health" para as RUP através:
 - ✓ De uma maior flexibilidade na aplicação do critério requerido de pelo menos três Estados-Membros para a elegibilidade dos projetos;
 - ✓ Da inclusão nos programas de trabalho anuais de prioridades em conformidade com as necessidades das RUP.

ECONOMIA AZUL SUSTENTÁVEL

A Conferência recorda a importância de tirar partido do posicionamento marítimo geoestratégico das RUP, dispersas pelos oceanos Atlântico e Índico, Mar das Caraíbas e Canal de Moçambique. Existem imensas oportunidades para o desenvolvimento dos setores de atividade marítima, em particular os emergentes como as energias renováveis marinhas, exploração dos fundos marinhos, conhecimento dos ambientes marinhos, investigação e inovação ao serviço de atividades azuis sustentáveis, preocupados com a preservação e conservação dos ecossistemas e sensíveis às interações "terra-mar".

Neste contexto, é necessário assegurar uma maior coerência no quadro legislativo e de melhor acompanhar as RUP na mobilização de financiamentos específicos para investir na economia azul sustentável, à altura dos ativos excecionais oferecidos pelas suas bacias marítimas.

É forçoso constatar que a ausência de um orçamento especificamente dedicado ao desenvolvimento da economia azul sustentável, não permite a criação de um efeito de alavanca no acompanhamento às RUP para melhor tirar partido do potencial das suas bacias marítimas, cujos desafios, nas fronteiras externas da UE, exigem uma atenção constante e particular.

A Conferência toma nota da dinâmica com vista ao reforço da Estratégia Atlântica e, em particular, das alterações propostas no relatório do Parlamento Europeu, de 14 de setembro de 2021, com vista a uma melhor integração das RUP na mesma.

Contudo, recorda que no Oceano Índico, a Reunião e Maiote são as únicas regiões marítimas europeias para as quais não foi definida qualquer estratégia de bacia europeia.

A Conferência apela para:

- A criação de instrumentos e procedimentos que permitam o desenvolvimento do ordenamento do espaço marítimo por parte das RUP a longo prazo;
- Assegurar uma maior coerência regulamentar ao nível da política marítima europeia;
- Iniciar um processo de reflexão conducente à adoção de uma estratégia de bacia marítima para o Oceano Índico.

PESCA E AQUICULTURA

O potencial e as oportunidades proporcionadas pelo mar nas RUP fazem da pesca uma atividade fundamental que garante a prosperidade das comunidades costeiras, bem como a autossuficiência e a segurança alimentar. A pesca nas RUP é principalmente artesanal, sendo as frotas constituídas maioritariamente por pequenas embarcações que utilizam técnicas de pesca seletiva com baixo impacto ambiental, contribuindo assim para a sustentabilidade da atividade nestes territórios. A responsabilidade com que os profissionais realizam a atividade, demonstra o respeito pelos limites ecológicos e pela biodiversidade, dada a estreita ligação com os recursos haliêuticos, o que facilita a perceção da necessidade da sua conservação.

As medidas previstas na COM(2017) 623 final, relativas à recolha de dados científicos haliêuticos, devem visar, nomeadamente, melhorar o conhecimento do estado dos stocks explorados e não explorados, para que o sector das pescas das RUP possa contribuir para o desenvolvimento socioeconómico sustentável das suas regiões. Paradoxalmente, as RUP sofrem de falta de dados sobre o estado dos stocks de peixes exploradas, bem como de falta de conhecimentos científicos sobre outras populações inexploradas, que poderiam satisfazer os requisitos da Comissão Europeia, tal como reconhecido no seu relatório "STECF-20-11" de 2020, conduzido pelo *Joint Research Center*.

A Conferência:

- Constata a total ausência de progressos no apoio à frota de pesca nas RUP, apesar do compromisso assumido pela Comissão Europeia, em outubro de 2017, de autorizar dispositivos de renovação de embarcações para os seus pescadores. Esta situação incompreensível está a paralisar as comunidades piscatórias costeiras em causa, comprometendo as suas perspetivas de desenvolvimento;
- Insta os serviços da Comissão Europeia a flexibilizarem as excessivas restrições regulamentares, tendo em conta o papel preponderante que a pesca desempenha nas nossas regiões, que estão muito comprometidas com o desenvolvimento da economia azul sustentável;
- Salaria as incoerências do enquadramento dos auxílios de Estado para a autorização de auxílios à frota de pesca das RUP, por um lado, e do enquadramento legislativo do FEAGA, que exclui o seu apoio financeiro à renovação das frotas de pesca nas RUP, por outro;
- Observa que nem todos os segmentos da frota das RUP utilizam os limites máximos de capacidade de pesca estabelecidos, para as RUP, no Anexo II do Regulamento (UE)

1380/2013, que poderiam ser utilizados de forma a melhorar a sua tonelagem e potência originais;

- Recorda a importância, para algumas RUP, da prossecução dos investimentos apoiados pela FEAMPA para a gestão sustentável dos parques costeiros existentes de dispositivos agregadores de peixes, respeitando os ecossistemas marinhos.

Além disso, a Conferência apela:

- À adoção de medidas adequadas para a conservação e gestão dos recursos, incluindo modelos de gestão adaptados à frota e aos recursos disponíveis, através do desenvolvimento e implementação de planos de gestão da pesca costeira;
- À avaliação específica do estado dos conhecimentos científicos atuais sobre os recursos haliêuticos nas RUP, e encorajar a recolha sistemática de dados destas regiões com vista a melhorar estes conhecimentos;
- À adoção de atos de execução do mecanismo de entrada e saída da capacidade de pesca, de modo a que as saídas permanentes nos segmentos da frota das RUP possam ser utilizadas para melhorar a segurança e as condições de trabalho a bordo dos navios, sem em caso algum exceder os limites máximos estabelecidos de capacidade por segmento;
- Ao acesso preferencial das frotas das RUP que operam com artes de pesca sustentáveis às possibilidades de pesca de espécies migratórias nas suas respetivas zonas económicas exclusivas;
- A que seja assegurada a aplicação efetiva das restrições ao direito de pesca até 100 milhas náuticas das costas das RUP, em particular para permitir a intensificação da luta contra a pesca ilegal e os seus danos ecológicos e económicos, e a aplicação de restrições ao direito de pesca até 24 milhas náuticas no quadro dos acordos de pesca;
- À criação de um mecanismo flexível para uma resposta rápida às consequências de eventos climáticos extremos, para infraestruturas e equipamentos de pesca e aquacultura e para as populações costeiras;
- Tendo em conta a fragmentação e o subdesenvolvimento do sector das pescas em Maiote, e tendo em conta os objetivos ainda a alcançar para que o sector atinja os padrões europeus, deve ser prevista uma prorrogação das derrogações temporárias de pelo menos 5 anos para Maiote.

ENERGIA

A componente das energias renováveis no cabaz energético das RUP, embora seja na maioria das regiões superior à das regiões do continente europeu, é ainda baixa em comparação com o potencial disponível, apesar dos esforços feitos e dos custos envolvidos.

Dado o seu afastamento, isolamento e, em alguns casos, dupla insularidade, ou enclave, as RUP possuem sistemas energéticos isolados que não podem ser integrados na rede comum europeia. Enfrentam custos de produção energética superiores aos das regiões localizadas no continente europeu ou nas suas proximidades, mesmo que exista um sistema perequação nacional que ajude a compensar estes sobrecustos. O elevado nível de dependência energética agrava o défice comercial e expõe consideravelmente estas regiões às flutuações dos preços dos combustíveis fósseis.

A política energética da UE a favor das RUP deve doravante ir além da mera abordagem compensatória e explorar plenamente o potencial económico, ambiental e humano das RUP a fim de proporcionar oportunidades reais, particularmente em termos de emprego e resiliência do território. A implementação de iniciativas especificamente concebidas para as RUP, com uma abordagem por medida, afigura-se indispensável para fazer face aos desafios de um bom desempenho das RUP no que concerne ao objetivo europeu da neutralidade de carbono em 2050.

Embora a necessidade de contribuir para o esforço europeu de mitigação seja totalmente partilhada pelas RUP, a sua realidade torna muito difícil a transição energética e o cumprimento dos objetivos de redução de 55% das emissões, até 2030 com os instrumentos europeus e nacionais atualmente à sua disposição e sem instrumentos específicos adaptados à sua situação de isolamento/enclave.

Neste contexto, a exploração de energias renováveis e soluções de armazenamento para compensar a intermitência são incontornáveis para garantir um serviço público de energia regular a um preço acessível para os utilizadores. Permitem o desenvolvimento de uma mobilidade limpa e descarbonizada (o primeiro desafio da transição energia-clima antes da produção de eletricidade), para reduzir a dependência das energias fósseis, valorizando simultaneamente o potencial local. Esta solução está necessariamente associada ao desenvolvimento da eficiência energética e de ações de monitorização da procura de energia nas empresas e na indústria, nas administrações públicas e nas habitações das RUP, de modo a avançar para modos de produção/consumo de energia mais contidos.

Além disso, o aumento significativo das ambições na luta contra as alterações climáticas, em particular o objetivo de alcançar a neutralidade de carbono proposto pela Comissão Europeia, terá um forte impacto nas RUP. São suscetíveis de conduzir a um aumento considerável do custo de produção energética, ainda responsável por elevadas emissões de CO₂, impactando diretamente os consumidores (eletricidade, transportes e mobilidade). Por último, estas medidas terão necessariamente impacto nos respetivos sectores económicos estruturantes (nomeadamente no turismo) e, consequentemente, nas suas perspetivas de desenvolvimento.

Por outro lado, o princípio de transição justa contido no Acordo de Paris impõe a formulação de respostas caso a caso, permitindo valorizar os ativos de cada uma das RUP, preservando ao mesmo tempo a ambição europeia de neutralidade carbónica. Este princípio de responsabilidade partilhada, mas diferenciada, é também fundamental na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

Embora o regulamento da Rede Transeuropeia de Energia (RTE-E) mencione que o acesso à RTE-E contribuirá para reduzir o isolamento das regiões menos favorecidas, insulares, isoladas e periféricas, bem como para reforçar a coesão territorial no seio da UE, não é feita qualquer menção específica às RUP. Além disso, o regulamento mantém a exigência de um critério de elegibilidade transnacional para projetos de interesse comum, excluindo assim os sistemas energéticos remotos e isolados das RUP, dos benefícios de um programa cujo principal objetivo é, no entanto, contribuir para "os objetivos climáticos e energéticos da União no horizonte de 2030 e o objetivo de neutralidade climática até 2050". Desta forma, a Conferência apoia as emendas do Parlamento Europeu e do Conselho, que visam integrar as infraestruturas das Regiões Ultraperiféricas na RTE-E como parte da revisão do regulamento, mas lembra que a supressão do critério de dois Estados-Membros é um pré-requisito essencial.

A própria Comissão, na sua Comunicação "Potenciar uma Economia com Impacto Neutro no Clima: Estratégia da UE para a Integração do Sistema Energético", de julho de 2020, reconhece, contudo, que os esforços de eletrificação de zonas não conectadas à rede continental, como as RUP, apresenta dificuldades específicas.

Do mesmo modo, a "Estratégia da UE relativa às energias renováveis *offshore*" de novembro de 2020, sublinha o significativo valor acrescentado das RUP, que têm um imenso potencial neste domínio e todas as condições favoráveis para desempenhar um papel pioneiro na descarbonização da sua economia e para alcançar os objetivos europeus de redução das emissões de carbono, no horizonte de 2030 e tornar-se climaticamente neutras antes de 2050. No entanto, as energias marinhas requerem experimentação para se adaptarem a um ambiente marinho

específico e a necessidades de investimento significativas. Todavia, apesar destas observações, não estão previstas medidas para as RUP no contexto das futuras redes elétricas em alto mar.

Finalmente, no que diz respeito à Diretiva sobre energias renováveis, o quadro derogatório previsto na alínea a do n.º 13 do artigo 29.º, permite às RUP a derrogação dos critérios de sustentabilidade a fim de promover projetos de produção de eletricidade, calor ou frio, adaptados às suas realidades. Esta derrogação deve ser alargada ao projeto de desenvolvimento de biocombustíveis para o transporte espacial, indispensável à transição energética.

Neste contexto, a Conferência apela a:

- Uma avaliação do impacto dos custos de implementação do pacote legislativo "Fit for 55" para as RUP, a fim de adotar disposições regulamentares adequadas e aumentar o apoio financeiro;
- Um apoio técnico e financeiro para a integração do sistema energético das RUP a fim de alcançar uma transição eficaz em termos de custos nestas regiões, particularmente na gestão do emprego e competências;
- À adaptação da RTE-E à realidade específica e às particularidades dos sistemas elétricos isolados das RUP;
- Ao financiamento de projetos relativos à segurança no aprovisionamento energético das RUP, através do desenvolvimento de energias renováveis e de sistemas de armazenamento de eletricidade e interconexão dentro de uma mesma RUP, entre as RUP da mesma bacia e com países terceiros, quando forem tecnológica e economicamente viáveis;
- À publicação de convites à apresentação de propostas específicos no âmbito do MIE para as RUP, áreas não interconectadas, a fim de ter acesso ao financiamento de projetos relativos às energias renováveis;
- À modificação do n.º 13 do artigo 29.º da Diretiva sobre as Energias Renováveis, a fim de permitir às RUP a derrogação de critérios de sustentabilidade não apenas para a produção de eletricidade, calor ou frio, como também para projetos de biocombustíveis, especificamente no contexto do transporte espacial.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

A tripla pertença (europeia, nacional e regional) das nossas regiões implica, por um lado, tirar melhor partido das vantagens do mercado interno e, por outro lado, integrar-se melhor no seu ambiente imediato, reforçando as suas relações com os países terceiros vizinhos e parceiros.

A constatação formulada no Memorando de 2017 ainda hoje é válida: um impulso mais ambicioso ao nível dos instrumentos políticos, regulamentares e financeiros, com base no artigo 349º do TFUE, é uma garantia de integração regional bem-sucedida. Este novo impulso deve privilegiar uma abordagem "bottom-up" e transversal, baseada num diagnóstico prévio, a fim de fazer face aos vários obstáculos à cooperação regional.

Esta orientação afigura-se essencial para a integração regional das RUP, constituindo uma verdadeira alavanca para libertar todo o potencial do seu posicionamento geoestratégico. Um potencial que poderá não só melhor valorizar a presença da UE nestes espaços, mas também permitir responder às consequências decorrentes de vários desafios (pressão migratória, alterações climáticas, etc.) devido à sua localização em espaços sensíveis.

A visão horizontal das comunicações da Comissão Europeia de 2004, 2008 e 2012 sobre o objetivo de integração regional parece ter sido atenuada na comunicação de 2017, limitando-a apenas aos programas INTERREG, ainda que estes instrumentos sejam essenciais para a integração regional das RUP.

Enquanto pilar da estratégia europeia para as nossas regiões, deve evoluir para uma verdadeira estratégia horizontal, à semelhança do conceito de "plano de ação para a grande vizinhança" iniciado pela Comissão em 2004, que desenvolve e concretiza o paradigma segundo o qual a proximidade das RUP aos países terceiros vizinhos pode beneficiar a UE no seu conjunto.

Para que este verdadeiro salto qualitativo tenha lugar, primeiro que tudo é necessário que a UE se aproprie deste objetivo. O desafio é o de avançar rumo a uma verdadeira estratégia europeia de criação de zonas de influência no Atlântico, Amazónia, Caraíbas e Oceano Índico em todos os domínios onde a presença de regiões europeias possa ter um impacto, nomeadamente em matéria de política de migração e asilo, de política comercial e de política de cooperação para o desenvolvimento.

As diferentes áreas geográficas nas quais se situam as RUP possuem características, desafios e oportunidades distintas. É, portanto, essencial co-construir uma estratégia para cada uma destas áreas, com base num diagnóstico prévio, a fim de identificar os principais desafios comuns e de aproveitar todo o potencial de uma cooperação reforçada. Este diagnóstico preliminar deve

apoiar-se numa dupla reflexão: por um lado, uma reflexão sobre os desafios que a UE enfrenta nestas áreas, e por outro, sobre os efeitos destes desafios nos territórios europeus presentes nestas áreas, bem como as respostas que podem ser dadas pela UE.

A este respeito, deve ser estabelecida uma ligação direta entre os programas INTERREG das RUP e a estratégia definida para cada área. Os objetivos prioritários destes programas deveriam coincidir com os desafios comuns identificados previamente na análise.

Neste contexto, embora os novos programas INTERREG tenham feito progressos nestas questões, muito há ainda a fazer para alcançar uma verdadeira apropriação por todos os países participantes.

Finalmente, a Conferência dos Presidentes das RUP recorda as dificuldades recorrentes no que respeita à coordenação dos vários instrumentos de cooperação, em particular entre o FED e o FEDER, e sublinha a importância da implementação operacional tanto do Instrumento de Vizinhança, Cooperação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional (NDICI em inglês) como do Instrumento PTU, a fim de facilitar o sucesso dos projetos de cooperação.

A Conferência dos Presidentes das RUP propõe a co-construção de uma estratégia europeia para a integração regional das RUP, específica para cada bacia geográfica, baseada numa abordagem horizontal e transversal e baseada nos resultados de um diagnóstico prévio, realizado conjuntamente, que deverá identificar:

- A área de influência, incluindo os países parceiros de interesse;
- Os principais desafios e oportunidades decorrentes da presença de regiões europeias nestas áreas;
- O impacto de fatores como o desenvolvimento tecnológico, os transportes ou as alterações climáticas nas relações entre os territórios da área em questão;
- O impacto da situação económica e política dos países terceiros parceiros sobre a definição de cooperação reforçada, a fim de identificar os domínios reais de cooperação em que a presença das RUP possa ter um valor acrescentado recíproco;
- O impacto da pressão migratória nas relações entre os territórios da área;
- O impacto da pandemia da COVID-19.

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

Num contexto de globalização e de concorrência crescente em matéria de inovação e de desenvolvimento tecnológico, a UE pretende melhorar o seu desempenho através de uma política europeia de investigação ambiciosa. Como terceira maior rubrica orçamental, após a política de coesão e a agricultura para o período 2021-2027, a investigação e a inovação devem ser verdadeiros motores do crescimento europeu e um ativo para fazer face aos principais desafios globais (crise sanitária, transição ecológica, segurança e autonomia alimentar....).

Face a estes desafios, as RUP representam um ativo para a UE. De facto, a investigação realizada nas RUP contribui para a resolução destes grandes desafios globais e oferece um valor acrescentado à política de investigação.

As RUP não só contribuem para a projeção global da UE nas suas várias bacias geográficas, como também têm potencial para se destacarem a nível mundial em vários sectores: economia circular, economia do conhecimento, avaliação da biodiversidade e dos ecossistemas, economia azul (incluindo aquacultura), ecossistemas marinhos, agronomia e segurança alimentar, biotecnologia, energia, mitigação e adaptação aos riscos das alterações climáticas, transição energética nas ilhas e energias renováveis, TIC & sociedade de informação, ciência espacial, saúde/cibersaúde; farmacologia, monitorização do sistema terrestre, logística e transporte de mercadorias....

Contudo, a diversidade e a fragmentação das atividades de investigação exigem que estas regiões sejam capazes de atrair talentos especializados de alto nível nos domínios de excelência específicos do seu ecossistema regional de I&D&I. O défice de talentos pode ser, em parte explicada por um baixo nível de qualificação superior, pela menor atratividade das suas universidades e pela presença de centros de investigação, que são frequentemente pequenos ou mesmo inexistentes em algumas RUP. Além disso, é difícil promover clusters temáticos com forte potencial económico em função do seu afastamento e isolamento. O potencial de RDI das RUP permanece, portanto, subaproveitado até à data.

A fim de tirar pleno proveito deste potencial, as RUP devem também ser integradas em redes europeias e internacionais competitivas. Tal permitirá um reforço dos intercâmbios, o estabelecimento de redes com comunidades e centros de excelência europeus e internacionais, a fim de aumentar as suas capacidades, a sua visibilidade, fluxo de conhecimentos e know-how, bem como a sua integração em cadeias de valor globais.

Neste sentido, o projeto FORWARD, no qual participam todas as RUP, é uma primeira etapa com vista ao reforço da colaboração através dos respetivos centros de investigação, em particular para se aceder aos programas de investigação europeus.

A integração das RUP no esquema "Partilhar a excelência", que, tendo em conta as suas disparidades e atraso em termos de I&D&I, visa melhorar a participação das nossas regiões no programa Horizonte Europa, constitui um importante avanço.

A Conferência apela:

- À continuação do projeto FORWARD a fim de reforçar as capacidades de investigação e inovação nas RUP e de promover os seus ativos junto de potenciais parceiros europeus;
- Ao apoio ao estabelecimento de uma rede de organismos públicos regionais com vista a acompanhar os responsáveis dos projetos Horizonte Europa nas RUP;
- O lançamento de "missões RUP" inspiradas no modelo do programa Horizonte Europa, que permitiria aos intervenientes das RUP, bem como a outros parceiros europeus e de países terceiros, coordenarem os seus esforços no que concerne aos seis desafios-chave identificados no âmbito do projeto FORWARD: conservação e restauração ecológica, transição energética, economia circular, adaptação às alterações climáticas e mitigação dos riscos, gestão dos recursos hídricos e economia azul;
- A que se complete o sistema de informação estatística e publicações associadas de forma a assegurar a igualdade de tratamento das RUP francesas no que concerne aos dados relativos à investigação e inovação à escala europeia;
- Ao reforço da posição dos atores relevantes das RUP no âmbito da vertente de investigação e inovação do diálogo UE-África.

MIGRAÇÃO

A crise dos refugiados em 2015 colocou a questão migratória como prioridade da agenda política europeia. A chegada massiva de migrantes de países terceiros através da bacia mediterrânica cristalizou os debates sobre a proteção das fronteiras externas, a gestão dos fluxos migratórios e as modalidades de acolhimento e de integração. As imagens insuportáveis dos migrantes sem vida, especialmente Aylan numa praia europeia, centraram o debate, entre outras coisas, no apoio financeiro aos migrantes e na partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros.

Como fronteiras externas da Europa, as RUP, localizadas em quatro bacias distintas (Caraíbas, Amazónia, Índia, Macaronésia) estão também sujeitas a um afluxo regular. O padrão de migração nas RUP, particularmente em Maiote, Saint-Martin, Guiana e Ilhas Canárias, caracteriza-se por um elevado nível de imigração irregular com um fluxo constante mais que por uma imigração por motivos laborais.

Como vitrinas da Europa nas suas respetivas bacias, representam, de facto, regiões particularmente atrativas no plano educativo, económico ou sanitário para o seu ambiente imediato, especialmente para os seus países terceiros vizinhos, frequentemente menos desenvolvidos economicamente.

O aumento dos fluxos migratórios em contexto insular, ou num enclave, cuja imensidão limita as possibilidades de controlo nas fronteiras, como é o caso da Guiana, pressupõe uma capacidade de absorção de exigências exponenciais em termos de saúde, educação, gestão de resíduos, saneamento, energia, entre outros, que é inexistente nas RUP.

Para além das limitações estruturais das RUP reconhecidas no artigo 349º do TFUE, existem fluxos migratórios constantes que exercem uma pressão adicional sobre as suas despesas públicas. O seu desenvolvimento económico é, de facto, mais penalizado por serem, por necessidade, regiões de acolhimento, colocadas na linha da frente da gestão dos migrantes que chegam ao território europeu.

Em Maiote, cerca de 27.400 devoluções tiveram lugar em 2019. 90% da ação social diz respeito ao apoio a crianças a fim de prestar cuidados aos "menores não acompanhados" (estimados em 5000). Estes números levantam a questão da capacidade de assistência pública. Habitações insalubres, insegurança energética e irregularidade no funcionamento de serviços essenciais para a população colocam Maiote numa situação de emergência permanente.

Nas Ilhas Canárias, a chegada de migrantes, na sua maioria provenientes de países da África Ocidental, particularmente Marrocos, Senegal e Mauritânia, está constantemente a aumentar,

com mais de 18.000 chegadas de migrantes ao longo de 2021, o que representa mais do dobro do número do mesmo período do ano anterior. Este fluxo migratório exerce grande pressão sobre as instituições de assistência social de um território fragmentado e remoto como as Ilhas Canárias, que também têm de lidar com o acolhimento e guarda de perto de 3.000 "menores não acompanhados" atualmente alojados em instalações geridas pelo Governo das Canárias e outras instituições locais, sem uma resposta adequada das instituições europeias a este respeito.

Do mesmo modo, a Guiana enfrenta há muitos anos uma imigração massiva de pessoas, originárias principalmente da América Latina e das Caraíbas. As repercussões da situação política e militar no Médio Oriente conduziram, também, ao surgimento de redes organizadas, cuja estruturação se afigura deveras preocupante. Os pedidos de asilo aumentaram acentuadamente nos últimos anos (quadruplicaram desde 2014) dando lugar a um engarrafamento do sistema administrativo do tratamento do direito de asilo e a uma explosão dos custos de acompanhamento social. Estas solicitações raramente são bem-sucedidas (menos de 4%), mas, apesar disso, os migrantes tentam permanecer no país. Estima-se que mais de 35.000 estrangeiros se encontrem atualmente numa situação irregular, o que representa perto de 12% da população. A título de exemplo, seria como se a UE tivesse de proporcionar o mínimo de subsistência em termos de habitação, saúde, assistência social, educação, formação... a mais de 53 milhões de pessoas.

Além disso, e paradoxalmente, a livre circulação de bens, pessoas e mercadorias aplica-se a todas as RUP mas, estando fora do espaço Schengen, as RUP francesas não beneficiam dos instrumentos de controlo, vigilância e proteção das fronteiras.

Dado que a Comissão Europeia decidiu não adotar um novo plano de ação específico para os "menores não acompanhados", o orçamento para estes será incluído no Fundo de Asilo, Migração e Integração (FAMI), que reservará um montante para o seu acolhimento e integração, pelo qual as autoridades regionais serão responsáveis. No entanto, é essencial precisar o envelope específico a ser atribuído às regiões.

De facto, a gestão dos fluxos migratórios e a proteção das fronteiras continuam a ser um grande desafio para estas regiões.

A Conferência saúda a introdução de uma dimensão regional para as medidas de integração que podem ser implementadas pelas autoridades locais e regionais ao abrigo do Regulamento do FAMI (Artigo 11-9).

A Conferência apela, ainda:

- Que as RUP sejam consideradas como "zonas de urgência" no âmbito da definição do programa de trabalho do FAMI, bem como à introdução de um apoio financeiro dedicado à tomada em consideração das suas necessidades (formação, desenvolvimento de recursos humanos....);
- Alargar as ações da guarda fronteiriça e costeira às RUP fora do espaço Schengen;
- Permitir que as RUP beneficiem de parte dos créditos do FAMI geridos diretamente pela Comissão Europeia através da organização convites à apresentação de propostas referentes a projetos específicos sobre temáticas pertinentes e/ou através da menção das RUP nos critérios de atribuição destes convites;
- Assegurar que as RUP sejam devidamente tidas em conta nos programas operacionais nacionais relativos ao FAMI, em conformidade com o considerando do regulamento que sublinha a necessidade de estes programas responderem aos problemas específicos das RUP em termos de migração;
- Criar uma Task Force em matéria de imigração entre a Comissão Europeia, os Estados-Membros e as RUP mais afetadas pelo fenómeno migratório. O objetivo será a criação de uma plataforma de discussão com o objetivo de encontrar soluções para mitigar o impacto dos fluxos migratórios irregulares e, em particular, a gestão de crises ligadas à chegada massiva de migrantes;
- Implementar um sistema que permita identificar os membros da família dos menores não acompanhados que residam legalmente no território da UE, a fim de facilitar o reagrupamento familiar;
- Prever um apoio europeu adequado que tenha em conta o regresso massivo de cidadãos portugueses provenientes da Venezuela à Madeira.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

O grande afastamento do continente europeu, associada à dupla insularidade dos arquipélagos ou aos enclaves, no caso da Guiana Francesa, torna difícil respeitar os princípios de continuidade e coesão territorial das RUP e constitui um grande obstáculo ao princípio da livre circulação de pessoas e bens. Uma mobilidade melhorada e sustentável, através de medidas que permitam uma maior acessibilidade, estimula o crescimento económico, a criação de emprego e uma maior inclusão social.

As RUP possuem mercados de pequena dimensão, sem economias de escala, aos quais não podem ser aplicadas as mesmas condições de acesso e financiamento aplicáveis nas zonas densamente povoadas e/ou o território continental europeu. Por conseguinte, os programas de financiamento da UE devem ter em conta a especificidade destas regiões, apoiando medidas que ajudem a reduzir o seu défice de acessibilidade. Nestas regiões, o transporte aéreo e marítimo não pode ser considerado simplisticamente como apenas mais um meio de transporte, mas sim como a única opção viável para o transporte de pessoas e mercadorias.

A Comissão Europeia encomendou um "Estudo sobre a acessibilidade física das Regiões Ultraperiféricas" em 2019. Este estudo analisa em pormenor este desafio-chave e classifica-o em três dimensões:

- O afastamento da Europa continental;
- Acesso difícil a países terceiros da UE, vizinhos das RUP nas suas bacias regionais;
- Problemas de acessibilidade intrarregional devido ao isolamento, à insularidade ou mesmo à dupla insularidade.

Esta falta de acessibilidade conduz a sobrecustos significativos, que têm um grande impacto no comércio e, por conseguinte, na competitividade. O atual aumento do preço do frete marítimo, associado à redução dos serviços prestados, impactam evidentemente o poder de compra das famílias e, de uma forma mais geral, as economias das RUP, em termos de produção, processamento e distribuição.

Além disso, as RUP são confrontadas com grandes problemas de congestionamento dos transportes terrestres, para os quais é fundamental uma ação orientada para os nós urbanos e para a redução dos estrangulamentos. Neste contexto, quaisquer critérios de tráfego têm de ser adaptados às realidades das redes de transporte terrestre das RUP. As RUP continuam empenhadas no desenvolvimento da intermodalidade, permitindo uma maior utilização de modos de transporte mais limpos e de soluções multimodais.

O reforço da acessibilidade nas RUP continua assim a ser um imperativo. De facto, a política comum de transportes não satisfaz plenamente as necessidades das RUP porque não tem em conta as suas especificidades consagradas no artigo 349º do TFUE.

A Conferência apela, portanto, para:

- A tomada em consideração das especificidades das RUP na implementação da política de transportes em todas as suas dimensões, em particular na estratégia de mobilidade sustentável e na iniciativa "Fit for 55";
- A Preparação de um plano de contingência para o sector dos transportes das RUP, tendo por base os ensinamentos retirados da crise da COVID-19;
- Uma atenção constante às infraestruturas e serviços públicos de transporte (marítimos, terrestres e aéreos) através de um apoio financeiro adequado, a fim de evitar qualquer rutura dos serviços essenciais para os utilizadores e mercadorias, em particular no caso de crises sanitárias ou de eventos meteorológicos extremos e inesperados.

RTE-T e MIE-T

No que respeita mais especificamente ao Regulamento 1315/2013 relativo às orientações da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), atualmente em revisão, e ao Regulamento (UE) 2021/1153 que estabelece o MIE, a Conferência apela:

- À integração de todas as RUP na RTE-T e à implementação dos instrumentos apropriados a fim de que todos os portos e aeroportos das RUP (rede global e central) possam conectar-se aos respetivos corredores;
- À integração dos principais nós urbanos e vias terrestres necessárias à intermodalidade e interoperabilidade dos vários modos de transporte sustentáveis nas RUP, para uma adaptação dos critérios de elegibilidade às realidades geográficas das RUP e aos sobrecustos a que têm de fazer face;
- No que diz respeito à Rede Global, a supressão do critério de uma distância mínima de 200 quilómetros entre portos, previsto na alínea d) do nº 2 do artigo 20º, tendo em conta as realidades geográficas das RUP;
- No que diz respeito às autoestradas do mar, permitir a sua implementação entre as RUP e, também, com países terceiros. Em particular, a regra da transnacionalidade não deve ser aplicada, ou deve ser aplicada numa fase posterior, permitindo assim estabelecer ligações entre um porto localizado numa RUP e um porto localizado no mesmo Estado-

Membro dessa RUP, integrando assim o conceito de transporte marítimo de longa distância (*long sea shipping*);

- Prever um apoio técnico da parte da Comissão Europeia no âmbito dos convites à apresentação de propostas MIE 2021-2027, em particular através de grupos de trabalho, que possibilite uma resposta adequada.

Descarbonização do transporte

A descarbonização do sector dos transportes nas RUP deve ser proporcional aos desafios colocados pela sua forte dependência do transporte aéreo e marítimo e pela ausência de alternativas mais limpas, tais como o transporte ferroviário.

As revisões em curso no contexto da iniciativa "Fit for 55", particularmente as relacionadas com o Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CORSIA), irão implicar um aumento dos custos para os consumidores e reduzir a competitividade dos aeroportos e portos regionais, aumentando assim o défice de acessibilidade das RUP. As normas ambientais europeias devem continuar a ser um incentivo e não um entrave ao desenvolvimento e à mobilidade destas regiões.

A proposta da Comissão Europeia sobre a revisão da diretiva relativa à tributação dos produtos energéticos e da eletricidade (COM (2021) 563 final) poderia, por exemplo, levar a um aumento do custo dos bilhetes de avião, o que seria prejudicial para a mobilidade e integração das RUP no espaço europeu.

Além disso, a Comissão tenciona alargar o sistema CELE ao transporte marítimo (COM (2021) 551 final). A avaliação de impacto que acompanha a proposta sublinha, no Anexo 13 "a forte dependência das Regiões Ultraperiféricas face ao transporte marítimo para a continuidade territorial, importações de matérias-primas, bens essenciais e certas exportações".

Do mesmo modo, na sua avaliação de impacto sobre "a proposta de diretiva relativa à contribuição do setor da aviação para a meta de redução das emissões a nível de toda a economia da União e à aplicação adequada de uma medida baseada no mercado global", a Comissão reconhece que as medidas propostas terão como consequências alterações das tarifas aéreas e da frequência de voo nas RUP, que podem afetar o acesso dos seus residentes ao emprego, educação e outras oportunidades, bem como o seu desenvolvimento económico.

Neste sentido, a Conferência apela para:

- A realização de uma avaliação de impacto sobre os custos de implementação do pacote legislativo "Fit for 55" para a Ultraperiferia;

- A tomada em consideração das especificidades das RUP através de disposições regulamentares coerentes e adaptadas, a fim de alcançar um justo equilíbrio entre o imperativo ambiental, as necessidades de acessibilidade e os elevados custos sociais que as suas já vulneráveis populações terão de suportar;
- À manutenção da exclusão de voos com origem ou destino nas RUP (incluindo voos internacionais) do sistema CELE, prevista no Regulamento 2017/2392, de 13 de dezembro de 2017, a fim de garantir a coesão territorial e a acessibilidade destas regiões europeias;
- À flexibilização das medidas relativas à monitorização, comunicação e verificação das emissões de dióxido de carbono no sector dos transportes marítimos, a fim de não penalizar os operadores de rotas entre ilhas dentro da mesma RUP e entre as RUP e a Europa continental;
- A que se preveja uma derrogação temporária para as RUP, no contexto das zonas marítimas de controlo das emissões de CO₂ (ECAS), a fim de garantir o fornecimento de bens essenciais às RUP.

TURISMO

As RUP possuem vantagens comparativas notáveis: um património natural excecional (sítios certificados pela UNESCO, vulcões, hotspots de biodiversidade, lagoas, etc.), um clima tropical e subtropical, atividades de lazer diversificadas, diversidade cultural, um contexto institucional estável, bem como um estatuto de regiões europeias no coração do Oceano Índico, do Atlântico, das Caraíbas e da Amazónia. Estas características apresentam um enorme potencial para o desenvolvimento do sector do turismo. Graças aos seus ativos naturais, as RUP estão a captar fluxos turísticos à escala global, concentrando-se em abordagens inovadoras.

O sector do turismo está no centro da maioria das economias das RUP, tanto através da sua contribuição direta para o PIB regional, como através da sua capacidade de gerar e manter emprego, direta ou indiretamente. Tem um efeito de arrastamento significativo noutros sectores da economia: atividades de produção, serviços, comércio, cultura e desporto. Além disso, é um importante vetor de investimento público (infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias) e de ordenamento sustentável do território.

Está também altamente exposto a externalidades geopolíticas, sanitárias e climáticas, e dependente de ligações aéreas. Em geral, o turismo, embora tenha vindo a crescer constantemente nas últimas décadas, é particularmente sensível à situação económica dos mercados emissores, à concorrência de outros destinos, muitos dos quais fora da UE, com padrões competitivos, sociais e ambientais mais baixos.

Este sector, sujeito a uma enorme incerteza, deve ainda adaptar-se às mudanças aceleradas dos últimos anos em função de modificações sociodemográficas, da digitalização e de uma maior sensibilização para a proteção do ambiente, nomeadamente o fenómeno conhecido como "shame to fly", que poderia alterar a seleção dos destinos.

Além disso, a Comissão Europeia reconheceu na sua última Comunicação, que atualiza a nova estratégia industrial (COM (2021) 350 final), que o turismo era o sector "mais afetado" pela crise da COVID-19 e que a mobilidade "enfrentaria uma recuperação mais lenta e mais desigual". Deve ser dada especial atenção ao trabalho conducente ao desenvolvimento da Agenda Europeia do Turismo 2030/2050, que incluirá um plano de ação para promover a competitividade sustentável deste sector.

Estas observações foram recordadas pelo Conselho que, nas suas conclusões sobre "Turismo na Europa na próxima década: turismo sustentável, resiliente, digital, global e social" de 27 de maio

de 2021, sublinhou também a contribuição positiva do turismo sustentável responsável para as RUP e a necessidade de tomar medidas para melhorar a sua conectividade.

A Conferência apoia as orientações formuladas pelo Parlamento Europeu, na sua resolução de 25 de março de 2021 "Estabelecer uma estratégia da UE para o turismo sustentável" (2020/2038(INI)), que convida a Comissão a ter em conta as RUP aquando da formulação e avaliação do impacto da legislação relativa ao turismo, um apoio financeiro adequado para salvaguardar a sua acessibilidade, bem como as medidas para a transição climática e digital.

A Conferência apela:

- À aceleração da recuperação do sector do turismo, altamente dependente das ligações aéreas e marítimas;
- Ao envolvimento prioritário das RUP nas diversas iniciativas que a Comissão está a promover no âmbito da recuperação e da transição do sector turístico.

Além disso, a Conferência chama a atenção para o impacto que as medidas destinadas à transição para uma economia neutra em termos de carbono podem ter nas suas regiões, e apela a uma avaliação específica com vista a assegurar que o cumprimento destes objetivos ambientais seja abordado de uma forma equitativa para os seus cidadãos e agentes económicos.

Neste âmbito, a Conferência alerta o potencial das suas regiões na implementação de soluções inovadoras para assegurar uma transição para um turismo mais sustentável e equitativo, através de mecanismos pelos quais o impacto da pegada de carbono do viajante possa ser compensada por produtos e serviços de turísticos sustentáveis.

A Conferência apela:

- Ao apoio da valorização e da proteção dos ativos turísticos das RUP: património natural, cultural e histórico, atividades e sectores tradicionais, produção local;
- À implementação de sistemas inteligentes de gestão de destinos.



**DOCUMENTO DE POSIÇÃO COMUM DOS 3 ESTADOS MEMBROS E DAS 9 REGIÕES
ULTRAPERIFÉRICAS**

**NO ÂMBITO DA ATUALIZAÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA DA COMISSÃO EUROPEIA COM
AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS E DA ADOÇÃO DA COMUNICAÇÃO PARA ESTAS REGIÕES**

19 de janeiro de 2022

Os governos dos Estados Membros da RUP:



Com a colaboração dos governos regionais, autoridades locais e conselhos regionais e departamentais das RUP:



MENSAGEM DO MINISTRO DO ULTRAMAR FRANCÊS:	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:	5
INTRODUÇÃO	6
AGRICULTURA / DESENVOLVIMENTO RURAL	13
ECONOMIA AZUL/PESCAS	14
EMPREGO E COESÃO SOCIAL/EDUCAÇÃO E MOBILIDADE	16
SAÚDE	17
CONECTIVIDADE DIGITAL	19
TRANSPORTES	21
TRANSIÇÃO ECOLÓGICA/RESÍDUOS/ECONOMIA CIRCULAR	22
RECUPERAÇÃO ECONÓMICA PÓS-COVID	24
INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	25
AUXÍLIOS DE ESTADO	26
INTEGRAÇÃO REGIONAL	27
MIGRAÇÕES	27
QUESTÕES INSTITUCIONAIS	28

MENSAGEM DO MINISTRO DO ULTRAMAR FRANCÊS:



Sob o signo de pertença, impulso e recuperação, a Presidência Francesa do Conselho da União Europeia, que teve início a 1 de janeiro de 2022, pretende colocar as Regiões Ultraperiféricas (RUP) no centro do seu programa oficial e levar a bom termo projetos e textos relacionados com estas regiões. As RUP são de facto territórios que vão ao encontro das ambições da França para a União Europeia. Neste sentido, União Europeia tem a responsabilidade de responder aos desafios económicos, sociais e ecológicos que as RUP enfrentam.

Pertença: as RUP representam um potencial para fomentar um sentimento de pertença à União Europeia através de todos os oceanos e para transmitir uma imagem europeia para além das fronteiras continentais. Para assegurar este sentimento de pertença, é crucial que a União Europeia seja também uma mais-valia para as RUP, continuando a aplicar uma política de coesão ambiciosa e adaptando normas em todos os domínios em que tal seja necessário.

Impulso: a fim de assegurar a promoção dos valores e interesses de todos os seus territórios num mundo cada vez mais competitivo, a União Europeia deve permitir às RUP modernizar as suas economias, facilitar a integração regional, reforçar a igualdade entre todos e lidar com sucesso com o desenvolvimento da transição ecológica e digital. Espero que a ambição da França de conseguir uma Europa orientada para o progresso possa refletir-se também nas RUP.

Recuperação: a crise sanitária demonstrou a importância da União Europeia para assegurar a proteção das populações e das economias. No entanto, também realçou a fragilidade e o isolamento das RUP. Numa altura em que estas regiões e os seus habitantes se veem confrontados com uma multiplicidade de catástrofes naturais cada vez mais recorrentes, uma diminuição do turismo, bem como desafios ambientais sem precedentes, a Presidência Francesa do Conselho da União Europeia está empenhada em promover o reforço económico destas regiões.

A Presidência francesa do Conselho da União Europeia congratula-se assim com a vontade da Comissão de renovar a sua estratégia para as RUP, e partilha a visão de uma próxima comunicação altamente operacional, cujas propostas responderão a estes desafios. A Espanha, a França e Portugal, e as suas Regiões Ultraperiféricas desejam levar a cabo um novo trabalho conjunto a fim de identificar os obstáculos regulamentares e as lacunas das estratégias europeias que precisam ser eliminadas ou corrigidas a fim de acelerar o desenvolvimento sustentável destas regiões, aumentar as oportunidades para os seus habitantes e garantir a segurança para todos.

Estes intercâmbios fazem parte dos vários trabalhos preparatórios realizados em 2021 para facilitar o trabalho da Comissão na publicação de uma nova estratégia para as RUP em 2022:

desde os grupos de trabalho temáticos, organizados pela unidade RUP da DG REGIO, até à declaração final dos presidentes das RUP, apresentada a 19 de novembro, nos Açores.

Este trabalho permite-nos apresentar, hoje, um documento comum das nove RUP e dos três Estados-Membros. Um documento ambicioso e partilhado, inserido num quadro estratégico, abrangendo todas as áreas e que permitirá converter as Regiões Ultraperiféricas em laboratórios para o futuro da Europa, até 2030.

A Europa "com uma dimensão humana" pretendida pelo Presidente da República Francesa encontra a sua plena expressão nas Regiões Ultraperiféricas.

Desfrute da sua leitura!

Sébastien LECORNU, Ministro do Ultramar

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:



A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que reúne as nove Regiões Ultraperiféricas Europeias (RUP), trabalha há muitos anos para defender os interesses das nossas regiões, cujo estatuto é reconhecido no artigo 349 do TFUE.

Os constrangimentos estruturais que os nossos territórios enfrentam, tornam necessária a adaptação das políticas europeias. Esta é a essência do Artigo 349.

A futura estratégia de parceria entre a Comissão Europeia e as RUP é uma oportunidade para a utilização de instrumentos eficazes, para uma melhor integração das RUP no ordenamento jurídico europeu. Estes instrumentos devem permitir que as RUP tirem partido do seu estatuto europeu, da sua pertença ao mercado interno, tirando o máximo partido dos seus ativos, da sua posição geoestratégica e dos seus laços históricos e económicos, dentro das respetivas bacias. Grandes desafios aguardam as RUP nos próximos anos. Estamos principalmente preocupados com a implementação dos novos paradigmas da União Europeia para "uma União mais verde e mais digital". Os nossos territórios têm a capacidade de se envolverem plenamente nestas novas prioridades, que terão de atuar como alavancas para a reorientação dos nossos modelos de desenvolvimento, com base nos nossos ativos. Não poderemos alcançar estes ambiciosos objetivos sem uma verdadeira política de adaptação, que tenha em conta as nossas necessidades, as nossas especificidades, bem como o nosso valor acrescentado para a construção europeia.

Esta posição conjunta entre os nossos nove territórios, França, Espanha e Portugal, convida a Comissão Europeia a estar à altura da sua ambição para as Regiões Ultraperiféricas: a economia azul, a luta contra as alterações climáticas e a valorização da biodiversidade. Devemos continuar a trabalhar em conjunto, com base no nosso desejo comum de dar plena execução ao Artigo 349, particularmente neste contexto marcado por uma pandemia sem precedentes.

A Martinica detém a presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, ao mesmo tempo da Presidência Francesa do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2022. Esta é uma oportunidade perfeita para trabalhar em soluções adaptadas aos nossos países, terras da Europa nas Caraíbas, no Atlântico, no Índico e na América.

Aproveitemos esta oportunidade para trabalhar em conjunto e encontrar respostas aos desafios do nosso tempo.

Serge LETCHIMY

INTRODUÇÃO

As regiões ultraperiféricas (RUP) são territórios que oferecem muitas oportunidades à União Europeia. As políticas europeias devem apoiar o seu potencial e o seu crescimento, reforçando simultaneamente a coesão económica e social entre os territórios e no interior dos mesmos. Assim, a França, Espanha, Portugal e as nove RUP europeias atribuem grande importância à renovação da estratégia europeia pela Comissão para as Regiões Ultraperiféricas, a fim de adaptar ao novo contexto europeu, marcado pelas consequências da pandemia de Covid-19 e pelos desafios da transição digital e ecológica.

A renovação desta estratégia é uma oportunidade para tornar as Regiões Ultraperiféricas laboratórios de políticas públicas de interesse para todo o continente europeu. A França, Espanha e Portugal trabalham há muitos anos para assegurar que as características específicas das RUP sejam tidas em conta pela União Europeia e procuram regularmente influenciar as estratégias da Comissão para as RUP.

França, Espanha, Portugal e as nove RUP sublinham que a estratégia que assumirá a continuidade do quadro estabelecido em 2017, "Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE", deve dar uma resposta operacional aos constrangimentos estruturais e permanentes enfrentados pelas RUP, que são reconhecidos ao mais alto nível jurídico pelo artigo 349 do TFUE. A este respeito, França, Espanha e Portugal congratulam-se com o trabalho realizado pela Conferência dos Presidentes das RUP (CPRUP), que levou à apresentação de uma declaração política conjunta, contendo soluções concretas, na XXVI CPRUP, realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2021, em Ponta Delgada (Açores).

A renovação da estratégia de 2017 é necessária para ter em conta novos dados geoestratégicos como o Brexit, e as novas prioridades da Comissão e dos Estados-Membros: uma Europa mais verde, mais digital e mais justa, num novo quadro financeiro plurianual, a necessidade de promover a recuperação, o desejo de fazer face às dificuldades do sector agrícola num contexto de evolução da PAC, nomeadamente do POSEI, e de ter em conta as flutuações no mercado da energia. A estratégia da Comissão deve, pois, propor formas de melhor adaptar as políticas europeias às RUP e aos desafios que estas enfrentam, em particular as elevadas taxas de desemprego, a educação e a formação dos jovens, a conectividade, as pressões migratórias, a coesão económica e social, as alterações climáticas, bem como os constrangimentos estruturais como o afastamento ou a exposição a riscos naturais extremos (furacões e erupções vulcânicas).

A França, Espanha, Portugal e as nove RUP consideram que a próxima estratégia das RUP deve promover a coesão e responder aos constrangimentos das RUP nos seguintes domínios:

Modernizar o sector agrícola e o sector das pescas e da aquicultura

A agricultura e a pesca nas RUP são sectores fundamentais que criam emprego e dão forma a um modelo de desenvolvimento adaptado às especificidades territoriais, permitindo assegurar o ordenamento do território e são essenciais para a segurança alimentar nestes territórios compostos na sua maioria por ilhas. A importância dos sectores da agricultura e das pescas foi realçada pela crise sanitária da Covid-19. O seu desenvolvimento deve permitir obter uma oferta local de produtos agrícolas e piscícolas frescos e diversificados, contribuindo assim para a melhoria do sistema alimentar e, consequentemente, da saúde das populações.

Aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pelos mares e oceanos que banham as Regiões Ultraperiféricas (Oceanos Atlântico e Índico, Mar das Caraíbas) é uma das prioridades chave para o futuro, a fim de desenvolver setores criadores de empregos azuis, tirando o

máximo partido das potencialidades naturais, em grande parte inexplorados e reforçando a competitividade e a atratividade destas regiões.

França, Espanha e Portugal, assim como todas as RUP, recordam a importância do sector agrícola e da economia azul para o desenvolvimento dos territórios em termos de estruturação da economia, emprego e equilíbrio comercial, assim como o desafio de assegurar a competitividade destes sectores num mundo globalizado. Trata-se, portanto, de acompanhar os sectores de exportação na sua evolução, apoiar os sectores de diversificação, garantir a proteção do sector agrícola nas negociações internacionais e assegurar a renovação da frota pesqueira, contribuindo para o crescimento económico e a soberania alimentar destas regiões. Estas frotas, mesmo em mau estado de conservação e funcionamento, garantem atualmente a sobrevivência das comunidades costeiras e contribuem para a autonomia alimentar das RUP.

O apoio a estes sectores deve passar pelo desenvolvimento de soluções técnicas, agronómicas ou organizacionais para fazer face às alterações climáticas. O sector agrícola deve ser apoiado na transição agroecológica através da manutenção ou restauração de práticas respeitosas do meio ambiente, e no desenvolvimento de uma agricultura biológica que tenha em conta as especificidades dos sistemas agrícolas das RUP. A prevenção e a redução da poluição de origem terrestre (pesticidas, hiper sedimentação costeira, descargas de águas residuais e de plásticos) é um elemento essencial para o desenvolvimento do sector agrícola.

Estes sectores estão também na base do desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, permitindo o acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis para todos. A estratégia "Do prado ao prato" deve, portanto, ser plenamente implementada nas RUP.

O apoio a estes sectores é coerente com os objetivos do "Pacto Ecológico Europeu", segundo o qual é essencial gerir a transição para um sistema alimentar mais sustentável, nomeadamente reforçando os esforços feitos pelos sectores agrícola, rural e das pescas para combater as alterações climáticas, proteger o ambiente e preservar a biodiversidade.

A fim de assegurar que as políticas europeias sejam adequadas ao desenvolvimento destes sectores, todos os instrumentos que podem ser mobilizados (reforço do POSEI e aumento da taxa de cofinanciamento para 85%, segundo pilar da PAC, FEAMPA, adaptação das políticas fitossanitárias, política comercial) devem ser ativados e, se necessário, adaptados, a fim de fornecer o melhor apoio possível às RUP. Dependendo do resultado das negociações no âmbito da Política Comercial, poderá ser considerada a aplicação de normas equivalentes às produções oriundas de países terceiros.

Promover o acesso ao emprego e à coesão social

As RUP enfrentam desigualdades sociais significativas e uma taxa de pobreza e desemprego¹ mais elevada do que na Europa continental. A França, Espanha, Portugal e as RUP esperam encontrar apoio no Pilar Europeu dos direitos sociais, adotado na Cimeira Social do Porto, com o objetivo de conceber medidas adaptadas às RUP na implementação de programas e ações para o período 2021-2027. A estratégia RUP deve permitir apoiar as regiões no reforço das suas políticas sociais.

¹ Em 2018, segundo o Eurostat, a taxa de desemprego dos jovens (% da população ativa com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) era de 20,9% na França continental, contra 61,1% em Maiote, 55,2% na Guadalupe, 50,3% na Reunião, 39,2% na Guiana e 49,4% na Martinica. A taxa de desemprego em Espanha é de 33,8% para jovens dos 15 aos 24 anos, contra 38,6% nas Ilhas Canárias, em 2018; A taxa de desemprego em Portugal é de 10% para os jovens dos 16 aos 34 anos, contra 17,6% na Madeira e 18,4% nos Açores.

Espanha, França e Portugal congratulam-se com o apoio prestado pela União Europeia aos cidadãos das Regiões Ultraperiféricas na adaptação das suas competências aos novos sistemas de produção e às novas tecnologias, em particular à digitalização da economia, através do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e da *Next Generation EU*.

Contudo, a fim de reforçar este pilar social, a estratégia RUP deve visar os grupos vulneráveis com menos oportunidades, particularmente os desempregados e os jovens, e favorecer a sua participação nos programas europeus que lhes dizem respeito, quer no âmbito de programas europeus (ERASMUS+), quer nos de gestão partilhada (FSE+, FEDER). Algumas RUP enfrentam um êxodo massivo de jovens licenciados para o continente devido ao seu afastamento, à falta de infraestruturas e à falta de oportunidades no mercado de trabalho local.

A França, Espanha, Portugal e as nove RUP atribuem grande importância à política de coesão da União e às suas adaptações às especificidades das RUP. Estas adaptações devem constituir o núcleo da diferença de tratamento no âmbito da próxima estratégia RUP. As adaptações à política de coesão devem ser propostas pela Comissão desde a elaboração dos textos e antes das negociações no seio do Conselho e do Parlamento.

A estratégia RUP deve também propor soluções para promover a autonomia das mulheres nos territórios e combater a discriminação no emprego que os jovens das Regiões Ultraperiféricas podem encontrar no mercado de trabalho.

O abandono escolar precoce, o analfabetismo e a pobreza continuam a ser particularmente preocupantes nas Regiões Ultraperiféricas. Estes fenómenos têm um impacto real nas desigualdades sociais (insucesso escolar, desemprego, dificuldades de acesso aos cuidados, etc.) enfrentadas pelas RUP.

A França, Espanha, Portugal e todas as RUP salientam a necessidade de investir na formação - particularmente ao nível do ensino superior - no emprego e em soluções de mobilidade para os jovens, sobretudo para aqueles que não trabalham, nem estudam, nem frequentam qualquer formação, e que sofrem da falta de oportunidades relacionadas com a reduzida escala do mercado. Portanto, é essencial remover os obstáculos periféricos no acesso ao emprego e assegurar que a formação esteja de acordo com as necessidades das empresas nas RUP.

A próxima estratégia RUP deve fornecer elementos concretos destinados a melhorar a aprendizagem ao longo da vida, desenvolver as competências digitais e combater o analfabetismo e a iliteracia digital. As políticas europeias que se aplicam nas RUP devem concentrar-se na luta contra o desemprego, particularmente entre os jovens, os maiores de 55 anos e as mulheres. França, Espanha, Portugal e as RUP recordam que as políticas europeias podem também promover a autonomia das mulheres e combater a discriminação. A França, Espanha e Portugal, assim como todas as RUP, insistem na necessidade de integrar nos programas europeus a atenção que requerem os migrantes, especialmente os menores não acompanhados, tendo em conta o desafio que seus problemas representam para as administrações e serviços públicos.

Estes objetivos estão alinhados com a estratégia europeia de competências para a competitividade sustentável, a equidade social e a resiliência, que estabelece objetivos quantitativos ambiciosos em matéria de aperfeiçoamento (melhoria das competências existentes) e de reconversão (formação em novas competências) a serem alcançados nos próximos 5 anos. O reforço da coesão social é também coerente com as prioridades de

intervenção do FSE+ no programa 2021-2027. No contexto do Ano Europeu da Juventude em 2022, a França, Espanha, Portugal e as RUP acolherão com interesse as propostas para a evolução das políticas relativas à juventude.

Assegurar a integração regional e a acessibilidade dos territórios

Distantes do continente europeu, as RUP integram-se em ambientes regionais particulares cooperando com países que muitas vezes não são membros da União Europeia. Esta integração regional é necessária para responder de forma coordenada aos desafios locais ou globais, tais como a gestão e controlo dos fluxos migratórios, a concorrência nos mercados internacionais, a proteção da biodiversidade, a gestão dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul. O reforço da cooperação regional das RUP pode também promover o desenvolvimento económico e social das respetivas áreas geográficas, permitindo um aumento das trocas de bens e serviços. A este respeito, a França, Espanha, Portugal e as RUP congratulam-se com os progressos realizados pelo Interreg, salientando ao mesmo tempo a necessidade de sinergias operacionais com o novo quadro NDICI e, em geral, com as políticas e instrumentos externos da União Europeia.

Uma estratégia europeia específica para cada uma das bacias geográficas das RUP seria bem-vinda pelos Estados e pelas suas RUP. Tal estratégia deve basear-se num diagnóstico prévio identificando os principais desafios comuns e estabelecendo objetivos específicos, que tenham em conta os interesses das RUP, dos países vizinhos e os da UE como um todo.

O afastamento das RUP implica, também, adaptar as políticas europeias de transportes, a fim de compensar os constrangimentos resultantes do seu afastamento e isolamento. A conectividade e a sustentabilidade dos transportes são o exemplo paradigmático da dificuldade de adaptar as políticas concebidas para um território contíguo e homogéneo, a ilhas, arquipélagos e territórios muito afastados do continente europeu.

Contudo, embora a Comissão tenha retomado a ideia de abordagens "por medida" na sua última comunicação, não a desenvolveu suficientemente nas políticas em que é necessária. Esta abordagem deverá permitir uma melhor integração da dimensão RUP na próxima revisão do regulamento sobre a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) e na sua declinação financeira (MIE). No mesmo sentido de adaptação das políticas europeias, para uma aplicação eficaz nas RUP, e em conformidade com o espírito do artigo 349 do TFUE, deve ser avaliado o impacto económico e social para as RUP das medidas relativas aos transportes no pacote "Fit for 55" e devem ser previstas propostas de compensação. Assim, a França, Espanha, Portugal e as RUP pedem à Comissão uma aplicação adaptada da "estratégia de mobilidade sustentável e inteligente" apresentada a 9 de dezembro de 2020.

Assegurar a recuperação e a competitividade

A crise sanitária e as suas importantes consequências económicas e sociais puseram em evidência a dependência externa das RUP, a sua fragilidade económica e a necessidade de aumentar o nível de autossuficiência em todos os sectores. O estudo da Comissão Europeia sobre o impacto da pandemia da COVID-19 nas Regiões Ultraperiféricas, de outubro de 2021, mostra que nas Ilhas Canárias o PIB sofreu uma redução de 20% em 2020, enquanto a redução em Espanha foi de apenas 10,8%. A atividade económica nas RUP francesas sofreu uma redução entre 18% e 28% no período de março a maio de 2020, enquanto que em França a maior queda do PIB foi de 18,6% no segundo trimestre de 2020. A França, Espanha e Portugal, bem como as RUP, congratulam-se com a rápida implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

(MRR), mas insistem na necessidade de investimento, particularmente em equipamentos estruturantes, para apoiar a competitividade, o crescimento e a criação de emprego. A recuperação económica exige a solidez contínua das empresas das RUP e a procura de tecnologias e motores de crescimento que permitam conquistar quotas de mercado e gerar riqueza. Apesar de um aumento acentuado nos últimos 20 anos, a despesa interna em investigação e desenvolvimento (I&D) em percentagem do PIB permanece relativamente baixa nas RUP em comparação com as outras regiões europeias.

A competitividade das empresas depende também de outros fatores como a governança, a boa gestão estratégica, o acesso ao financiamento, a capacidade de exportação e a manutenção de ajudas públicas adaptadas. No campo industrial, deve ter-se em conta que a via da sustentabilidade promovida pela nova estratégia industrial da UE representa um desafio particularmente complexo para as pequenas empresas que operam nas RUP.

A França, Espanha e Portugal congratulam-se com a implementação de dispositivos excecionais relativos aos auxílios de Estado durante a crise sanitária, como o quadro temporário recentemente prorrogado até ao final de junho de 2022. Estes dispositivos excecionais mostram que são possíveis adaptações na gestão dos auxílios de Estado. Em termos mais gerais, o quadro dos auxílios de Estado deve ter mais em conta as insuficiências do mercado nas RUP e integrar melhor os sobrecustos estruturais e massivos enfrentados por estas regiões.

O sector do turismo é uma atividade económica transversal, que tem uma grande repercussão no crescimento económico, no emprego e no desenvolvimento regional. A cadeia de valor deste sector é composta principalmente por quatro elementos-chave inter-relacionados: transporte, alojamento, experiência e intermediação. Representa um dos principais setores das economias das RUP, tanto em termos do seu contributo direto para o PIB regional, como pela sua capacidade de gerar e manter o emprego, de forma direta ou indireta, em particular para os jovens destas regiões. Exerce um efeito cascata significativo nos outros setores da economia. Com a crise sanitária da COVID-19, o sector do turismo sofreu uma forte recessão sem precedentes na sua atividade.

A reativação deste sector requer um repensar do modelo turístico tradicional, com uma maior valorização da biodiversidade e equilíbrio territorial (capacidade de alojamento, disponibilidade do solo, gestão de resíduos, etc.).

Esta abordagem está de acordo com a resolução do Parlamento Europeu, de 25 de março de 2021, "Estabelecer uma estratégia da UE para o turismo sustentável ": A França, Espanha, Portugal e as RUP recordam a importância do apoio europeu às RUP neste sector, que é essencial para a recuperação.

A França, Espanha e Portugal, assim como as RUP, pretendem que a próxima estratégia RUP inclua as questões de recuperação e competitividade através da política de coesão, a adaptação do quadro dos auxílios de Estado e a recuperação do sector do turismo através da construção de um modelo mais sustentável.

Levar a cabo a transição ecológica

Em julho e dezembro de 2021, a Comissão Europeia apresentou o pacote "Fit for 55", que inclui propostas concretas de ação para acelerar a luta contra as alterações climáticas, alcançar a neutralidade climática até 2050 e manter o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito

de estufa em, pelo menos 55%, até 2030, em comparação com 1990. Este objetivo inscreve-se na continuidade dos esforços já realizados pela Europa, que lhe permitiram reduzir as suas emissões em 23% entre 1990 e 2018, tornando-se assim o único continente do mundo a provar que é possível reduzir as emissões ao mesmo tempo que se mantém um crescimento económico forte. De facto, durante esse mesmo período, as emissões aumentaram 67% a nível mundial. Estas propostas serão discutidas no Parlamento Europeu e no Conselho de Ministros.

A França, Espanha, Portugal e as RUP sublinham a importância da transição ecológica para as RUP, uma vez que estão particularmente expostas aos efeitos das alterações climáticas. Na sua comunicação de 24 de fevereiro de 2021, que estabelece uma nova estratégia para a adaptação às alterações climáticas, a Comissão Europeia afirmou que as RUP já "enfrentam graves problemas de adaptação". A França, Espanha, Portugal e as RUP reconhecem a necessidade de contribuir para o esforço europeu de mitigação. No entanto, esta transição ecológica só pode ser alcançada através da adaptação do quadro às especificidades destes territórios. Se as estratégias e os fundos europeus proporcionam oportunidades às RUP, será necessário um estudo de impacto para assegurar que a transição ecológica não ocorra em detrimento da coesão económica e social e não imponha uma carga desproporcionada sobre as RUP, aumentando ainda mais a precariedade das famílias. Esta avaliação deverá abordar a questão de uma eventual colisão entre o mecanismo de ajustamento fronteiriço para as emissões de carbono e os dispositivos aduaneiros e fiscais que se aplicam especificamente nas RUP, a fim de, se necessário, solicitar exceções apropriadas para a aplicação a estas regiões. Deve ser considerada a possibilidade de adotar medidas derogatórias para o transporte marítimo e aéreo, bem como a possibilidade aplicar medidas compensatórias para aliviar o custo da transição ecológica para os cidadãos.

De facto, as características das RUP, zonas não conectadas às redes elétricas nacionais, impõem condicionantes que podem retardar a transição energética e o cumprimento dos objetivos de redução de 55% das emissões até 2030, se não forem colocados à sua disposição instrumentos europeus e nacionais suficientes.

França, Espanha, Portugal e todas as RUP recordam que é necessário tirar partido do potencial das RUP em termos de energias renováveis e biodiversidade. Neste âmbito, as RUP podem converter-se em laboratórios para o resto da União Europeia, desde que sejam apoiadas para melhor explorar o seu potencial de energias renováveis. Além disso, as RUP caracterizam-se por um nível muito elevado de riqueza natural, de reconhecida importância internacional, e representam cerca de 80% da biodiversidade europeia. Este valor excecional é reconhecido na "Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030". A nova estratégia para as RUP deve, também, poder garantir o aproveitamento destas potencialidades.

As alterações climáticas também apresentam o risco de um aumento de fenómenos naturais extremos nas RUP. A este respeito, a França, Espanha, Portugal e as RUP reconhecem o importante papel que desempenha o Fundo de Solidariedade da UE (FSUE) para as regiões atingidas por catástrofes naturais. Contudo, este fundo deve ser melhor adaptado à escala das catástrofes naturais que afetam as RUP (furacões ou erupções vulcânicas, por exemplo).

Implementar a transição digital

A transição digital representa um desafio para as RUP, com o objetivo de permitir que estas regiões tirem partido de todo o seu potencial económico, se integrem nas suas bacias regionais e reforcem a conectividade com o resto da União Europeia. Desde a Comunicação da Comissão

de 2004, a melhoria da acessibilidade das RUP tem sido o principal foco da estratégia europeia para as Regiões Ultraperiféricas.

A França, Espanha e Portugal, assim como todas as RUP, enfrentam vários desafios relacionados com a conectividade das RUP.

Por um lado, é possível reforçar a soberania e segurança digital das RUP no seu ambiente regional, em particular através da manutenção e instalação de centros de processamento de dados ecológicos. Estes instrumentos de armazenamento de dados devem ser, ao mesmo tempo, baixos em emissões de CO₂ e eficazes em termos de arrefecimento em zonas tropicais e subtropicais, o que aumenta significativamente os custos para alcançar o objetivo fixado pela Comissão de neutralidade em carbono dos centros de dados até 2030. Desta forma, deveria ser possível aceder ao financiamento necessário para projetos de cibersegurança, favorecendo em particular o intercâmbio de boas práticas entre os territórios.

Por outro lado, a conectividade internacional das RUP poderia ser reforçada por meio de instalações técnicas apropriadas. A França, Espanha, Portugal e as RUP congratulam-se com a possibilidade de beneficiar do apoio concedido para projetos de criação ou modernização de redes de base, incluindo através de cabos submarinos instalados entre os Estados-Membros e entre a União e os países terceiros, ao abrigo do mecanismo interligar a Europa (MIE). Os projetos de conectividade digital nas Regiões Ultraperiféricas podem beneficiar de uma taxa de cofinanciamento mais elevada. As RUP e os Estados-Membros sublinham a importância desta modalidade, tendo em conta os sobrecustos de engenharia e investimento intrínsecos às infraestruturas de conectividade digital, em particular para assegurar a resiliência aos riscos climáticos que caracterizam estes territórios. A regulamentação dos Auxílios de Estado deve também ser adaptada para ter melhor em conta estas dificuldades, e o programa Wifi4EU deve ser renovado, com um acesso mais simples para as RUP. Finalmente, França, Espanha, Portugal e as RUP recordam, tal como reconhecido pelo Parlamento Europeu na sua resolução 2020/2120(INI), de 14 de Setembro de 2021 "Para um reforço da parceria com as regiões ultraperiféricas da União", que "os satélites proporcionam uma conectividade ininterrupta e de capacidade muito elevada, essencial para colmatar o fosso digital, em particular nas RUP; solicita, por conseguinte, à Comissão, que atualize a estratégia espacial europeia, adotando medidas específicas para as RUP". Esta tecnologia de satélite deve, portanto, ser igualmente tida em conta para certos territórios, como a Guiana Francesa, com algumas zonas habitadas onde não é possível atualmente instalar-se fibra.

Finalmente, a França, Espanha, Portugal e as RUP sublinham a necessidade de apoiar as empresas, particularmente as microempresas, a fim de alcançar uma melhor gestão dos instrumentos digitais.

Responder ao desafio migratório

As RUP têm uma capacidade limitada para a gestão dos fluxos migratórios, o que significa que o Fundo de Asilo, Migração e Integração deve ser adaptado às suas dificuldades. A União Europeia está a mobilizar-se para implementar políticas, junto com os Estados Membros, de acordo com o princípio de solidariedade e partilha justa de responsabilidades. As propostas relativas ao novo Fundo de Asilo, Migração e Integração e o Fundo para a Segurança Interna para o período 2021-2027 proporcionam aos Estados-Membros os recursos para ajudar as suas regiões a gerir de

forma sustentável a migração e as situações de pressão migratória que algumas Regiões Ultraperiféricas enfrentam.

A França, Espanha e Portugal, bem como as RUP, solicitam que a próxima estratégia para as RUP assegure uma melhor tomada em consideração das tensões migratórias em algumas RUP no âmbito dos programas FSI e FAMI, particularmente no quadro da gestão direta destes fundos. A imigração irregular de menores não acompanhados é um problema particularmente preocupante para algumas RUP, que requer uma atenção especial. Do mesmo modo, deve ser dada especial atenção aos instrumentos europeus de combate às redes criminosas (tráfico de droga, redes de imigração ilegal) que desestabilizam as economias locais.

O conjunto destes domínios exerce um forte impacto social nas Regiões Ultraperiféricas e nos seus cinco milhões de habitantes. As intervenções da Comissão Europeia e as medidas operacionais propostas pelos três Estados-Membros e pelas RUP neste documento conjunto devem centrar-se na redução das lacunas de desenvolvimento entre as RUP e as restantes regiões da Europa. Embora respeitando os princípios da solidariedade nacional e europeia, o esforço de recuperação deve permitir encontrar uma via de desenvolvimento específica para cada território, adaptada ao seu contexto geográfico, económico e social.

PROPOSTAS OPERACIONAIS

AGRICULTURA / DESENVOLVIMENTO RURAL

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Adaptação às alterações climáticas** através de soluções técnicas, agronómicas ou organizacionais.
- **Apoio a uma transição agroecológica** que permita o desenvolvimento da agricultura biológica nas RUP, tendo em conta as especificidades dos sistemas agrícolas das Regiões Ultraperiféricas, incluindo as condições agropedoclimáticas.
- **Melhorar a soberania alimentar e aplicação da estratégia "Do prado ao prato".**
- **Ativação de todas as políticas pertinentes para apoiar as RUP no seu desenvolvimento agrícola** (PAC, POSEI, política comercial, auxílios de Estado e políticas ambientais, medidas fitossanitárias, veterinárias e de bem-estar animal) e a sua adaptação com base no artigo 349 do TFUE, sempre que necessário.

Medidas operacionais propostas:

- *Ter em conta as características específicas e necessidades particulares de cada uma das RUP (insularidade, multi ou quase insularidade, afastamento, dependência das importações e de um reduzido número de produtos, exposição a certos riscos específicos, etc.) nos estudos de impacto relevantes no âmbito da elaboração das iniciativas legislativas relativas à comunicação "Do prado ao prato" e do pacote "Fit for 55".*
- *Integrar as restrições específicas ligadas às condições agropedoclimáticas de produção das RUP, em matéria de produtos fitossanitários e assegurar que o financiamento do*

Horizonte Europa para a agricultura contribua para o surgimento de soluções para as RUP, relativamente ao controlo de pragas e doenças.

- *Criação de um sistema de homologação de produtos fitossanitários melhor adaptado à produção específica em pequena escala das RUP.*
- *Fazer evoluir a abordagem da UE relativa aos Estudos de impacto ex-ante e ex-post dos acordos comerciais (particularmente na avaliação de impacto em matéria de desenvolvimento sustentável), de modo a fornecer dados sectoriais e regionais detalhados que abranjam as RUP, e melhorar a transparência e a comunicação sobre a acumulação e consumo das concessões atribuídas pela UE no contexto dos seus acordos comerciais bilaterais e na OMC, para além do seu seguimento global.*
- *Manter uma atenção permanente aos produtos sensíveis das RUP, tanto durante as negociações como na implementação dos acordos comerciais da UE.*
- *Assegurar que as normas dos produtos importados estejam alinhadas com as mesmas normas sociais, ambientais e sanitárias que são impostas aos produtos produzidos nas RUP.*
- *Promover a exportação de produtos das RUP e fomentar a sua comercialização no mercado europeu, reconhecendo a qualidade social e ambiental dos seus modos de produção. Em particular, promover as plantas tropicais e os produtos feitos a partir delas, bem como a produção tradicional das RUP.*
- *Adaptar as normas de promoção da UE às características específicas das RUP, permitindo que os produtos provenientes destas regiões sejam objeto de várias campanhas de promoção consecutivas para o mesmo mercado.*
- *No contexto da revisão do regulamento sobre o bem-estar animal, é importante ter em conta as especificidades das RUP, particularmente no que diz respeito ao transporte de animais vivos por via marítima, dados os constrangimentos das Regiões Ultraperiféricas e a natureza sazonal da produção animal.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

ECONOMIA AZUL/PESCAS

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Desenvolvimento de uma economia azul sustentável:** assegurar uma produção alimentar sustentável a fim de contribuir para a autonomia alimentar dos territórios, para uma gestão equilibrada dos recursos e para o desenvolvimento do sector (renovação da frota pesqueira, reforço da formação profissional, condições de trabalho dos pescadores).
- **Transformação das cadeias de valor da economia azul, favorecendo uma gestão sustentável dos recursos, da proteção da biodiversidade e da adaptação às alterações climáticas.**
- **Criação de condições para uma governança sustentável,** aumentando o conhecimento dos ambientes e dos recursos, melhorando a gestão do espaço no mar e o ordenamento espacial marítimo.
- **Melhor tomada em consideração dos ativos das bacias marítimas das RUP** no quadro legislativo e na mobilização de financiamentos específicos para a economia azul sustentável, bem como o reforço das ações de combate à pesca ilegal.

Medidas operacionais propostas:

- *Implementar o compromisso da Comissão de apoiar a renovação da frota de pesca nas RUP, em conformidade com a sua Comunicação para uma "Parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE ", de outubro de 2017, e com as Diretrizes para a análise das ajudas ao setor da pesca e da aquicultura, alteradas em novembro de 2018. Estas frotas, mesmo em mau estado de conservação e funcionalidade, garantem atualmente a sobrevivência das comunidades costeiras e contribuem para a autossuficiência alimentar das RUP. É, portanto, essencial assegurar um apoio financeiro para a renovação das frotas de pesca nas RUP.*
- *Adotar atos de execução do mecanismo de entrada e saída da capacidade de pesca, de modo que as saídas permanentes nos segmentos da frota das RUP possam ser utilizadas para melhorar a segurança e as condições de trabalho a bordo das embarcações, sem em caso algum exceder os limites máximos de capacidade por segmento estabelecido.*
- *Fomentar a diversificação e a renovação das gerações através da criação de empregos marítimos qualificados, com a implantação de formação específica para os territórios. O apoio à instalação no sector da aquicultura e aos jovens pescadores é essencial para renovar as gerações e fornecer apoio económico a novas unidades de produção na fase de arranque.*
- *Melhorar os conhecimentos científicos, particularmente no que respeita aos recursos piscatórios, bem como os dados económicos e técnicos relativos à gestão sustentável da economia azul, através do financiamento de estudos conduzidos pelo novo observatório da economia azul.*
- *Desenvolver e implementar planos de gestão da pesca costeira.*
- *Apoiar a pesca tradicional, seletiva e sustentável, através da utilização de técnicas e dispositivos adaptados às especificidades dos territórios, autorizando de novo a utilização de auxílios de Estado para o financiamento, em determinadas RUP, de dispositivos de agregação de peixe ancorado (DCP) como continuação do estabelecido ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º do Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativo ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e Pescas.*
- *Reconhecer as especificidades e as limitações estruturais das pescas nas Regiões Ultraperiféricas no âmbito da futura Política Comum das Pescas (Regulamento que substitui o Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho) através da inclusão de um artigo dedicado às RUP, salientando a necessidade de adaptar as políticas públicas europeias com base no artigo 349 do TFUE.*
- *Prever a possibilidade de introduzir auxílios de Estado específicos para as RUP no sector da economia azul, através de diretrizes. As RUP têm necessidades de investimento e apoio público diferentes de outros territórios da UE e as possibilidades deste apoio público devem ser formalizadas em orientações, de modo a permitir a mobilização efetiva dos auxílios de Estado autorizados. Estas diretrizes permitiriam que os Estados-Membros não tivessem de fazer face a condições de aplicação impossíveis de concretizar nas RUP, que não têm em conta as limitações específicas destes territórios e que não permitem qualquer apoio público.*

- *Criar um mecanismo flexível para dar uma resposta rápida às consequências de fenómenos meteorológicos extremos sobre as infraestruturas da pesca e aquícolas e nas populações costeiras.*
- *Incentivar sinergias entre as RUP e desenvolver organismos de concertação (Conselho Consultivo das RUP para a pesca marítima, Fórum RUP, etc.), incluindo no sector da aquicultura.*
- *Prorrogar por mais cinco anos o regime de derrogação para Maiote, nomeadamente no que respeita à autorização de introduzir uma nova capacidade nos vários segmentos sem retirar a capacidade equivalente.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

EMPREGO E COESÃO SOCIAL/EDUCAÇÃO E MOBILIDADE

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Reforço da qualidade e eficácia dos sistemas de educação e formação** a fim de compensar o afastamento dos territórios e a falta de infraestruturas de formação que leva a uma fuga de competências para a Europa continental.
- **Integração profissional dos jovens**, combatendo a discriminação na contratação, apoiando os jovens no sentido da mobilidade internacional e regional através do Erasmus+, desenvolvendo cursos de formação não disponíveis nas Regiões Ultraperiféricas em relação às necessidades das empresas locais e reduzindo os obstáculos ao acesso ao emprego.
- **Adaptação de novas competências dos jovens** à transição ecológica e digital da economia.
- **Apoio às mulheres e à igualdade**, melhorando a conciliação da vida laboral e privada, ajudando à integração familiar, reduzindo as desigualdades salariais, melhorando e tornando visível a participação social das mulheres e reforçando a igualdade de oportunidades.

Medidas operacionais propostas:

- *Organizar uma conferência temática nas RUP para que estas regiões possam debater e adaptar os resultados da Cimeira do Porto em matéria de emprego, coesão social e igualdade de género, com base no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.*
- *Estruturar a oferta de formação profissional para profissões em escassez nas RUP através de:*
 - *O impulso, por parte da Comissão, de um diagnóstico da oferta de formação existente, financiado pela assistência técnica da política de coesão ou do INTERREG;*
 - *A criação de grupos de trabalho para identificar as necessidades comuns por bacia e por sector;*
 - *Uma abordagem de gestão prospetiva de postos de trabalho e competências, a fim de desenvolver estratégias claras de formação destinadas a promover a plena participação das mulheres, combatendo a segregação horizontal. Deste modo, será possível decidir o estabelecimento de um plano de requalificação*

profissional para jovens não qualificados para trabalharem em sectores ligados ao crescimento verde. Este tipo de plano permitirá antecipar o impacto do crescimento verde na oferta de formação para os jovens.

- *Reforçar a comunicação para as RUP no que respeita aos programas existentes da União Europeia relativos ao emprego e à formação profissional (EURES, ALMA, etc.), a fim de atingir os públicos-alvo. Isto poderia tomar a forma de campanhas específicas e a criação de gabinetes em cada RUP.*
- *Apoiar o desenvolvimento da aprendizagem, integrando, para as RUP, a possibilidade de auditoria e apoio ao desenvolvimento de competências dos organismos de formação (através de investimentos específicos, se necessário) e trabalhando no reconhecimento das qualificações adquiridas em países terceiros.*
- *Estender todos os programas europeus para a juventude aos cidadãos europeus com menos de 30 anos de idade, seguindo o exemplo do alargamento do conceito NEET, acordado em 2018.*
- *Combater o analfabetismo e a iliteracia digital a fim de integrar os jovens que abandonam os estudos e os que procuram emprego de longa duração nas RUP, como complemento dos fundos da política de coesão da UE.*
- *Reduzir a fratura digital entre as pessoas vulneráveis nos territórios isolados das Regiões Ultraperiféricas.*
- *Desenvolver ações para reforçar a prevenção e a luta contra todas as formas de violência contra as mulheres e de violência doméstica, particularmente em termos de estruturas e serviços de apoio, satisfazendo as necessidades específicas de todos os grupos de vítimas.*
- *Apoiar especificamente os promotores de projetos das RUP, reforçando a sua capacidade administrativa e fornecendo às autoridades de gestão das RUP mais fundos para ajudar os promotores dos projetos. Outra alternativa seria que o Banco Europeu de Investimento prestasse apoio aos pedidos de adiantamentos. A questão do apoio aos promotores de projetos não é apenas financeira. Os promotores de projetos precisam de um apoio mais estável para reforçar a sua capacidade administrativa. Poderia ser equacionada a criação de uma agência para apoiar os promotores de projetos RUP.*
- *Favorecer o desenvolvimento das infraestruturas dos estabelecimentos de ensino superior das RUP.*
- *Propor uma variação do programa ERASMUS+ por bacia geográfica (em particular Atlântico, Oceano Índico, Amazônia e Caraíbas) para permitir uma mobilidade efetiva de e para países terceiros da vizinhança das RUP. Esta declinação poderia ser uma experiência para a programação 2021-2027.*
- *Garantir o acesso efetivo e equitativo dos jovens das Regiões Ultraperiféricas aos programas ERASMUS+ e Erasmus para Jovens empresários, fazendo pleno uso das possibilidades oferecidas por estes programas em termos de inclusão.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

SAÚDE

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Fazer face às doenças e patologias específicas** para além do envelhecimento da sua população em alguns territórios e da prevalência de certas doenças crónicas (por exemplo, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, etc.).
- **Reduzir as desigualdades sociais em matéria de nutrição** e melhorar o estado nutricional dos habitantes das RUP em causa.
- **Combater as desigualdades em matéria de saúde e as dificuldades de acesso aos cuidados**, agravadas por um défice de infraestruturas e de profissionais de saúde, frequentemente mal repartidos pelos territórios. Por outro lado, os investimentos no âmbito da transição digital continuam a ser necessários.
- **Resolver as dificuldades de inscrição nas convocatórias para ações no âmbito dos programas europeus, como "UE pela Saúde"**: promover as competências locais e de engenharia para contrariar os obstáculos à construção, ao financiamento e ao acompanhamento dos projetos. As condições de acesso ao programa "UE pela Saúde" são consideradas demasiado restritivas para as RUP.
- **Mudar o paradigma a fim de realçar o que as RUP podem trazer a toda a União Europeia**, e valorizar as competências que as RUP têm em determinados aspetos da política de saúde (partilha de conhecimentos e boas práticas, formação nas RUP, etc.).
- **Experimentar a introdução de novas práticas e organizações** a fim de prestar um melhor apoio aos profissionais de saúde, adaptar a oferta de cuidados urbanos e promover o acesso à saúde eletrónica.

Medidas operacionais propostas:

- *Tornar as condições de elegibilidade para o programa "UE pela Saúde" mais flexíveis no quadro dos futuros programas de trabalho, a fim de facilitar a conceção, implementação e acompanhamento dos projetos pelos promotores de projetos, eliminando a exigência de um consórcio de pelo menos 3 Estados Membros e prevendo uma abordagem regional no programa.*
- *Desenvolver e facilitar, no âmbito do programa de trabalho "UE pela Saúde":*
 - *ações para reduzir as desigualdades no estado de saúde e no acesso aos cuidados entre os grupos de população, países e regiões europeias através de colaborações e parcerias envolvendo as RUP.*
 - *ações relacionadas com doenças que são particularmente prevalentes em certas RUP.*
- *soluções inovadoras adaptadas às características específicas das RUP (por exemplo, microprojectos de telemedicina). incluir no programa de trabalho anual da "UE pela Saúde", concretamente no âmbito do objetivo geral "melhorar os medicamentos, os dispositivos médicos e os produtos necessários em caso de crise", ações relativas ao desenvolvimento da investigação sobre fármacos locais tradicionais.*
- *Promover e reforçar a investigação existente no âmbito do Programa "UE pela Saúde", em particular no domínio das doenças transmitidas por vetores, desenvolvendo oportunidades de financiamento para a realização de projetos destinados à prevenção, vigilância e controlo destas doenças. Reforçar também a investigação sobre o impacto dos fatores genéticos no desenvolvimento de patologias e no âmbito da saúde ambiental (exposição a metais pesados, pesticidas, etc.).*
- *Definir a noção de teor de açúcar adicionado no Regulamento europeu n.º 1169/2011, conhecido como INCOO, sobre rotulagem de alimentos, a fim de facilitar a redução dos*

níveis de açúcar adicionado a produtos fabricados e vendidos nas Regiões Ultraperiféricas, particularmente as francesas.

PROPOSTAS OPERACIONAIS

CONECTIVIDADE DIGITAL

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Soberania e segurança digital das RUP no seu ambiente regional:** apoiar as RUP no seu desenvolvimento rumo à soberania digital e à proteção dos seus dados.
- **Conectividade internacional das RUP através de instalações técnicas adequadas:** fazer com que os projetos de conectividade digital nas Regiões Ultraperiféricas beneficiem de uma taxa de cofinanciamento mais elevada, em parceria com atores internacionais, e promover a criação das infraestruturas necessárias nas RUP para obter redes de elevada capacidade.
- **Transição digital das empresas:** apoiar as RUP, nas suas medidas para as empresas, no sentido de um melhor domínio das ferramentas digitais.

Medidas operacionais:

- *Apoiar as RUP para alcançar a sua soberania digital, apoiando projetos para a instalação de centros de dados ecológicos, com financiamento que tenha em conta os custos adicionais associados à refrigeração em ambientes tropicais e subtropicais. Apoiar as RUP nas suas ações relacionadas com a cibersegurança, promovendo intercâmbios de boas práticas, resiliência e reforço da sua capacidade administrativa e dando aos territórios meios sustentáveis para reforçar a sua cooperação e o seu conhecimento do fenómeno (por exemplo, o observatório da cibersegurança). As convocatórias a projetos de "cibersegurança" devem ser renovadas na próxima MIE para apoiar este tipo de iniciativa.*
- *Apoiar as RUP nos respetivos projetos de reforço da conectividade, segundo a melhor tecnologia para cada território: o apoio aos cabos submarinos continua a ser um desafio essencial para a segurança dos fluxos de dados, mas também da qualidade do serviço e da acessibilidade das tarifas. A título de exemplo, a Reunião e a Região Autónoma dos Açores serão, em breve, confrontadas com a obsolescência dos seus cabos SAF. A tecnologia de satélite deve ser, igualmente, considerada para determinados territórios, tais como a Guiana Francesa, uma vez que não é possível instalar fibra em todas as zonas habitadas.*
- *Renovar o programa Wifi4EU, integrando um acesso apropriado para as RUP.*
- *Adaptar a regulamentação dos auxílios de Estado no sector digital para não prejudicar a realização dos projetos que, devido às circunstâncias específicas dos territórios ultraperiféricos, são mais complexos em termos de montagem e financiamento.*
- *Reforçar o apoio à digitalização das empresas, particularmente as microempresas, pedindo às RUP exemplos do que atualmente não pode ser financiado.*
- *Tendo em consideração que os projetos de conectividade e digitalização implicam frequentemente custos de funcionamento elevados, que são também influenciados*

pelas circunstâncias e contextos das RUP, é importante que estes custos possam também ser cofinanciados pela União.

- *Promover a adoção de medidas que permitam aumentar as competências digitais da população das Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente através do sistema educativo.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

TRANSPORTES

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Redução do défice de acessibilidade nas RUP** e o estabelecimento efetivo de ligações aéreas e marítimas regulares, fiáveis e acessíveis para estas regiões.
- **Gestão da redução das emissões de gases com efeito de estufa nos transportes** e da dependência de energias emissoras de dióxido de carbono, sem prejudicar o desenvolvimento económico destas regiões e a fiabilidade dos transportes e da mobilidade a um preço acessível para os cidadãos.
- **Projetos de transportes dentro das RUP, entre as RUP e com o Continente Europeu:** facilitar a conectividade das Regiões Ultraperiféricas, algumas das quais são de difícil acesso devido à fragmentação do seu território, isolamento ou ao congestionamento da rede rodoviária. O desenvolvimento do transporte marítimo é também uma forma de facilitar o transporte entre as RUP de uma mesma bacia. Deste modo, o desenvolvimento da cabotagem marítima poderia facilitar a integração regional (por exemplo: a criação de um serviço de transporte marítimo de curta distância (TMCD) ligando o Planalto da Guiana às Caraíbas). A Comissão poderia promover o desenvolvimento de infraestruturas portuárias secundárias para limitar o tráfego rodoviário.
- **Orientação do transporte público centrada no desenvolvimento dos transportes públicos por via própria** e promoção de modos ecológicos na conceção de projetos de ordenamento urbano.

Medidas operacionais:

- *Assegurar que a implementação do pacote "Fit for 55" permite adaptações específicas às RUP com base no artigo 349 do TFUE e, em linha com os respetivos estudos de impacto.*
- *De acordo com o calendário geral de adoção de textos, adaptar em particular as propostas com impacto nos transportes (Diretiva UE-ETS, Red II, AFID, ReFuelEU Aviation, FuelUE Maritime DTE)*
- *Alargar a exclusão do sistema ETS dos voos com origem e destino nas RUP (incluindo voos internacionais), e dentro das RUP, com base no Regulamento 2017/2392 de 13 de dezembro de 2017, a fim de garantir a coesão territorial e a acessibilidade destas regiões europeias.*
- *Ter em conta as especificidades das RUP no âmbito do Fundo Social para a Ação Climática, em particular o facto de estas Regiões terem sistemas energéticos isolados e um acesso muito limitado a soluções alternativas e acessíveis de mobilidade e transporte.*
- *Facilitar o acesso das RUP aos instrumentos de financiamento comunitários (Mecanismo de Interconexão Europeu, MIE) para investimentos em transportes e ligações entre infraestruturas existentes, particularmente portos (incluindo infraestruturas portuárias secundárias) e terrestres. Este acesso deve ter em conta o nível das infraestruturas existentes nestes territórios e os seus custos de funcionamento.*

- *Relativamente à Rede Global, suprimir o critério de uma distância mínima de 200 quilómetros entre portos, previsto no artigo 20.2.d), a fim de ter em conta as realidades geográficas das RUP.*
- *Considerar o investimento em novas infraestruturas de transporte, nomeadamente portos que podem ser essenciais para as economias regionais e à acessibilidade das RUP.*
- *Continuar a trabalhar na inclusão das RUP no mapa da RTE-T, para que estas comunidades possam aceder ao financiamento dos seus equipamentos, não obstante os requisitos regulamentares de qualidade e de padrões.*
- *Incluir na política europeia de transportes um interesse especial para as RUP para além do previsto no âmbito dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais de Investimento).*
- *Alterar as regras relativas aos auxílios de Estado (finalidades dos auxílios ao transporte aéreo e marítimo) para melhor ter em conta a realidade das Regiões Ultraperiféricas e prestar uma melhor assistência no arranque das ligações regionais de transportes: os problemas do serviço de transporte de pessoas e mercadorias, sem possibilidade de recurso a modos de transporte terrestre, rotas regionais aéreas, marítimas e fluviais exclusivamente com países terceiros da UE.*
- *Apoiar projetos de construção de forma a evitar estrangulamentos.*
- *Apoiar as RUP na instalação de estações de recarga elétrica.*
- *Apoio à integração e continuidade territorial interna das RUP, particularmente os territórios arquipelágicos.*
- *Incluir os projetos de transporte fluvial no âmbito das ajudas comunitárias.*
- *Elaborar um plano de transporte de emergência especificamente concebido para as RUP, em relação com o impacto da crise sanitária no sector do turismo destas regiões.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA/RESÍDUOS/ECONOMIA CIRCULAR

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Ter em conta as especificidades das RUP** na aplicação do pacote "Fit for 55" com base num estudo de impacto específico sobre a implementação do pacote nas RUP.
- **Aplicação dos programas horizontais BEST/LIFE+ com um financiamento específico para as RUP**, para o período 2021-2027.
- **Desenvolvimento da economia circular** com vista a uma gestão sustentável dos recursos.
- **Gestão e redução dos resíduos**, particularmente problemática nas RUP.
- **Desenvolvimento de planos locais de prevenção ou recuperação de resíduos e transferência de resíduos fora das RUP.**
- **Agrupamento de depósitos de resíduos entre territórios ou por tipo** para reforçar a viabilidade técnica e económica das soluções de recuperação.
- **Economia circular**: modificar o recurso à economia circular, que é limitado pelo regulamento da UE sobre cooperação regional.
- **Sensibilização e mobilização das partes interessadas sobre estas questões**

Medidas operacionais propostas:

- *Efetuar estudos sobre o impacto das alterações climáticas nas Regiões Ultraperiféricas e desenvolver instrumentos de medição e monitorização.*
- *Efetuar uma análise de impacto sobre os custos da aplicação do pacote legislativo "Fit for 55" para as Regiões Ultraperiféricas.*
- *Apoiar-se nos perfis dos ecossistemas das RUP para valorizar os ecossistemas das RUP e compreender melhor a sua evolução.*
- *Adaptar as normas e requisitos ambientais aos ecossistemas das RUP, em consonância com o artigo 349 do TFUE.*
- *Adaptar a RTE-E à realidade e às características específicas dos sistemas energéticos isolados das RUP, uma vez que o programa visa reduzir o isolamento das regiões menos favorecidas e isoladas, como as RUP, e reforçar a coesão territorial.*
- *Financiar projetos relacionados com a segurança do aprovisionamento energético das RUP, através do desenvolvimento de energias renováveis e de sistemas de armazenamento e interconexão elétrica dentro de uma mesma RUP, entre RUP de uma mesma bacia e com países terceiros, quando sejam tecnológica e economicamente viáveis.*
- *Publicar convocatórias de projetos específicos no âmbito do MIE para as RUP, com vista ao acesso ao financiamento de projetos relativos às energias renováveis.*
- *Apoiar o investimento na exploração de energias renováveis, particularmente em sectores emergentes como as energias marinhas renováveis, e em soluções de armazenamento que permitam reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e aproveitar o potencial local.*
- *Como parte de uma abordagem de mitigação, rever os critérios do Fundo de Solidariedade da UE, os prazos para apresentação de documentos e de utilização da contribuição financeira, bem como alargar a elegibilidade e adaptar o método de cálculo do apoio (dadas as características geográficas das RUP, as catástrofes naturais serão sempre classificadas como "regionais" sem a possibilidade de aceder à taxa máxima de financiamento reservada às grandes catástrofes naturais) para gerir e reparar os danos causados por fenómenos extremos que são frequentemente específicos das RUP (por exemplo, vulcões, furacões).*
- *Apoiar o desenvolvimento, nas RUP, de veículos mais eficientes do ponto de vista ambiental, em particular veículos movidos a hidrogénio. Implementar medidas de ação em termos de financiamento europeu para financiar a melhoria das infraestruturas de tratamento de resíduos, a implementação de projetos estruturantes e a melhoria das competências dos agentes locais.*
- *Desenvolver oportunidades para levar a cabo projetos comuns de gestão de resíduos, cumprindo com a Convenção de Basileia.*
- *Apoiar as RUP do Oceano Índico, que se confrontam com o problema da falta de rotas marítimas diretas entre Maiote e a Reunião.*
- *Apoiar as RUP na redução do seu volume de resíduos.*
- *Iniciar diagnósticos precisos sobre as necessidades das RUP em termos de formação profissional para empregos em escassez no sector da economia circular (especialmente engenharia, economia social e solidária).*
- *Facilitar o acesso das regiões menos dotadas à oferta de apoio existente no domínio da economia circular.*

- *Fazer das Regiões Ultraperiféricas verdadeiros territórios de experimentação no domínio da economia circular.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

RECUPERAÇÃO ECONÓMICA PÓS-COVID

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Recuperação económica através do apoio à investigação e inovação**, com foco nas tecnologias e alternativas de crescimento que permitam conquistar quotas de mercado e criar riqueza.
- **Apoio à competitividade das empresas** promovendo a boa gestão estratégica, o acesso ao financiamento, a internacionalização e o acesso facilitado das RUP aos mercados internacionais e alianças regionais.
- **Reativação do sector do turismo, mantendo um modelo de desenvolvimento sustentável.**

Medidas operacionais propostas:

- *Propor uma marca adaptada aos materiais de construção das Regiões Ultraperiféricas. Deve ser possível substituir a declaração de desempenho e a marca "CE" por uma marca específica para a colocação no mercado de produtos oriundos de cada Região Ultraperiférica que o deseje e cujo afastamento exija adaptação. Propõe-se que os produtos fabricados e utilizados nas Regiões Ultraperiféricas possam ser isentos da marca CE, a pedido do fabricante ou do utilizador final, sempre que um dos dois possa demonstrar que a qualidade de utilização e a segurança de emprego do produto estão asseguradas. Acompanhar a recuperação com medidas excecionais para todas as microempresas e PME do sector do turismo para o próximo período de programação.*
- *Apoiar o turismo sustentável, responsável e inteligente, desenvolvendo rapidamente um roteiro para o turismo sustentável que inclua medidas de investimento inovadoras para preservar a acessibilidade das regiões ultraperiféricas, reduzir a pegada climática e ambiental do sector, diversificar a oferta, estimular novas iniciativas de cooperação, desenvolver novos serviços digitais. Esta medida deve ser acompanhada pela introdução de um regime especial de ajuda por um período de 5 anos para as empresas do setor do turismo que implementem projetos de turismo sustentável ou se comprometam com um processo de transição energética.*
- *Realizar campanhas de comunicação europeias regulares em benefício dos destinos RUP.*
- *Reforçar o conhecimento sobre o "turismo massivo", melhorando o conhecimento dos dados quantitativos e qualitativos, com base no quadro de referência a estabelecer pelo Eurostat para a recolha de dados relativos à sustentabilidade, ao "turismo massivo" ao "turismo slow" e às condições de trabalho.*
- *Estabelecer um quadro de referência europeu sobre edifícios sustentáveis no âmbito do turismo hoteleiro para todos os novos projetos financiados por fundos europeus em todo o território da UE (reciclagem, bio-abastecimento de materiais, para além da aplicação de normas de qualidade ambiental e favorecer uma reflexão sistemática sobre a climatização).*

- *Desenvolver iniciativas para o turismo náutico e costeiro no que diz respeito ao reconhecimento das qualificações dos skippers, as regras do IVA relativas aos barcos, marinas e ancoradouros, os desafios da sazonalidade, a promoção de rotas de turismo náutico, o projeto-piloto " Carta de boas práticas para um turismo de cruzeiros sustentável ".*
- *A fim de reforçar a atratividade das RUP, assegurar que a futura Agência Europeia de Turismo promova o turismo nas RUP, tendo em conta as vantagens e as características destas regiões. A Conferência dos Presidentes das RUP, em 18 e 19 de novembro de 2021, manifestou o seu apoio à candidatura das Ilhas Canárias para acolher a futura agência, com uma representação em cada uma das bacias geográficas das RUP.*
- *Propor um novo mecanismo europeu de turismo inclusivo baseado no modelo da iniciativa Calypso, que permitiria aos grupos sociais vulneráveis (ou com deficiência) utilizar os vales nacionais para ir de férias nas RUP.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Rutura do isolamento dos ecossistemas de inovação das RUP.**
- **Valorização das inovações das RUP a nível internacional.**
- **Apoio às vantagens geoestratégicas e geográficas das RUP** para impulsionar os programas de investigação.
- **Facilitar o acesso ao financiamento do Horizonte Europa.**

Medidas operacionais propostas:

- *Melhorar a comunicação sobre os programas europeus de investigação nas Regiões Ultraperiféricas.*
- *Lançar convocatórias temáticas específicas para projetos dedicados às RUP (por exemplo: sobre doenças tropicais, recifes de coral, risco vulcânico, melhoria da biodiversidade, agroecologia, eco-materiais e cultura).*
- *Fornecer apoio financeiro para a criação de uma agência para a promoção da investigação e inovação nas RUP, como continuação do programa Forward, para ajudar a estruturar o âmbito da investigação nas RUP e facilitar a procura de parcerias a nível europeu ou macrorregional. Esta agência, destinada a desenvolver redes de atores e engenharia de projetos, poderia ser financiada pelo programa Interreg Europa.*
- *Facilitar a utilização pelas RUP de financiamentos europeus dedicados à investigação (Horizonte Europa) como uma extensão do Horizonte 2020.*
- *Reforçar o potencial de investigação e inovação das Regiões Ultraperiféricas ao abrigo do programa Horizonte Europa para o período 2021-2027, ajudando a financiar o desenvolvimento de plataformas técnicas e plataformas de inovação.*
- *Sistematizar a fase dos convites à manifestação de interesse antes das convocatórias à apresentação de projetos no âmbito de programas europeus, a fim de apoiar os promotores de projetos a responderem às expectativas dos convites à apresentação de projetos.*

- *Apoiar as autoridades de gestão do FEDER na reavaliação e implementação da sua estratégia de especialização inteligente a fim de adaptar os seus ecossistemas de inovação aos sectores mais promissores para a resiliência dos seus territórios (agricultura e alimentação sustentável, materiais de origem biológica e edifícios tropicais, e-saúde e farmacopeia, investigação em relação ao sector marítimo, economia azul e turismo).*
- *Apelar a uma utilização mais sistemática do multilinguismo e à publicação de programas de trabalho nas línguas nacionais, dirigindo convites europeus para projetos abertos às RUP nas línguas nacionais destas autoridades e aceitando receber, sem discriminação com base na língua, respostas redigidas por estas autoridades na sua língua nacional.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

AUXÍLIOS DE ESTADO

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Competitividade das economias das RUP e a compensação do seu défice de acessibilidade.**
- **Utilização mais regular do conceito de atividade puramente local.**
- **Prolongamento do quadro temporário para os auxílios de Estado para as RUP.**

Medidas operacionais propostas:

- *Seria útil a elaboração, por parte da Comissão Europeia, de uma lista de verificação dos critérios que caracterizam uma atividade puramente local, o que também garantiria uma maior segurança jurídica. Estes critérios permitiriam avaliar a natureza meramente local de uma atividade e, por conseguinte, a capacidade da ajuda pública que lhe é concedida para o comércio entre os Estados-Membros.*
- *Avaliar o impacto do enquadramento temporário dos auxílios estatais implementado durante a pandemia, a fim de considerar a manutenção deste enquadramento simplificado se este não for contrário à livre concorrência.*
- *Aumentar o limite dos auxílios de minimis para 500.000 euros, bem como limiares para a agricultura (para 50.000 euros, excluindo o apoio ao abrigo do POSEI) e pescas (para 60.000 euros, excluindo o apoio ao abrigo dos Planos de Compensação de Sobrecustos).*
- *Apoiar as ligações nacionais, permitindo:*
 - *que a ajuda ao arranque de novas ligações aéreas com partida dos ou destino aos aeroportos das RUP não se limite a 50% das taxas aeroportuárias e que possa ser modulada em função da distância da nova ligação e do seu risco, a fim de cobrir o conjunto dos custos (marketing, custos de exploração, taxas aeroportuárias) durante os primeiros anos de exploração;*
 - *a concessão de auxílios para o reforço das rotas existentes, a fim de melhorar a conectividade e a competitividade das RUP com os mercados ainda não explorados, mas que apresentam um potencial de crescimento;*
- *Alterar as regras relativas aos auxílios de Estado para os transportes marítimos para autorizar a criação de companhias marítimas regionais nas RUP, incluindo aquelas que explorem as rotas marítimas RUP/Países Terceiros.*

- *Modular os auxílios ao arranque de novas rotas aéreas, com partida ou destino dos aeroportos das RUP, em função da distância da nova rota e do seu risco, a fim de cobrir todos os custos (marketing, custos de exploração, taxas aeroportuárias) durante os primeiros anos de exploração.*
- *Alargar o apoio financeiro à construção, planeamento, segurança e manutenção das infraestruturas aeroportuárias e marítimas, e assegurar que as oportunidades de investimento não se limitam a considerações ambientais.*
- *Manter um quadro regulamentar para os auxílios de Estado nas RUP que permita a manutenção dos auxílios económicos, fiscais e aduaneiros nas RUP e a manutenção dos seus regimes fiscais (aumento das intensidades de auxílio para os auxílios regionais, Zona Franca da Madeira).*
- *Manter as derrogações às regras comuns para o mercado interno da eletricidade para as RUP.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Integração política e económica das RUP nas suas respetivas bacias**

Medidas operacionais propostas:

- *Incluir as RUP nas futuras "Alianças Verdes" no âmbito da política externa da UE, a fim de promover a cooperação regional entre as RUP e os seus vizinhos sobre estas temáticas. Esta integração requer a mobilização de recursos financeiros para a cooperação regional através do instrumento NDICI.*
- *Apoiar as RUP nas suas ações de cooperação com os Países e Estados vizinhos em matéria de conectividade e digitalização.*
- *Prever um quadro de intervenção específico entre as RUP de uma mesma bacia e entre as RUP e os seus países vizinhos, a fim de apoiar a partilha de conhecimentos e práticas e valorizar a cooperação. Apoiar a interoperabilidade dos sistemas de informação. Incentivar programas económicos de integração regional e apoiar a internacionalização das empresas, assegurando que sejam propostas medidas que incluam apoio de engenharia às empresas, caso contrário, uma grande parte delas não terá acesso à ajuda à internacionalização. O enquadramento dos auxílios estatais nas RUP deve evoluir para incentivar a internacionalização das empresas.*

PROPOSTAS OPERACIONAIS

MIGRAÇÕES

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **Melhor tomada em consideração das especificidades das RUP na implementação das políticas migratórias europeias, particularmente no que diz respeito à gestão dos menores migrantes não acompanhados.**

Medidas operacionais propostas:

- Garantir uma melhor tomada em consideração das especificidades das RUP nos programas FSI e FAMI, tanto em termos de gestão partilhada como de gestão direta. Reforçar o apoio às autoridades locais nas RUP e às organizações da sociedade civil, trabalhando na integração de migrantes e refugiados e reforçando os instrumentos técnicos e financeiros.
- Integrar adequadamente nos programas europeus (FAMI e FSE +) a atenção que requerem os menores migrantes não acompanhados que chegam às RUP situadas nas fronteiras externas da União Europeia em África e na América.
- Ajudar as RUP a fazer face à pressão adicional que o fenómeno migratório irregular exerce nas suas despesas públicas, particularmente no que diz respeito ao acolhimento e integração de menores não acompanhados.
- Prever um apoio europeu adequado que tenha em conta o regresso massivo de cidadãos portugueses da Venezuela à Madeira.

PROPOSTAS OPERACIONAIS

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Prioridades estratégicas para as Regiões Ultraperiféricas:

- **A importância do impulso dado pela DG Regio à unidade RUP no seu papel de consulta interserviços para a condução de políticas para as RUP.**

Medidas operacionais propostas:

- *Reforçar a posição da Unidade RUP na DG Regio e em relação a outras Direcções-Gerais da Comissão, a fim de reforçar a sua ação de coordenação interdepartamental.*
- *Organizar sessões de informação específicas para as RUP com a sociedade civil, a fim de apresentar as oportunidades proporcionadas pela UE e encorajar reuniões em videoconferência, para assegurar uma melhor participação dos atores da sociedade civil.*
- *Financiar uma plataforma de apoio à engenharia territorial promovida pelas RUP com o objetivo de melhorar o conhecimento local das políticas e programas europeus e apoiar os promotores de projetos.*

[REDACTED]

De: CROIZET Stephany
Enviado: 4 de maio de 2022 08:02
Para: [REDACTED]
Cc: DROUAULT Sandra
Assunto: Letter from the the President of the Conference of the Outermost Regions
Anexos: Courrier CPRUP_ETS Aviation.pdf; Letter from Conference of the Outermost Regions_ETS Aviation.pdf

Dear all,

On behalf of the President of the Conference of the Outermost Regions (CPRUP), please find attached a letter regarding the ETS Aviation and more specifically on the derogation regarding ORs.

I remain available for any further information,

Best regards,



Stephany CROIZET
Chargée de Mission Affaires Européennes
☎ : +596 696 21 25 46 / +33 (0) 6 44 15 10 63
Courriel: [REDACTED]

Rue Gaston DEFFERRE CS 30137 - 97201 Fort-de-France, Martinique



Fort-de-France, le 02 mai 2022

Objet : Courrier d'alerte de la Conférence des Présidents des Régions Ultrapériphériques sur la dérogation RUP sur l'ETS Aviation.

Madame, Monsieur,

En qualité de Président de la Conférence des Présidents des Régions Ultrapériphériques (CPRUP), je tenais à vous alerter sur l'impérieuse nécessité de prévoir, lors des négociations en cours concernant l'ETS Aviation, une dérogation pour tous les vols effectués au départ et à destination d'un aéroport situé dans une Région Ultrapériphérique (RUP), et singulièrement entre un aéroport situé dans une RUP et son Etat membre, ainsi que pour les vols à l'intérieur des RUP.

Je tiens à vous rappeler qu'il n'existe pas d'alternative au transport aérien pour nos citoyens européens qui souhaiteraient rejoindre le continent européen.

De plus, les émissions de carbone dans les RUP restent limitées comparativement à d'autres régions européennes et elles disposent de ressources naturelles considérables qui contribuent à permettre à l'Union européenne d'atteindre ses objectifs en matière environnementale.

Ainsi, le principe de juste équilibre doit absolument prévaloir pour nos régions afin de ne pas pénaliser encore plus nos populations.

La CPRUP a d'ailleurs rappelé dans son annexe à sa Déclaration Finale du 18 novembre 2022 adoptée à Ponta Delgada (aux Açores) que « le grand éloignement du continent européen, associé à la double insularité des archipels et à l'enclavement dans le cas de la Guyane, rend difficile le respect des principes de continuité et de cohésion territoriale des RUP et constitue un obstacle majeur au principe de libre circulation des personnes et des biens. Une mobilité améliorée et durable, grâce à des mesures permettant une plus grande



accessibilité, stimule la croissance économique, la création d'emplois et une plus grande inclusion sociale ».

De surcroît, « la réduction du déficit d'accessibilité dans les RUP et la mise en place effective de liaisons aériennes et maritimes régulières, fiables et abordables vers ces régions » est l'une des priorités stratégiques identifiées par les neuf RUP et leurs trois Etats membres dans leur document conjoint adopté en janvier 2022 dans la perspective du renouvellement de la stratégie de la Commission européenne en faveur des RUP. Les RUP et leurs états membres ont présenté trois mesures opérationnelles directement en lien avec ladite directive actuellement en cours de négociation :

- « Veiller à ce que la mise en œuvre du paquet « Fit for 55 » permette des adaptations spécifiques aux RUP sur la base de l'article 349 TFUE et en lien notamment avec des études d'impact dédiées ;
- Dans le respect du calendrier général de l'adoption des textes, adapter notamment les propositions ayant un impact sur les transports (directive SEQE-UE, Red II, AFID, ReFuelEU Aviation, FuelUE Maritime, DTE) ;
- L'extension de l'exclusion du système ETS des vols au départ, à destination (y compris les vols internationaux), et intérieurs aux RUP, sur la base du Règlement 2017/2392 du 13 décembre 2017, afin de garantir la cohésion territoriale et l'accessibilité de ces régions européennes ».

Ainsi, nous vous demandons de défendre la dérogation RUP dans la future modification de la directive 2021/0207 concernant la contribution de l'aviation à l'objectif de réduction des émissions à l'échelle de l'ensemble de l'économie de l'Union et mettant en œuvre de manière appropriée un mécanisme de marché mondial.


La suppression de cette dérogation aurait un effet désastreux sur la connectivité de nos régions qui souffrent déjà d'un important déficit d'accessibilité.

En espérant pouvoir compter sur votre appui, je vous prie d'agréer Madame, Monsieur, mes respectueuses salutations.

Serge LETCHIMY

Président de la Conférence des Présidents des Régions Ultrapériphériques




Le Président du Conseil Exécutif
de la Collectivité Territoriale de Martinique
Serge LETCHIMY



Traduction de courtoisie

To whom it may concerns,

As President of the Conference of Presidents of the Outermost Regions (CPRUP), I wanted to highlight the urgent need to provide, during the current negotiations on ETS Aviation, a derogation for all flights from and to an aerodrome located in an Outermost Region (OR), and particularly between an aerodrome located in an OR and its Member State, and for flights within OR.

I would remind you that there is no alternative to air transport for our European citizens who would like to join the European continent.

Moreover, carbon emissions in ORs remain limited compared to other European regions and they have considerable natural resources that help the European Union achieve its environmental objectives.

Therefore, the principle of a fair balance must absolutely prevail for our regions so as not to further penalize our populations.

The CPRUP also recalled in its annex to its Final Declaration of November the 18th 2022 adopted in Ponta Delgada (in the Azores) that the great remoteness of the European continent, associated with the double insularity of the archipelagos and the enclavement in the case of Guyana, makes difficult to respect the principles of continuity and territorial cohesion of the ORs and constitutes a major obstacle to the principle of free movement of persons and goods. Improved and sustainable mobility, through measures that enable greater accessibility, stimulates economic growth, job creation and greater social inclusion.”

Furthermore, “the reduction of the accessibility gap in ORs and the effective establishment of regular, reliable and affordable air and maritime links to these regions” is one of the strategic priorities identified by the nine ORs and their three Member States in their joint document adopted in January 2022 with a view to renewing the European Commission’s RUP strategy. ORs and their



Member States presented three operational measures directly related to the Directive currently under negotiation:

- “Ensure that the implementation of the “Fit for 55” package allows specific adaptations to ORs on the basis of Article 349 TFEU and in particular in connection with dedicated impact studies;
- In compliance with the general timetable for the adoption of the texts, adapt in particular the proposals having an impact on transport (EU-ETS Directive, Red II, AFID, ReFuelEU Aviation, FuelUE Maritime, DTE);
- The extension of the exclusion of the ETS system from departures, destinations (including international flights), and domestic flights to the ORs, on the basis of Regulation 2017/2392 of 13 December 2017, in order to guarantee the territorial cohesion and accessibility of these European regions».

We therefore ask you to defend the ORs’ derogation in the future amendment of Directive 2021/0207 on the contribution of aviation to the objective of reducing emissions at the level of the Union economy as a whole and implementing in an appropriate manner a global market mechanism.

Removing this exemption would have disastrous effects on the connectivity of our regions, which already suffer from a significant accessibility deficit.

Hoping that CPRUP can count on your support, yours faithfully.

De: CROIZET Stephany
Enviado: 23 de fevereiro de 2022 19:19
Para: barbe, theo; ALLIOUX Emmeline; 'GARREC Julie'; lehmann, maeva; Oudi SERVA;
Cc: Alice COLOMBO; Delphine LASSELIN
sophie.hoarau; francois.boullay; JULIAN JOSE ZAFRA DIAZ; DIEGO LUIS RODRIGUEZ; vnakgon; fernanda.cardoso; antonio.sc.mendonca; Carlos EP. Amaral; João MPG. Lança; Maria JV. Machado; Ana ICA. Nunes; Paulo AT. Pacheco; DROUAULT Sandra
Assunto: Amendements CPRUP Paquet législatif Fit for 55
Anexos: Amendements ETS SEQE_aviation_CPRUPV14.02.22.docx; Amendements SEQE_maritime_V.15.02.docx; Amendements Fonds Social pour le climat V10.02.2022.docx; Amendements CPRUP - MACF_final.docx

Bonjour,

Je vous prie de bien vouloir trouver en pièces jointes les amendements de la CPRUP concernant le paquet législatif Fit for 55.

En vous souhaitant bonne réception,

Bien cordialement.



Stephany **CROIZET**

Chargée de Mission Affaires Européennes

☎ : +596 696 21 25 46 / +33 (0) 6 44 15 10 63

Courriel [REDACTED]

Rue Gaston DEFFERRE CS 30137 - 97201 Fort-de-France, Martinique

Ce message et ses pièces jointes sont établis à l'intention exclusive de son ou ses destinataires et sont susceptibles de contenir des informations confidentielles qui ne doivent en aucun cas être diffusées, exploitées ou copiées sans autorisation.

Si vous avez reçu ce message par erreur, veuillez le signaler à l'expéditeur et le détruire ainsi que les pièces jointes.

Les messages électroniques étant susceptibles d'altération, la Collectivité Territoriale décline toute responsabilité si ce message a été altéré, déformé ou falsifié.

MECANISME D'AJUSTEMENT CARBONE AUX FRONTIERES

NOTE D'ALERTE DE LA CONFERENCE DES PRESIDENTS DES REGIONS ULTRAPERIPHERIQUES

Le mécanisme d'ajustement carbone aux frontières (MACF) est présenté comme une mesure environnementale et non comme une taxe et fait partie des 14 propositions législatives du paquet "Fit for 55" qui vise une réduction de 55 % des émissions de gaz à effet de serre d'ici à 2023 (et par rapport aux émissions de 1990).

Le MACF remplacera progressivement les mécanismes prévus par la directive 2003/87/CE pour l'échange de quotas d'émission de gaz à effet de serre dans l'Union afin de prévenir le risque de fuite de carbone, notamment l'allocation gratuite de quotas. Initialement, il concernera 5 matières premières : ciment, fer et acier, aluminium, engrais et électricité.

Dans sa communication intitulée «Le pacte vert pour l'Europe», la Commission a défini une nouvelle stratégie de croissance qui vise à transformer l'Union en une société juste et prospère, dotée d'une économie moderne, efficace dans l'utilisation des ressources et compétitive, caractérisée par l'absence d'émission nette (l'absence d'émission après déduction des absorptions) de gaz à effet de serre d'ici 2050 et dans laquelle la croissance économique sera dissociée de l'utilisation des ressources. Le pacte vert pour l'Europe vise aussi à protéger, préserver et consolider le patrimoine naturel de l'Union, ainsi qu'à protéger la santé et le bien-être des citoyens des risques et incidences liés à l'environnement. Dans le même temps, cette transformation doit être juste et inclusive, en ne laissant personne de côté.

A ce titre, la Conférence des Présidents des Régions Ultrapériphériques (CPRUP), bien qu'adhérant pleinement aux nouvelles priorités de l'Union européenne en matière de transition verte, se doit d'alerter sur le possible risque de collision entre le MACF et les dispositifs fiscaux et douaniers spécifiquement applicable aux RUP (AIEM, Octroi de mer, suspension des droits de douanes).

La CPRUP présente ainsi les propositions d'amendements suivantes :

AMENDEMENT 1

Considérant 15 - ajout d'un considérant 15 (*bis*) nouveau

Proposition de la Commission	Amendement
(15) Afin d'exclure du MACF les pays ou territoires tiers qui seront totalement intégrés ou liés au SEQE de l'UE en cas d'accords futurs, il convient de déléguer à la Commission le pouvoir d'adopter des actes conformément à l'article 290 TFUE aux fins de la modification de la liste des pays figurant à l'annexe II. À l'inverse, il y a lieu d'exclure de la liste figurant à l'annexe II et de soumettre au MACF les pays ou territoires tiers qui ne facturent pas effectivement le prix du SEQE pour les marchandises exportées vers l'Union.	(15) <i>bis</i> nouveau Afin de garantir que la transition écologique dans les régions ultrapériphériques ne s'opère pas au détriment de la cohésion économique et sociale et ne fassent pas peser une charge disproportionnée sur ces territoires, une étude d'impact devra être menée avant l'application du MACF dans ces régions. La Commission doit garantir l'absence de collision entre le MACF et les dispositifs douaniers et fiscaux spécifiquement applicables aux régions ultrapériphériques (RUP) et, le cas échéant, proposer des exceptions appropriée dans leur application à ces régions.

Exposé des motifs

La taxation MACF des matières premières couvertes par la proposition de la Commission, devrait avoir un impact plus important sur les régions ultrapériphériques, en ajoutant un coût dans ces secteurs importants et en dans les prix à la consommation finale, aux surcoûts déjà supportés par ces secteurs régionaux issus des régions ultrapériphériques et identifiés à l'article 349 du TFUE. Par conséquent, il est avancé que la mesure ne devrait pas être appliquée dans les RUP tant qu'une étude d'impact n'a pas été réalisée, conformément à l'approche préconisée dans le « Document de position commune aux 3 États membres et aux 9 Régions Ultrapériphériques » pour le paquet Fit for 55.

AMENDEMENT 2

Article 2 – Champs d’application

Proposition de la Commission	Amendement
<p style="text-align: center;"><i>Article 2</i> <i>Champs d’application</i></p> <p>1. <i>Le présent règlement s’applique aux marchandises énumérées à l’annexe I, originaires d’un pays tiers, lorsque ces marchandises ou les produits transformés qui en sont issus dans le cadre du régime du perfectionnement actif visé à l’article 256 du règlement (UE) n° 952/2013 du Parlement européen et du Conseil sont importés sur le territoire douanier de l’Union.</i></p> <p>2. <i>Le présent règlement s’applique aux marchandises visées au paragraphe 1 lorsque ces marchandises sont introduites sur le plateau continental ou dans la zone économique exclusive d’un État membre.</i></p> <p>3. <i>Par dérogation aux paragraphes 1 et 2, le présent règlement ne s’applique pas aux marchandises originaires des pays et territoires inscrits sur la liste de l’annexe II, section A</i> (...)</p>	<p style="text-align: center;"><i>Article 2</i> <i>Champs d’application</i></p> <p>1. <i>Le présent règlement s’applique aux marchandises énumérées à l’annexe I, originaires d’un pays tiers, lorsque ces marchandises ou les produits transformés qui en sont issus dans le cadre du régime du perfectionnement actif visé à l’article 256 du règlement (UE) n° 952/2013 du Parlement européen et du Conseil sont importés sur le territoire douanier de l’Union.</i></p> <p>2. <i>Le présent règlement s’applique aux marchandises visées au paragraphe 1 lorsque ces marchandises sont introduites sur le plateau continental ou dans la zone économique exclusive d’un État membre.</i></p> <p>3. <i>Par dérogation aux paragraphes 1 et 2, le présent règlement ne s’applique pas aux marchandises originaires des pays et territoires inscrits sur la liste de l’annexe II, section A ni aux marchandises importées par les régions ultrapériphériques jusqu’à ce qu’une étude d’impact soit effectuée dans ces régions.</i> (...)</p>

Exposé des motifs

La taxation MACF des matières premières couvertes par la proposition de la Commission, devrait avoir un impact plus important sur les régions ultrapériphériques, en ajoutant un coût dans ces secteurs importants et impactant les prix à la consommation finale, aux surcoûts déjà supportés par ces secteurs régionaux issus des régions ultrapériphériques et identifiés à l'article 349 du TFUE. Par conséquent, il est avancé que la mesure ne devrait pas être appliquée dans les RUP tant qu'une étude d'impact n'a pas été réalisée, conformément à l'approche préconisée dans le « Document de position commune aux 3 États membres et aux 9 Régions Ultrapériphériques » pour le paquet Fit for 55.

Proposition de Directive du Parlement Européen et du Conseil modifiant la Directive 2003/87/CE en ce qui concerne la contribution de l'aviation à l'objectif de réduction des émissions à l'échelle de l'ensemble de l'économie de l'Union et mettant en œuvre de manière appropriée un mécanisme de marché mondial COM (2021) 552 final

Amendement 1

Considérant 25

Proposition de la Commission	Amendement
(25) Il convient d'accorder une attention particulière à la promotion de l'accessibilité pour les régions ultrapériphériques de l'Union. Par conséquent, une dérogation au SEQE l'UE devrait être prévue pour les émissions résultant de vols effectués entre un aéroport situé dans une région ultrapériphérique d'un État membre et un aéroport situé dans le même État membre	(25) Il convient d'accorder une attention particulière à la promotion de l'accessibilité pour les régions ultrapériphériques de l'Union <u>dont l'éloignement et les caractéristiques géographiques rendent impossible l'accès aux alternatives de transport.</u> Par conséquent, une dérogation <u>pérenne</u> au SEQE de l'UE devrait être prévue pour les émissions résultant de <u>tous vols effectués au départ et à destination d'un aéroport situé dans une région ultrapériphérique, et singulièrement entre un aéroport situé dans une région ultrapériphérique et son État membre.</u>

Exposé des motifs

L'article 349 du TFUE reconnaît les difficultés physiques permanentes auxquelles sont confrontées les RUP, parmi lesquelles le grand éloignement du continent européen. Par conséquent, l'éloignement étant une condition physique permanente et ajoutant à cela, le manque d'alternatives de transport propres pour les longs trajets tels que le train ou le bateau au courte distance, difficultés auxquelles ne se confrontent pas les autres régions européennes (y compris les îles), il est nécessaire que cette exception soit maintenue de façon permanente, comme indiqué dans le règlement 2017/2392 du 13 décembre 2017, afin de garantir l'accessibilité et la cohésion territoriale des RUP et de ne pas pénaliser leurs citoyens par rapport au reste de l'UE. De même, les RUP sont mises en concurrence directe avec les pays tiers voisins, majoritairement constitués de pays moins avancés (PMA) et de petits pays insulaires (PEID) dont les vols sont exemptés du CORSIA. Les conséquences en termes de compétitivité des compagnies aériennes opérant dans les RUP mais également commerciales à l'exportation et à l'importation sont également majeures.

Ceci ne signifie pas que les RUP ne sont pas engagés à atteindre les objectifs de décarbonation et à compenser cette empreinte de carbone par d'autres mesures visant à atteindre l'objectif de neutralité climatique en 2050.

Dans ce sens se sont prononcé les 3 États membres des RUP dans leur Document de position commune aux 3 États membres et aux 9 Régions Ultrapériphériques dans le cadre de l'actualisation du partenariat stratégique de la Commission européenne avec les Régions Ultrapériphériques et de l'adoption de la communication pour ces régions, du 19 janvier 2022. *« Pérenniser l'exclusion des vols au départ ou à destination des RUP (y compris les vols internationaux) du système ETS, issue du Règlement 2017/2392 du 13 décembre 2017, afin de garantir la cohésion territoriale et l'accessibilité de ces régions européennes ».*

Dans la même ligne c'est aussi prononcé le Rapport : Vers un renforcement du partenariat avec les régions ultrapériphériques de l'Union de Stéphane Bijoux membre de la Commission du développement régional du PE (2020/2120(INI)). *«Souligne la nécessité de réduire les coûts du transport, que ce soit de passagers ou de fret, pour garantir le principe de continuité et de cohésion territoriales, ainsi que l'égalité des chances pour tous les citoyens; réclame une gestion des prix du transport aérien (de et vers ces régions), terrestre (internes, entre les villes), et maritime (entre les régions et entre les îles); estime à cet égard que des mesures dérogatoires pour les RUP doivent être envisagées dans le système d'échange de quotas de CO₂ à la fois pour le transport maritime et le transport aérien, ainsi que, le cas échéant, des incitations financières et techniques;...»*

Cette demande d'amendement est cohérente avec la proposition de Proposition de RÈGLEMENT DU PARLEMENT EUROPÉEN ET DU CONSEIL relatif à l'instauration d'une égalité des conditions de concurrence pour un secteur du transport aérien durable « Refuel aviation » COM(2021) 561 final qui exclu de la définition d'«aéroport de l'Union»: un aéroport tel que défini à l'article 2, point 2, de la directive 2009/12/CE du Parlement européen et du Conseil¹³, dans lequel le trafic de passagers était supérieur à 1 million de passagers ou dans lequel le trafic de fret était supérieur à 100 000 tonnes au cours de la période de déclaration, et qui n'est pas situé dans une région ultrapériphérique visée à l'article 349 du traité sur le fonctionnement de l'Union européenne.

AMENDEMENT 2

Article Premier

Proposition de la Commission	Amendement
<i>Article premier</i> La directive 2003/87/CE est modifiée comme suit: ... 7. Par dérogation à l'article 12, paragraphe 2 bis, à l'article 14, paragraphe 3, et à l'article 16, les États membres considèrent que les exigences énoncées dans lesdites dispositions sont satisfaites et ne prennent aucune mesure vis-à-vis des exploitants d'aéronefs en ce qui concerne les émissions survenant jusqu'en 2030 et liées à des vols entre un aéroport situé dans une région ultrapériphérique d'un État membre et un aéroport situé dans le même État membre en dehors de la région ultrapériphérique en question.».	<i>Article premier</i> La directive 2003/87/CE est modifiée comme suit: ... 7. Par dérogation à l'article 12, paragraphe 2 bis, à l'article 14, paragraphe 3, et à l'article 16, les États membres considèrent que les exigences énoncées dans lesdites dispositions sont satisfaites et ne prennent aucune mesure vis-à-vis des exploitants d'aéronefs en ce qui concerne les émissions survenant jusqu'en 2030 et liées <u>aux vols au départ et à destination d'un aéroport situé dans une région ultrapériphérique d'un État membre.</u>

Exposé des motifs

Les problèmes d'accessibilité et de compétitivité découlant des contraintes naturelles, dûment identifiées à l'article 349 du TFUE, aggravés par la grande ouverture sur l'extérieur - tant par la composante migratoire que par le besoin de mobilité étudiante, professionnelle et de loisirs - et par la dépendance de ces régions du secteur touristique, fort levier de l'activité économique respective et sévèrement affectées par la crise sanitaire actuelle du COVID-19, conduisent, comparativement, à des répercussions de cette mesure de transition écologique nettement plus défavorables dans les RUP que dans les autres régions de l'Union européenne. En effet, le règlement (UE) n° 421/2014 modifiant la directive 2003/87/CE établissant un système d'échange de quotas d'émission de gaz à effet de serre dans la Communauté stipule « *qu'il convient d'examiner tout particulièrement les moyens d'atténuer, voire d'éliminer, les problèmes d'accessibilité et de compétitivité auxquels sont confrontées les régions ultrapériphériques de l'Union. Dans cette perspective, il convient d'appliquer également la dérogation établie par le présent règlement aux vols reliant un aéroport situé dans une région ultrapériphérique au sens de l'article 349 du traité sur le fonctionnement de l'Union européenne et un aéroport situé dans une autre région de l'Espace Economique Européen* ».

Tout en reconnaissant la nécessité de contribuer à l'effort européen d'atténuation du coût de la transition écologique, ces propositions de suppression de la durée de la dérogation prévue pour les RUP visent à éviter l'augmentation supplémentaire significative du coût du transport aérien vers et depuis les RUP, qui sera en dernière instance payé par les passagers, avec des impacts importants sur le plan économique et social de ces régions. En effet, les RUP ne disposent d'aucune alternative de transport viable pour les trajets longue distance. De plus, malgré leurs efforts de développement des énergies renouvelables, elles souffrent encore de la dépendance aux énergies fossiles.

De même, les RUP sont mises en concurrence directe avec les pays tiers voisins, majoritairement constitués de pays moins avancés (PMA) et de petits pays insulaires (PEID) dont les vols sont exemptés du CORSIA. Les conséquences en termes de compétitivité des compagnies aériennes opérant dans les RUP mais également commerciales à l'exportation et à l'importation sont également majeures.

Amendement 3

Article Premier – modification de l'article 12

Proposition de la Commission	Amendement
<p style="text-align: center;"><i>Article 12</i></p> <p>6. L'article 12 est modifié comme suit: a) le paragraphe 6 est remplacé par le texte suivant: «6. Chaque année, les États membres calculent les compensations pour l'année civile précédente en suivant la méthode établie dans l'acte délégué visé au paragraphe 7 et conformément aux normes internationales et pratiques recommandées de l'OACI dans le domaine de la protection de l'environnement dans le cadre du régime de compensation et de réduction de carbone pour l'aviation internationale, à l'exclusion de celles qui s'appliquent aux vols en provenance d'un aéroport situé dans l'EEE et à destination d'un aéroport situé dans l'EEE, en Suisse ou au Royaume-Uni, et informent, au plus tard le 30 novembre de chaque année, les exploitants d'aéronefs qui remplissent l'ensemble des conditions relatives au niveau de compensation énoncées ci-après: a) l'exploitant d'aéronefs est titulaire d'un certificat de transporteur aérien délivré par un État membre ou est enregistré dans un État membre, y compris dans les régions ultrapériphériques, les dépendances et les territoires dudit État membre; b) il produit des émissions annuelles de CO₂ supérieures à 10 000 tonnes, qui proviennent de l'utilisation d'aéronefs ayant une masse maximale certifiée au décollage supérieure à 5 700 kg et effectuant des vols relevant de l'annexe I, à l'exclusion de ceux en provenance et à destination d'un même État membre (y compris les régions ultrapériphériques d'un même État membre), à compter du 1^{er} janvier 2019. Aux fins du premier alinéa, point b), les émissions de CO₂ des types de vols suivants ne sont pas prises en</p>	<p style="text-align: center;"><i>Article 12</i></p> <p>6. L'article 12 est modifié comme suit: a) le paragraphe 6 est remplacé par le texte suivant: «6. Chaque année, les États membres calculent les compensations pour l'année civile précédente en suivant la méthode établie dans l'acte délégué visé au paragraphe 7 et conformément aux normes internationales et pratiques recommandées de l'OACI dans le domaine de la protection de l'environnement dans le cadre du régime de compensation et de réduction de carbone pour l'aviation internationale, à l'exclusion de celles qui s'appliquent aux vols en provenance d'un aéroport situé dans l'EEE et à destination d'un aéroport situé dans l'EEE, en Suisse ou au Royaume-Uni, et informent, au plus tard le 30 novembre de chaque année, les exploitants d'aéronefs qui remplissent l'ensemble des conditions relatives au niveau de compensation énoncées ci-après: a) l'exploitant d'aéronefs est titulaire d'un certificat de transporteur aérien délivré par un État membre ou est enregistré dans un État membre, y compris dans les régions ultrapériphériques, les dépendances et les territoires dudit État membre; b) il produit des émissions annuelles de CO₂ supérieures à 10 000 tonnes, qui proviennent de l'utilisation d'aéronefs ayant une masse maximale certifiée au décollage supérieure à 5 700 kg et effectuant des vols relevant de l'annexe I, à l'exclusion de ceux en provenance et à destination d'un même État membre (<i>y compris les régions ultrapériphériques d'un même État membre</i>), à compter du 1^{er} janvier 2019. Aux fins du premier alinéa, point b), les émissions de CO₂ des types de vols suivants ne sont pas prises en compte: i) vols d'État; ii) vols humanitaires; iii)</p>

compte: i) vols d'État; ii) vols humanitaires; iii) vols médicaux; iv) vols militaires; v) vols de lutte contre le feu.	vols médicaux; iv) vols militaires; v) vols de lutte contre le feu. .», <u>vi) les vols au départ et à destination des régions ultrapériphériques</u> ».
---	---

Exposé des motifs
Idem

Amendement 4

Article Premier – modification de l'annexe I

Proposition de la Commission	Amendement
<p style="text-align: center;"><i>Article Premier</i></p> <p><i>Annexe I</i></p> <p>10. À l'annexe I, dans le tableau, le texte suivant est inséré après le premier alinéa de la rubrique «Aviation» de la colonne «Activités»: FR 22 FR «Vols entre aérodrômes situés dans deux pays différents recensés dans l'acte d'exécution adopté en vertu de l'article 25 bis, paragraphe 3, assurés par les exploitants d'aéronefs qui remplissent l'ensemble des conditions suivantes: a) l'exploitant d'aéronefs est titulaire d'un certificat de transporteur aérien délivré par un État membre ou est enregistré dans un État membre, y compris dans les régions ultrapériphériques, les dépendances et les territoires dudit État membre; b) il produit des émissions annuelles de CO2 supérieures à 10 000 tonnes, qui proviennent de l'utilisation d'aéronefs ayant une masse maximale certifiée au décollage supérieure à 5 700 kg et effectuant des vols relevant de l'annexe I, à l'exclusion de ceux en provenance et à destination d'un même État membre (y compris les régions ultrapériphériques d'un même État membre), à compter du 1^{er} janvier 2019. Aux fins du présent point, les émissions des types de vols suivants ne sont pas prises en compte: i) vols d'État; ii) vols humanitaires; iii) vols médicaux; iv) vols militaires; v) vols de lutte contre le feu.».</p>	<p style="text-align: center;"><i>Article Premier</i></p> <p><i>Annexe I</i></p> <p>10. À l'annexe I, dans le tableau, le texte suivant est inséré après le premier alinéa de la rubrique «Aviation» de la colonne «Activités»: «Vols entre aérodrômes situés dans deux pays différents recensés dans l'acte d'exécution adopté en vertu de l'article 25 bis, paragraphe 3, assurés par les exploitants d'aéronefs qui remplissent l'ensemble des conditions suivantes: a) l'exploitant d'aéronefs est titulaire d'un certificat de transporteur aérien délivré par un État membre ou est enregistré dans un État membre, y compris dans les régions ultrapériphériques, les dépendances et les territoires dudit État membre; b) il produit des émissions annuelles de CO2 supérieures à 10 000 tonnes, qui proviennent de l'utilisation d'aéronefs ayant une masse maximale certifiée au décollage supérieure à 5 700 kg et effectuant des vols relevant de l'annexe I, à l'exclusion de ceux en provenance et à destination d'un même État membre (<i>y compris les régions ultrapériphériques d'un même État membre</i>), à compter du 1^{er} janvier 2019. Aux fins du présent point, les émissions des types de vols suivants ne sont pas prises en compte: i) vols d'État; ii) vols humanitaires; iii) vols médicaux; iv) vols militaires; v) vols de lutte contre le feu ; <u>vi) les vols au départ et à destination des régions ultrapériphériques.</u></p>

Exposé des motifs
Idem

PROPOSITION D'AMENDEMENTS DE LA CPRUP RELATIVE AU REGLEMENT DU PARLEMENT EUROPEEN ET DU CONSEIL Etablissant
UN FONDS SOCIAL POUR LE CLIMAT - COM (2021) 568FINAL

Amendement 1

Ajouter texte à l'article 1 – Objet, champs d'application et objectifs

Proposition de la Commission	Amendement
<p>Le Fonds social pour le climat (ci-après le « Fonds ») est institué. Il apporte un soutien aux États membres pour le financement des mesures et des investissements prévus dans leurs plans sociaux pour le climat (ci-après les « plans ») Les mesures et les investissements soutenus par le Fonds bénéficient aux ménages, aux microentreprises et aux usagers des transports qui sont vulnérables et particulièrement concernés par l'intégration des émissions de gaz à effet de serre provenant des bâtiments et du transport routier dans le champ d'application de la directive 2003/87/CE, notamment les ménages en situation de précarité énergétique et les citoyens ne disposant pas de possibilités de transports publics pour remplacer la voiture individuelle (dans les zones reculées et rurales). L'objectif général du Fonds est de contribuer à la transition vers la neutralité climatique en atténuant les conséquences sociales de l'intégration des émissions de gaz à effet de serre provenant des bâtiments et du transport routier dans le champ d'application de la directive 2003/87/CE. L'objectif spécifique du Fonds est de soutenir les ménages vulnérables, les microentreprises vulnérables et les usagers vulnérables des transports au moyen d'une aide directe temporaire au revenu et de mesures et d'investissements destinés à accroître l'efficacité énergétique des bâtiments, la décarbonation du chauffage et du refroidissement des bâtiments, y compris par l'intégration d'énergie produite à partir de sources renouvelables, et à améliorer l'accès à la mobilité et aux transports à émissions nulles ou faibles.</p>	<p>Le Fonds social pour le climat (ci-après le « Fonds ») est institué. Il apporte un soutien aux États membres pour le financement des mesures et des investissements prévus dans leurs plans sociaux pour le climat (ci-après les « plans ») ... Les mesures et les investissements soutenus par le Fonds bénéficient aux ménages, aux microentreprises et aux usagers des transports qui sont vulnérables et particulièrement concernés par l'intégration des émissions de gaz à effet de serre provenant des bâtiments et du transport routier dans le champ d'application de la directive 2003/87/CE, notamment les ménages en situation de précarité énergétique et les citoyens ne disposant pas de possibilités de transports publics pour remplacer la voiture individuelle (dans les zones reculées, rurales et ultrapériphériques). L'objectif général du Fonds est de contribuer à la transition vers la neutralité climatique en atténuant les conséquences sociales de l'intégration des émissions de gaz à effet de serre provenant des bâtiments et du transport routier dans le champ d'application de la directive 2003/87/CE. L'objectif spécifique du Fonds est de soutenir les ménages vulnérables, les microentreprises vulnérables et les usagers vulnérables des transports au moyen d'une aide directe temporaire au revenu et de mesures et d'investissements destinés à accroître l'efficacité énergétique des bâtiments, la décarbonation du chauffage et du refroidissement des bâtiments, y compris par l'intégration d'énergie produite à partir de sources renouvelables, et à améliorer l'accès à la mobilité et aux transports à émissions nulles ou faibles.</p>

Exposé des motifs
Les Régions ultrapériphériques (article 349 TFUE) <i>ont des systèmes énergétiques isolés et un accès très limité à des solutions de mobilité et de transport alternatives et abordables</i> . Il est nécessaire de tenir compte de leurs spécificités reconnues par le TFUE afin qu'un juste équilibre soit trouvé entre les objectifs climatiques et les lourds coûts qui vont se répercuter sur les ménages, microentreprises et usagers du transport de ces régions plus vulnérables. Il convient également de les aider à atteindre leur autonomie énergétique à partir de sources renouvelables et à améliorer leurs alternatives d'accès à la mobilité et aux transports à émissions nulles ou faibles.

Amendement 2

Ajouter du texte à l'article 2 – Définitions

Proposition de la Commission	Amendement
Aux fins du présent règlement, on entend par : ... (13) «usagers vulnérables des transports», les usagers des transports, y compris ceux issus des ménages à revenu intermédiaire de la tranche inférieure, qui sont sensiblement touchés par les effets sur les prix de l'intégration du transport routier dans le champ d'application de la directive 2003/87/CE et qui n'ont pas les moyens d'acheter des véhicules à émissions nulles ou faibles ou de passer à d'autres modes de transport durables, y compris les transports publics, notamment dans les zones rurales et isolées.	Aux fins du présent règlement, on entend par: (13) «usagers vulnérables des transports», les usagers des transports, y compris ceux issus des ménages à revenu intermédiaire de la tranche inférieure, qui sont sensiblement touchés par les effets sur les prix de l'intégration du transport routier dans le champ d'application de la directive 2003/87/CE et qui n'ont pas les moyens d'acheter des véhicules à émissions nulles ou faibles ou de passer à d'autres modes de transport durables, y compris les transports publics, notamment dans les zones rurales, isolées, et ultrapériphériques .

Exposé des motifs
Voir exposé de motifs amendement 1 et 3

Amendement 3

Ajouter du texte à l'article 4 – Contenu des plans sociaux pour le climat

Proposition de la Commission	Amendement
Les plans sociaux pour le climat comportent notamment les éléments suivants : ... (c) une estimation des effets probables de l'augmentation des prix sur les ménages, et en particulier sur l'incidence de la précarité énergétique, sur les microentreprises et sur les usagers des transports, comprenant notamment	Les plans sociaux pour le climat comportent notamment les éléments suivants : ... (c) une estimation des effets probables de l'augmentation des prix sur les ménages, et en particulier sur l'incidence de la précarité énergétique, sur les microentreprises et sur les usagers des transports, comprenant notamment une estimation et le recensement des ménages vulnérables, des

une estimation et le recensement des ménages vulnérables, des microentreprises vulnérables et des usagers vulnérables des transports. Ces effets doivent être analysés à un niveau suffisamment poussé de ventilation par région, en tenant compte d'éléments tels que l'accès aux transports publics et aux services de base et en répertoriant les zones les plus touchées, en particulier les territoires éloignés et ruraux;	microentreprises vulnérables et des usagers vulnérables des transports. Ces effets doivent être analysés à un niveau suffisamment poussé de ventilation par région, en tenant compte d'éléments tels que l'accès aux transports publics et aux services de base et en répertoriant les zones les plus touchées, en particulier les territoires éloignés et ruraux <u>et les régions ultrapériphériques</u> ;
--	---

Exposé des motifs
<p>L'article 349 du TFUE qui se trouve dans la septième partie, dispositions générales et finales, du TFUE (et des lors, applicable à toutes les politiques du traité) <i>reconnait que les RUP connaissent une situation économique et sociale qui est aggravée pas seulement par leur éloignement mais aussi par leur insularité, leur faible superficie, le relief et le climat difficiles, leur dépendance économique vis-à-vis d'un petit nombre de produits, facteurs dont la permanence et la combinaison nuisent gravement à leur développement...</i> et donc, elles doivent être mentionnées dans les plans sociaux des Etats concernés comme groupe de régions particulièrement vulnérables et touchées.</p> <p>Les Etats membres des RUP se sont prononcés en ce sens, dans leur Document de position commune aux 3 États membres et aux 9 Régions Ultrapériphériques dans le cadre de l'actualisation du partenariat stratégique de la Commission européenne avec les Régions Ultrapériphériques et de l'adoption de la communication pour ces régions, du 19 janvier 2022.</p>

Amendement 4

Ajouter du texte à l'article 5 - Principes régissant le fonds et l'éligibilité

Proposition de la Commission	Amendement
Principes régissant le Fonds et l'éligibilité ... 2. (e) la réduction du nombre de ménages vulnérables, en particulier ceux en situation de précarité énergétique, de microentreprises vulnérables et d'usagers vulnérables des transports, notamment dans les zones rurales et isolées.	2. (e) la réduction du nombre de ménages vulnérables, en particulier ceux en situation de précarité énergétique, de microentreprises vulnérables et d'usagers vulnérables des transports, notamment dans les zones rurales, isolées <u>et ultrapériphériques</u> .

Exposé des motifs
Voir exposé de motifs amendement 1 et 3

Amendement 5

Ajouter du texte à l'article 6 - Mesures et investissements à inclure dans les coûts totaux estimés des plans sociaux pour le climat

Proposition de la Commission	Amendement
<p>...2. Les États membres peuvent inclure les coûts des mesures et des investissements suivants dans les coûts totaux estimés des plans, pour autant qu'ils profitent principalement aux ménages vulnérables, aux microentreprises vulnérables ou aux usagers vulnérables des transports et qu'ils visent à:</p> <p>... (f) aider les entités publiques et privées à développer et à fournir des services abordables de transport et de mobilité à émissions nulles ou faibles et des options de mobilité active attrayantes pour les zones rurales, insulaires, montagneuses, éloignées et moins accessibles ou pour les régions ou territoires moins développés, y compris les zones périurbaines moins développées.</p>	<p>...2. Les États membres peuvent inclure les coûts des mesures et des investissements suivants dans les coûts totaux estimés des plans, pour autant qu'ils profitent principalement aux ménages vulnérables, aux microentreprises vulnérables ou aux usagers vulnérables des transports et qu'ils visent à:</p> <p>... (f) aider les entités publiques et privées à développer et à fournir des services abordables de transport et de mobilité à émissions nulles ou faibles et des options de mobilité active attrayantes pour les zones rurales, insulaires, montagneuses, éloignées et moins accessibles ou pour les régions ou territoires moins développés, y compris les zones périurbaines moins développées et les régions ultrapériphériques.</p>

Exposé des motifs
Voir exposé de motifs amendement 1 et 3. Cet article fait référence aux régions de l'article 174 du TFUE et doit aussi faire référence aux régions de l'article 349 TFUE.

SYSTEME D'ECHANGE DE QUOTAS D'EMISSION DE GAZ A EFFET DE SERRE

DIRECTIVE DU PARLEMENT EUROPÉEN ET DU CONSEIL

**MODIFIANT LA DIRECTIVE 2003/87/CE ETABLISSANT UN SYSTEME D'ECHANGE DE QUOTAS D'EMISSION DE GAZ A EFFET DE SERRE DANS L'UNION, LA
DECISION (UE) 2015/1814 CONCERNANT LA CREATION ET LE FONCTIONNEMENT D'UNE RESERVE DE STABILITE DU MARCHE POUR LE SYSTEME
D'ECHANGE DE QUOTAS D'EMISSION DE GAZ A EFFET DE SERRE DE L'UNION ET LE REGLEMENT (UE) 2015/757**

COMPTE TENU

– L'analyse d'impact qui accompagne la proposition :

The EU outermost regions are also heavily dependent on maritime transport for territorial continuity, for imports of raw materials, essential goods and other products, as well as for some exports. In addition, given their geographic location, (some) outermost regions rely on substantial maritime freight transport with neighbouring third countries. The geographical distribution of impacts will ultimately depend on the trade and economic characteristics of each individual country and region. Moreover, for countries where shipping is most important for extra-EU trade, a large geographical scope (MEXTRA50 or MEXTRA100) will have a higher impact compared to MINTRA only;

– Contribution de la Conférence des Présidents des RUP Annexe à la Déclaration finale de la XXVIème CPRUP :

Les RUP partagent des caractéristiques qui les rendent particulièrement vulnérables aux effets du changement climatique et elles restent fortement exposées aux phénomènes naturels extrêmes, dont la fréquence augmente avec le réchauffement climatique. Ces spécificités sont reconnues par la Commission

européenne, notamment dans sa communication établissant une nouvelle stratégie pour l'adaptation au changement climatique du 24 février 2021 qui énonce que les RUP sont déjà « confrontées à de graves problèmes d'adaptation ». Les RUP s'inscrivent dans la lignée des objectifs ambitieux fixés par l'Union européenne en matière de réduction des émissions de gaz à effet de serre et de neutralité carbone mais insistent sur la nécessité d'ajuster les politiques et stratégies européennes à leurs réalités géographiques, économiques et sociales tout à fait singulières au sein de l'UE.

- **Le document de position commune aux 3 États membres et aux 9 Régions Ultrapériphériques « Dans le cadre de l'actualisation du partenariat stratégique de la Commission européenne avec les Régions Ultrapériphériques et de l'adoption de la communication pour ces régions » :**

Une réflexion doit être menée sur la possibilité d'adopter des mesures dérogatoires à l'égard des transports maritimes et aériens, et sur la possibilité de mettre en place des mesures compensatoires pour alléger le coût de la transition écologique pour les citoyens. En effet, les caractéristiques des RUP, zones non interconnectées aux réseaux électriques nationaux, imposent des contraintes qui peuvent freiner la transition énergétique et le respect des objectifs de réduction des émissions de 55% d'ici 2030 si trop peu d'outils européens et nationaux sont mis à leur disposition.

Le fait qu'il s'agit de priorités stratégiques pour les RUP : la réduction du déficit d'accessibilité et la mise en place effective de liaisons aériennes et maritimes régulières, fiables et abordables vers ces régions ; la démarche de réduction des émissions des gaz à effet de serre sur les transports et la dépendance aux énergies carbonées sans nuire au développement économique de ces régions et à la fiabilité des transports et la mobilité à un tarif abordable pour les citoyens ;

La compétitivité des économies des RUP et la compensation de leur déficit d'accessibilité comme priorités stratégiques ;

- **Le Comité Européen des Régions dans son avis « Rapport de la Commission européenne relatif à la mise en œuvre d'un partenariat stratégique renouvelé avec les régions ultrapériphériques de l'Union européenne » de décembre 2020 :**

Préconise que soit préservé le nécessaire équilibre entre les objectifs environnementaux et les coûts sociaux élevés qu'ils pourraient induire dans les régions ultrapériphériques et que, dans le cadre des négociations internationales, la Commission européenne reconnaisse leur spécificité et exclue du système du système d'échange de quotas d'émission les vols effectués entre elles et les autres États membres de l'Union. Leur situation économique et sociale sera gravement affectée par ces plans s'ils ne prévoient pas en leur faveur des dérogations qui, dans ledit système d'échange de quotas d'émission, couvrent le transport tant maritime qu'aérien.

AMENDEMENT 1

Considérant 3 (bis)

Proposition de la Commission	Amendement
	Il convient d'accorder une attention particulière aux régions ultrapériphériques sur la base de l'article 349 du TFUE, compte tenu de leur forte dépendance à l'égard du transport maritime pour la continuité territoriale et l'importation et l'exportation de biens essentiels et de marchandises afin de garantir leur accessibilité et de ne pas pénaliser leurs citoyens par rapport au reste de l'UE.

Exposé des motifs

L'inclusion du transport maritime dans l'ETS risque d'engendrer une augmentation des coûts du transport maritime et in fine des biens de consommation pour les citoyens des RUP, ainsi qu'une perte d'attractivité de leurs ports dans leurs bassins géographiques respectifs. Ainsi, comme reconnu dans l'analyse d'impact qui accompagne la proposition :

The EU outermost regions are also heavily dependent on maritime transport for territorial continuity, for imports of raw materials, essential goods and other products, as well as for some exports. In addition, given their geographic location, (some) outermost regions rely on substantial maritime freight transport with neighbouring third countries.



Fort-de-France, 17 de maio de 2022

COMUNICADO DA IMPRENSA DE A CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida em Fort de France a 17 de maio de 2022, sob a presidência de Serge Letchimy, Presidente da coletividade territorial da Martinica, após uma primeira reflexão conjunta, tomou nota das orientações definidas na Comunicação da Comissão Europeia de 3 de maio de 2022, intitulada " Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE ".

Esta Comunicação surge na sequência das posições expressas pela Conferência dos Presidentes das RUP, tanto na declaração final, de 18 de novembro de 2021 (Ponta Delgada, Açores), como no contributo, do passado dia 19 de janeiro, adotado conjuntamente com a França, a Espanha e Portugal.

A Comunicação responde apenas parcialmente a algumas das nossas preocupações, como:

- Os problemas demográficos que os nossos territórios conhecem;
- O futuro das nossas frotas de pesca;
- A definição de meios concretos, nomeadamente legislativos, para a operacionalização, em concreto, da estratégia;
- Uma possível reforma do POSEI.

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas acolhe favoravelmente as novas orientações europeias que visam:

- Colocar como prioridade o bem-estar das populações das RUP, cidadãos europeus;
- Reforçar a parceria estratégica das RUP com a Comissão Europeia;
- Promover a qualidade do diálogo e da concertação através de novos instrumentos específicos;
- Prosseguir na adoção de medidas para as RUP adaptadas às suas necessidades;
- Adotar medidas urgentes, adaptadas e adequadas para a gestão dos desafios específicos da imigração irregular nas RUP, enquanto fronteiras últimas da UE.

A utilização, mais alargada, de novas oportunidades no âmbito das políticas sectoriais da União, até agora pouco acessíveis, constitui, igualmente, um passo positivo para o qual a Conferência reafirma o seu empenho.

No entanto, a Conferência espera a concretização rápida das medidas propostas na Comunicação e, num contexto de múltiplas crises, sublinha a urgência de respostas imediatas, que garantam que as RUP não sejam deixadas "à margem".

Assim, regista, nesta fase, o compromisso global da Comissão Europeia de utilizar o artigo 349.º do TFUE, contudo continua a interrogar-se e, portanto, a preocupar-se, com a sua não utilização, particularmente no contexto do pacote legislativo "Fit for 55", tão preocupante em termos de consequências para um tratamento justo das populações das RUP.

Recorda que a biodiversidade destes territórios nos situa de facto como contribuintes negativos no que respeita aos objetivos de redução de emissões de carbono.

Reitera que as suas populações já são penalizadas pelos sobrecustos resultantes do seu grande afastamento e não poderão suportar um novo imposto europeu sobre as emissões de carbono. Esta ameaça teria repercussões insuperáveis para as ligações aéreas e marítimas das suas regiões, tanto internas como externas.

Além disso, as suas regiões sofrem as consequências negativas das perturbações no abastecimento por via marítima: para além da escassez de matérias-primas, bens de consumo corrente, alimentos para animais e fertilizantes, em particular, há atrasos na entrega de mercadorias, um aumento excessivo no custo dos fretes, da energia e dos fatores de produção. O poder de compra das famílias está, neste momento, seriamente afetado e os vários sectores de atividade sofrem os significativos custos adicionais de natureza conjuntural, que acrescem aos sobrecustos estruturais ligados aos constrangimentos identificados no artigo 349.º do TFUE.

A recuperação pós crise sanitária está atualmente comprometida devido a uma nova onda de choque sobre as economias das RUP, imprevisível e massiva, que testemunha a particular vulnerabilidade destas regiões. Esta situação está a atrasar muito a execução dos projetos financiados pela REACT EU, exigindo, por isso, um adiamento de mais dois anos, para além de 31 de dezembro de 2023, para permitir que as RUP possam alcançar os seus objetivos de recuperação. Da mesma forma, requer medidas de simplificação e de flexibilização dos programas 2021-2027, em benefício dos cidadãos.

A Conferência apela assim à adoção urgente de soluções pragmáticas e à medida das suas necessidades a fim de evitar que o objetivo de uma recuperação económica, social e sustentável seja comprometido.

Concluindo, a Conferência insta a Comissão Europeia a elaborar em simultâneo um roteiro operacional e o respetivo calendário de concretização.

Finalmente, espera uma mobilização decisiva por parte da França, da Espanha e de Portugal para acelerar, completar e tornar esta estratégia operacional, começando já nas conclusões do Conselho da UE sobre as Regiões Ultraperiféricas do próximo mês de junho.



**Comité das Regiões
Europeu**

COTER-VII/23

153.^a reunião plenária de 8 e 9 de fevereiro de 2023

PROJETO DE PARECER

Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE

Relator: Pedro de Faria e Castro (PT-PPE)

Subsecretário regional da Presidência do Governo Regional dos Açores

Prazo de apresentação das alterações:

24 de janeiro de 2023, às 15 horas (hora de Bruxelas), utilizando a ferramenta em linha para a apresentação de alterações (disponível no Portal dos Membros: <https://memportal.cor.europa.eu/>).

Número de assinaturas exigido: 32.

Texto de referência

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE
COM(2022) 198 final

Projeto de parecer do Comité das Regiões Europeu – Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE

I. RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

O COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU

1. salienta os constrangimentos estruturais com que as regiões ultraperiféricas (RUP) são permanentemente confrontadas, identificados no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), e que foram exacerbados pela pandemia de COVID-19;
2. reconhece que a estratégia da UE para as RUP tem provado o seu valor no aprofundamento das medidas destinadas a salvaguardar a especificidade destas regiões no quadro da UE; todavia, a conjuntura causada pela pandemia de COVID-19, bem como a necessidade urgente de responder aos desafios económicos, sociais, culturais e ambientais atuais e futuros, evidenciou a necessidade de uma forçosa renovação da estratégia «Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE», de 2017;
3. congratula-se com o facto de a Comissão Europeia seguir a recomendação do CR de adaptar a estratégia da UE para as regiões ultraperiféricas, atendendo às graves consequências da pandemia, tal como proposto no Parecer do CR – Relatório da Comissão Europeia relativo à aplicação de uma parceria estratégica renovada com as regiões ultraperiféricas da UE, do relator Ángel Víctor Torres Pérez¹, bem como no Relatório do Parlamento Europeu – Para um reforço da parceria com as regiões ultraperiféricas da UE²;
4. recorda as várias diligências das RUP com vista à renovação da estratégia da Comissão Europeia, salientando a declaração política dos presidentes das RUP adotada aquando da reunião intercalar da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, de 3 de maio de 2021, nos Açores;
5. salienta o reforço da parceria entre a Comissão, os Estados-Membros e a Conferência dos Presidentes das RUP no processo de elaboração desta estratégia, que permitiu um diálogo proveitoso e permanente, através de plataformas e grupos de trabalho específicos;
6. congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia – Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE, que surge na sequência das posições expressas pela Conferência dos Presidentes das RUP, tanto na declaração final de 18 de novembro de 2021 (Ponta Delgada, Açores), como no contributo de 19 de janeiro de 2022, adotado conjuntamente com a França, a Espanha e Portugal;
7. acolhe com satisfação o compromisso da Comissão em reforçar o diálogo e a prestação de apoio personalizado a estas regiões, de modo que possam beneficiar plenamente das políticas da UE e

¹ [JO C 37 de 2.2.2021, p. 57.](#)

² [Relatório – Para um reforço da parceria com as regiões ultraperiféricas da UE.](#)

aproveitar o seu potencial, contribuindo assim para o reforço da presença da UE nas zonas de influência destas regiões;

8. reconhece a importância desta nova comunicação e frisa a necessidade de uma ação coordenada por parte dos órgãos de poder a nível supranacional, nacional, regional e local e de uma implementação rápida das medidas propostas e, num contexto de múltiplas crises, sublinha a urgência de respostas imediatas e eficazes, que garantam a sua recuperação económica, social e sustentável;
9. lamenta que, na nova comunicação da Comissão, algumas das políticas essenciais ao desenvolvimento das RUP tenham sido insuficientemente tratadas;
10. sublinha que as vulnerabilidades destas regiões reconhecidas no artigo 349.º do TFUE são ainda mais acentuadas pela multiplicidade de catástrofes naturais, cuja frequência aumenta em resultado do aquecimento global, e cuja escala e intensidade crescentes nas RUP continuam a ser motivo de grande preocupação;
11. constata que a guerra na Ucrânia está a exercer uma pressão adicional sobre estas já vulneráveis regiões e a comprometer a recuperação pós- crise sanitária. O poder de compra das famílias está, neste momento, seriamente afetado e os vários setores de atividade sofrem os significativos custos adicionais, que se vêm juntar aos sobrecustos estruturais atinentes aos constrangimentos estruturais destas regiões;
12. acolhe com agrado as conclusões do Conselho da União Europeia de 21 de junho de 2022 sobre esta comunicação da Comissão de 3 de maio e sublinha a sua importância com vista à implementação desta nova estratégia para as RUP;
13. exorta os Estados-Membros implicados a apoiarem as suas regiões ultraperiféricas a reforçarem as capacidades administrativas e a promoverem o desenvolvimento de competências para beneficiarem plenamente dos programas da UE;
14. acolhe com satisfação que a comunicação da Comissão Europeia constata que as RUP não se assemelhem, nem de facto nem de direito, a outras regiões europeias com características geográficas específicas, tais como as ilhas, as zonas de montanha ou as regiões com baixa densidade populacional;

Dar resposta às necessidades dos cidadãos

15. saúda o facto de a Comissão colocar a ênfase nas necessidades das pessoas que vivem nas RUP bem como numa recuperação económica e num crescimento sustentável e inclusivo que respondam a essas necessidades;
16. chama a atenção para a necessidade urgente de dar resposta às desigualdades sociais e económicas significativas das RUP face à Europa continental e insta a Comissão Europeia a apoiar estas regiões no processo de convergência com o resto da União Europeia;

17. congratula-se com a ênfase dada pela Comissão Europeia à importância de apoiar as especificidades das RUP na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na realização dos objetivos para 2030 da Cimeira Social do Porto em matéria de emprego, competências e redução da pobreza;

Prestar atenção ao desafio da migração

18. apela a um apoio firme e decisivo das instituições europeias face às crises migratórias, especialmente nas regiões fronteiriças externas da UE, as únicas responsáveis pelo acolhimento e acesso aos serviços básicos para os menores não acompanhados que chegam aos seus territórios, bem como pelo acompanhamento da vida adulta;
19. recorda a importância de dispor de um financiamento adequado nos fundos FAMI (Fundo para o Asilo, Migração e Integração) e FSI (Fundo para a Segurança Interna), garantindo a sua regionalização para agilizar o acesso aos fundos, principalmente em situações de crise, como as que sofrem de forma recorrente algumas RUP, como é o caso das Ilhas Canárias, Guiana ou Maiote, e valoriza positivamente o compromisso assumido a este respeito pela Comissão na sua nova estratégia;
20. anseia por novos progressos no Pacto sobre Migração e Asilo, à luz das lições aprendidas após a invasão russa da Ucrânia, explorando a possibilidade de ativar a Diretiva 2001/55/CE, de 20 de julho de 2001, para migrantes de outras zonas de conflito com forte impacto na UE, bem como as novas medidas previstas no Regulamento relativo à Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa (CARE), a fim de alcançar uma verdadeira solidariedade e uma partilha justa do fardo da migração entre todos os Estados-Membros;

Transição ecológica

21. acolhe com satisfação o reconhecimento pela Comissão de que as RUP necessitam de medidas particulares de adaptação às alterações climáticas pois estão particularmente expostas aos seus impactos, incluindo fenómenos meteorológicos extremos;
22. sublinha o compromisso da Comissão em continuar a ter devidamente em conta as RUP na execução do Fundo de Solidariedade da UE, bem como com o compromisso da Comissão em apoiar ações em matéria de prevenção dos riscos e resiliência no que diz respeito às catástrofes naturais e promover o intercâmbio de conhecimentos entre as RUP e os seus vizinhos;
23. insta a que se tenha em conta as repercussões do pacote legislativo Objetivo 55, que terá um grande impacto na competitividade e conectividade das RUP, mediante a aplicação sistemática e exaustiva do artigo 349.º do TFUE, após a elaboração de estudos de avaliação de impacto, com base nos quais deverão ser adotadas soluções à medida das RUP, adaptando a legislação, sempre que necessário, com vista a garantir um tratamento justo das populações que já têm de fazer face aos sobrecustos resultantes do seu grande afastamento, e assegurando que os agregados familiares e as empresas destas regiões altamente vulneráveis têm acesso ao Fundo Social para o Clima, ao Fundo de Modernização e ao financiamento para projetos de pequena dimensão disponibilizado ao abrigo do Fundo de Inovação;

24. alerta, neste sentido, para a maior vulnerabilidade destas regiões, devido ao seu afastamento e isolamento do continente europeu e, consequentemente, para o impacto que a consecução dos novos objetivos em matéria de emissões e tributação dos combustíveis, derivados do pacote Objetivo 55, terá sobre elas;
25. recorda que as RUP constituem sistemas energéticos isolados, sem possibilidade de conectar-se ao continente, e insta as instituições europeias a fomentarem a autonomia energética destas regiões através de políticas de apoio e fomento que permitam uma transição adequada da atual dependência da energia fóssil para sistemas sustentáveis a um custo acessível;

Reduzir o défice de acessibilidade

26. recorda a total dependência das RUP de transportes aéreos e marítimos fiáveis e a preços comportáveis para a mobilidade das suas populações e para o fornecimento de bens essenciais, na ausência de alternativas de transporte terrestre, que implica elevados encargos financeiros para os residentes e inerentes prejuízos para as economias locais e para o interesse público;
27. considera que é impossível promover a igualdade e a inclusão, bem como o desenvolvimento das RUP sem apostar numa estratégia para reduzir o distanciamento e isolamento destas regiões, que passa necessariamente por medidas adicionais para compensar o défice de acessibilidade e reduzir o fosso digital, de modo a desenvolver as RUP e dar uma maior dimensão à sua economia e aos problemas estruturais permanentes da ultraperiferia; recorda que o Instrumento de Emergência do Mercado Único deve ter em conta as RUP, a fim de assegurar que as cadeias de abastecimento não são interrompidas em tempos de crise;
28. tal como recomendado pelo Parlamento Europeu no seu Relatório – Para um reforço da parceria com as regiões ultraperiféricas da UE, convida a Comissão a avaliar a necessidade de implementação de um apoio no domínio dos transportes como instrumento adicional para compensar as desvantagens e prejuízos acumulados pelos custos dos transportes de passageiros e de mercadorias;
29. insta ao apoio aos projetos de reforço da conectividade das RUP. A este propósito, chama a atenção para a questão do apoio aos cabos submarinos, que continua a ser um desafio essencial para a segurança dos fluxos de dados, mas também para a qualidade do serviço e a acessibilidade das tarifas. A título de exemplo, a Reunião e a Região Autónoma dos Açores serão, em breve, confrontadas com a obsolescência dos seus cabos submarinos de comunicações eletrónicas. A tecnologia de satélite deve ser, igualmente, considerada para determinados territórios, tais como a Guiana Francesa, uma vez que não é possível instalar fibra em todas as zonas habitadas;

Agricultura e desenvolvimento rural

30. salienta a importância do setor agrícola para a economia, o ambiente, o ordenamento do território e o emprego nas RUP, tal como reconhecido pela UE ao instituir um tratamento específico através do regime do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade

(POSEI) e prever derrogações específicas na política agrícola comum (PAC), e defende a manutenção destas disposições;

31. regista positivamente que os instrumentos de auxílio estatal para o apoio à agricultura, à silvicultura e às zonas rurais permitam taxas de intensidade máxima mais elevadas para investimentos nas RUP e auxílios ao funcionamento, e que a Comissão tenha proposto a manutenção da provisão de condições especiais para estas regiões no âmbito da revisão que está a decorrer destes instrumentos;
32. sublinha, contudo, a importância de disposições específicas para as RUP em matéria de auxílios *de minimis* tendo em conta os sobrecustos adicionais que afetam qualquer empresa que opere no setor da produção primária de produtos agrícolas nas RUP;
33. considera, no que concerne ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que a opção por uma gestão centralizada dos planos estratégicos contraria os objetivos de simplificação, eficácia e eficiência que se pretendem alcançar, esperando que o impacto negativo desta opção possa ser minimizado, através de uma flexibilidade e descentralização adequadas de procedimentos no que respeita à aplicação dos planos estratégicos nas RUP;
34. insta à prossecução de uma estreita cooperação interinstitucional que permita que o orçamento do POSEI, instrumento essencial para o apoio à sustentabilidade das produções locais e para a adaptação da PAC às especificidades das RUP, possa vir a ser reforçado, respondendo às evidências da sua crónica suborçamentação e às reais necessidades das RUP, por forma a que o programa acompanhe a evolução dos setores agrícolas destas regiões e possa continuar a cumprir os seus objetivos;

Economia azul e pescas

35. recorda que as RUP reforçam a dimensão marítima da União Europeia, proporcionando-lhe o maior espaço marítimo do mundo, com mais de 25 milhões de km² de zona económica exclusiva (ZEE) e importantes oportunidades económicas;
36. acolhe com satisfação a importância atribuída às RUP no que concerne ao setor tradicional das pescas e às estratégias da economia azul para os próximos anos, bem como o compromisso da Comissão em rever os requisitos dos procedimentos de comunicação de dados e disposições que permitem auxílios estatais para a renovação da frota de pesca nestas regiões, tendo em conta as suas especificidades e apoiando os pescadores, assegurando simultaneamente uma pesca sustentável;

Auxílios estatais

37. congratula-se com o compromisso assumido pela Comissão Europeia na sua comunicação de ter em conta as especificidades das RUP na revisão dos regulamentos e das orientações em matéria de auxílios estatais em todos os setores, com base nas disposições em vigor para estas regiões na legislação da UE em matéria de auxílios estatais. Insta a uma maior flexibilidade nos regimes de auxílios estatais;

38. realça que deve ser dada particular atenção às regras relativas aos auxílios de Estado que reforcem e encorajem a conectividade das regiões ultraperiféricas, nomeadamente, no que se refere à revisão das orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas e aos auxílios ao transporte marítimo, bem como à revisão em curso dos regulamentos em matéria dos auxílios de Estado para a proteção ambiental, onde deverá ser adicionada uma categoria de auxílio ao investimento que permita às empresas das RUP cumprir as normas ambientais estabelecidas pela UE;
39. insta à criação de um fórum de reflexão entre as RUP e a Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia sobre a noção de auxílio com um «impacto puramente local», tendo em conta que mais de 90% das empresas situadas nas RUP são micro e pequenas empresas com baixa capacidade financeira e que os auxílios a essas regiões não podem afetar a concorrência no mercado interno, na medida em que visem atividades puramente locais;
40. sublinha ainda a importância de ser garantida a continuidade de todos os regimes fiscais das RUP, dado que qualquer interrupção poderá desestabilizar gravemente as economias e os empregos nessas regiões;

Turismo

41. chama a atenção para o papel fundamental do setor do turismo no desenvolvimento das RUP, uma atividade económica transversal, que tem uma grande repercussão no crescimento económico, no emprego e no desenvolvimento regional;
42. recorda o forte impacto da crise sanitária da COVID-19 sobre este setor, que provocou uma recessão sem precedentes na sua atividade;
43. salienta a vulnerabilidade deste setor, altamente exposto a externalidades geopolíticas, sanitárias e climáticas, e dependente de ligações aéreas e marítimas;
44. realça a necessidade de promover investimentos inovadores sustentáveis e resilientes para apoiar o desenvolvimento sustentável deste setor estratégico;
45. insta a Comissão Europeia a intensificar o desenvolvimento de uma política de turismo europeia que preveja a criação de uma Agência Europeia do Turismo, que apoie a dupla transição dos destinos turísticos europeus e que acelere a recuperação deste setor estratégico para estas regiões; subscreve a advertência do Parlamento Europeu quanto à necessidade de ter em conta as especificidades e os condicionalismos acrescidos destas regiões na elaboração e avaliação desta política e de prever financiamento adequado com vista a assegurar a sua acessibilidade e a sua transição climática e digital;

Dimensão externa

46. reconhece que a tripla pertença (europeia, nacional e regional) das RUP implica, por um lado, tirar melhor partido das vantagens do mercado interno e, por outro lado, integrar-se melhor no

seu ambiente imediato, reforçando as suas relações com os países terceiros vizinhos e parceiros, mas tendo sempre em conta as preocupações das RUP no contexto das negociações e acordos comerciais;

47. sublinha que as diferentes áreas geográficas nas quais se situam as RUP possuem características, desafios e oportunidades distintas, e que é, portanto, essencial construir em conjunto uma estratégia para cada uma destas áreas, com base num diagnóstico prévio, a fim de identificar os principais desafios comuns e de aproveitar todo o potencial de uma cooperação aprofundada;
48. salienta que este diagnóstico preliminar deve apoiar-se numa dupla reflexão: por um lado, uma reflexão sobre os desafios que a UE enfrenta nestas áreas, e por outro, sobre os efeitos destes desafios nos territórios europeus presentes nestas áreas, bem como as respostas que podem ser dadas pela UE;
49. regista com agrado o compromisso assumido pela Comissão Europeia na sua comunicação de identificar as oportunidades de cooperação regional e os desafios enfrentados pelas RUP, identificar os principais domínios de cooperação, desenvolver oportunidades e apoiar a colaboração, bem como promover intercâmbios entre as RUP. Exorta ainda os Estados-Membros implicados a promoverem a cooperação nestes domínios entre as RUP e os países e territórios ultramarinos, bem como com países terceiros. Incentiva os demais Estados-Membros a promoverem cooperação e intercâmbios entre as suas regiões e as RUP;
50. insta a Comissão a ter em conta o papel e as especificidades das RUP aquando da revisão das estratégias geográficas e a incluir as RUP nos mecanismos de consulta;

Conclusões

51. convida à adoção urgente de soluções pragmáticas e adaptadas, aplicando de forma sistemática o artigo 349.º do TFUE, a fim de evitar que o objetivo de uma recuperação económica, social e sustentável seja comprometido;
52. chama a atenção para a necessidade de um reforço efetivo da promoção da competitividade e avaliação prévia do impacto das políticas da UE nas RUP, com abordagens territorializadas, garantido a proteção dos rendimentos dos seus cidadãos;
53. exorta a Comissão Europeia a elaborar conjuntamente com as RUP e seus Estados-Membros um roteiro operacional, juntamente com um calendário.

Bruxelas,

II. PROCESSO

Título	Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE
Referências	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE – COM(2022) 198 final
Base jurídica	Artigo 307.º do TFUE
Processo regimental	Artigo 41.º, alínea b), subalínea i)
Data da consulta do Conselho/PE / Data da carta da Comissão	3 de maio de 2022
Data da decisão do presidente	7 de abril de 2022
Comissão competente	Comissão da Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE (COTER)
Relator	Pedro de Faria e Castro (PT.PPE), subsecretário regional da Presidência do Governo Regional dos Açores
Nota de análise	8 de setembro de 2022
Exame em comissão	23 de novembro de 2022
Data da adoção em comissão	23 de novembro de 2022
Resultado da votação em comissão (maioria, unanimidade)	Unanimidade
Adoção em plenária	8 de fevereiro de 2023
Parecer anterior do Comité	Parecer do Comité das Regiões Europeu – Relatório da Comissão Europeia relativo à aplicação de uma parceria estratégica renovada com as regiões ultraperiféricas da UE Ángel Víctor Torres Pérez (ES-PSE)
Data da consulta da Rede de Observância da Subsidiariedade	Não se aplica.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Presidente do Governo

A Sua Excelência
O Primeiro-Ministro
Dr. António Costa

Ponta Delgada, 11 de julho de 2022

Senhor Primeiro-Ministro,

Excelência,

A implementação do novo paradigma da União Europeia para "uma União mais verde", sem considerar a realidade das RUP'S deixa-nos apreensivos.

Estamos convictos que os nossos territórios têm a capacidade de se envolverem plenamente nestas novas prioridades.

Mas não poderemos alcançar estes ambiciosos objetivos sem uma verdadeira política de adaptação, que tenha em conta as nossas necessidades, as nossas especificidades, bem como o nosso valor acrescentado para a construção europeia.

Em face dos constrangimentos inerentes às Regiões Ultraperiféricas, devidamente consagrados no artigo 349.º do TFUE, os quais têm um carácter estrutural, verifica-se uma total dependência dos modos de transporte aéreo e marítimo, tanto para a mobilidade dos seus habitantes e visitantes, como para o transporte de bens essenciais.

Neste contexto, Senhor Primeiro-ministro, gostaria de salientar o impacto deste pacote no agravamento do custo de vida das nossas populações, que já têm de fazer face aos sobrecustos resultantes do seu grande



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Presidente do Governo

afastamento e não poderão suportar um novo imposto europeu sobre as emissões de carbono.

Uma ameaça que acarretará repercussões insuperáveis para as ligações aéreas e marítimas da nossa Região, tanto a nível interno como externo.

Tanto o pedido de derrogação relativo ao ETS aviação como o pedido de derrogação relativo ao ETS marítimo, foram solicitados pela nossa Região, bem como por todas as restantes RUP, sem limite temporal.

Todavia, nesta fase decisiva das negociações do Pacote Fit for 55, fomos confrontados com uma tomada de posição do Estado Português, que segue de perto as indicações do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, que não defende aquelas derrogações, em sede de negociação europeia, apresentando uma proposta que limita o pedido de derrogação ao ETS apenas para os voos entre as RUP e o respetivo Estado Membro, e introduzindo um limite temporal (2030), bem como no que diz respeito à negociação do ETS marítimo.

Esta posição fragiliza os interesses das nossas Regiões Ultraperiféricas e contraria as políticas adotadas pelo nosso país, até esta data sobre a matéria.

Em concreto, constitui um recuo face ao compromisso assumido, em janeiro do corrente ano, pelo governo da República em conjunto com os governos de Espanha e da França, e com os governos das nove Regiões Ultraperiféricas, no documento de posição comum no âmbito da atualização da parceria estratégica da Comissão Europeia com as Regiões Ultraperiféricas.

Acresce que, por ocasião da última conferência de Presidentes das RUP, o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus reafirmou apoio a esta posição das Regiões Ultraperiféricas portuguesas.

7
2



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Presidente do Governo

Chamo, ainda, a atenção de Vossa Excelência para o facto de recentemente ter ocorrido a aprovação, por uma larga maioria, do texto final do projeto de relatório do Parlamento Europeu relativo ao ETS, no qual contempla as alterações que têm vindo a ser reivindicadas pela Região Autónoma dos Açores, no que se refere ao setor da aviação.

Tendo em conta o compromisso assumido pelo Estado Português, bem como a posição política do Parlamento Europeu, esperamos que o Estado reforce a defesa dos interesses das Regiões Ultraperiféricas portuguesas em sede de Conselho, diligenciando a manutenção da derrogação atualmente existente no âmbito do ETS aviação, e igual derrogação para o setor marítimo, de forma a não agravar o défice de acessibilidade e de competitividade e as consequentes repercussões sobre as populações e a economia das nossas Regiões.

Esperamos poder contar com a vossa especial sensibilidade e atenção nestas questões que afetam as Regiões Ultraperiféricas portuguesas, e as Regiões Ultraperiféricas em geral, de forma a que este pacote não penalize a Região, com um imposto adicional sobre os voos dos Açores para fora de Portugal – e não apenas para os voos entre as ilhas e para o continente português, como propõe o Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Por conseguinte, consideramos que a intervenção de Vossa Excelência é fundamental para assegurar que esta pretensão das Regiões Ultraperiféricas portuguesas, reivindicação justa e legítima, seja acolhida e defendida pelo Estado Português.

Agradecendo antecipadamente a atenção de Vossa Excelência, queira aceitar Senhor Primeiro-ministro, a expressão da minha mais elevada consideração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
O Presidente do Governo

Com os melhores cumprimentos, *de elevada consideração,*
também pessoal

O Presidente do Governo dos Açores

José Manuel Bolieiro

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 13:45
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-543.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.^{te}

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16

9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



[Portal do Governo](#)



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves [REDACTED] <>

Enviada: 30 de dezembro de 2022 15:08

Para: [REDACTED]

Cc: [REDACTED]

Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor

Chefe da Delegação do PSD no Parlamento Europeu

Dr. José Manuel Fernandes

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/543, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves
Secretária Pessoal



Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Largo do Colégio, 4
9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 13:45
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-541.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.^{te}

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16

9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



[Portal do Governo](#)



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves

Enviada: 30 de dezembro de 2022 15:02

Para:

Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exma. Senhora

Comissária para a pasta Coesão e Reformas

Dra. Elisa Ferreira

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/541, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves

Secretária Pessoal



Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Largo do Colégio, 4

9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 13:45
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-540.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.^{te}

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16

9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



Portal do Governo



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves

Enviada: 30 de dezembro de 2022 14:41

Para:

Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor

Comissário Europeu, responsável pelo Ambiente, Oceanos e Pescas

Virginijus Sinkevicius

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/540, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves
Secretária Pessoal



Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Largo do Colégio, 4
9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 13:44
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-547.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.te

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16
9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



[Portal do Governo](#)



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves
Enviada: 30 de dezembro de 2022 15:23
Para: Gabinete MIH <gabinete.ministro@mih.gov.pt>
Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor

Sua Excelência o Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/547, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves
Secretária Pessoal



GOVERNO
DOS AÇORES

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Largo do Colégio, 4

9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 13:44
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-546.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.^{te}

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16
9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



Portal do Governo



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves
Enviada: 30 de dezembro de 2022 15:21
Para: gabinete.maac@maac.gov.pt
Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor

Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Dr. José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/546, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves
Secretária Pessoal



GOVERNO
DOS AÇORES

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Largo do Colégio, 4

9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 13:44
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-542.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.^{te}

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff
GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16
9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



[Portal do Governo](#)



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves [REDACTED]
Enviada: 30 de dezembro de 2022 15:30
Para: [REDACTED]
Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor
Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros
Prof. Dr. João Titterigton Gomes Cravinho

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/542, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves
Secretária Pessoal



Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Largo do Colégio, 4
9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Duarte MCP. Pimentel
Enviado: 3 de janeiro de 2023 15:20
Para: Carlos EP. Amaral
Cc: Maria GMB. Cabral
Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores
Anexos: S-GSRTMI-2022-544.PDF

Senhor DRAECE,

Remeto para cc e consideração.

At.^{te}

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe do Gabinete/ Chief of Staff

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



GOVERNO
DOS AÇORES

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16

9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



srp@azores.gov.pt



[Portal do Governo](#)



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

De: Délia CFA. Chaves

Enviada: 3 de janeiro de 2023 14:27

Para:

Cc: gabinete.seaeu@pm.gov.pt

Assunto: FW: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Prof. Dr. Tiago Barreto Caldeira Antunes

Desde já, peço desculpa pelo lapso, segue a digitalização correta do ofício S-GSRTMI/2022/544
Grata pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves

Secretária Pessoal

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Largo do Colégio, 4
9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477

De: Délia CFA. Chaves

Enviada: 30 de dezembro de 2022 15:17

Para: [REDACTED]

Assunto: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor
Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
Prof. Dr. Tiago Barreto Caldeira Antunes

Encarrega-me a S. E. a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, de remeter a V. Exa. o ofício S-GSRTMI/2022/544, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Délia Chaves
Secretária Pessoal

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Largo do Colégio, 4
9500-054 Ponta Delgada

☎: +351 296 248 477 - EXT (GRA) 415 477



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Exmo. Senhor

Comissário Europeu responsável pelo
Ambiente, Oceanos e Pescas

Virginijus Sinkevičius

cab-sinkevicius-contact@ec.europa.eu

S/Referência

S/Comunicação

N/Comunicação

Data

S-GSRTMI/2022/540

29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a distância remota, a fragmentação, a pequena área territorial, a exposição a fenómenos de extrema agressividade meteorológica, o nível do PIB per capita, a dificuldade de criação de economias de escala, a fragilidade do mercado interno e os desequilíbrios sociais – é mais do que justificável que se mantenham as isenções hoje em vigor.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Note-se que as RUP, por todas as características acima referidas, são, atualmente, muito dependentes do setor do turismo para o desenvolvimento da economia. É o único setor que nas condições atuais consegue crescer de forma sustentada, criando postos de trabalho e gerando riqueza, mas também potenciando o crescimento de todos os outros setores, como a agricultura, a pesca, o comércio e vários serviços. Causar um estrangulamento no desenvolvimento do setor do turismo será altamente pernicioso para o desenvolvimento das RUP no imediato e a longo prazo, levando mesmo a que se deslocalize tráfego turístico, investimento e consumo das RUP para outros destinos fora da União Europeia, nomeadamente no Norte de África.

É, igualmente, incompreensível que se aleguem argumentos de sustentabilidade para não isentar as RUP no âmbito do ETS. Evidencia a incapacidade de compreender que: 1) as RUP estão em níveis muito mais sustentáveis do que qualquer outra parcela territorial da União Europeia, como aliás atesta a certificação que os Açores ostentam desde 2019; 2) o conceito de sustentabilidade se baseia no equilíbrio perene entre Ambiente, Economia e Sociedade e não na penalização de alguns desses pilares para a proteção de apenas um deles; e 3) o acordo relativamente ao ETS Aviação irá causar ineficiências no sistema de transporte aéreo, levando ao estabelecimento de mais voos de ligação com stop overs em hubs nacionais em detrimento de voos diretos, que são mais eficientes ao nível da poluição do que em rotas com várias ligações.

Acreditamos no bom senso e no devido estudo da realidade das RUP quando se trata de decisões estruturais no seio da União Europeia, pelo que apelamos à vossa mobilização nesta causa e na defesa intransigente do equilíbrio de economias e sociedades altamente fragilizadas perante as decisões que se vislumbram. Acreditamos, também, com é, aliás, evidente pelo nosso modelo de desenvolvimento – um caso de estudo e referência para a própria Comissão Europeia – na defesa do ambiente e na proteção da natureza, pelo que reforçamos a necessidade de se reconsiderarem os pressupostos do acordo que está prestes a ser confirmado formalmente. A realidade das RUP é demasiado frágil e específica para ser alvo de experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Com os melhores cumprimentos, *e elevado Cardeal*

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas



(Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Exma. Senhora
Comissária para a pasta Coesão e
Reformas
Dra. Elisa Ferreira
cab-ferreira-contact@ec.europa.eu

S/Referência	S/Comunicação	N/Comunicação	Data
		S-GSRTMI/2022/541	29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a distância remota, a fragmentação, a pequena área territorial, a exposição a fenómenos de extrema agressividade meteorológica, o nível do PIB per capita, a dificuldade de criação de economias de escala, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

fragilidade do mercado interno e os desequilíbrios sociais – é mais do que justificável que se mantenham as isenções hoje em vigor.

Note-se que as RUP, por todas as características acima referidas, são, atualmente, muito dependentes do setor do turismo para o desenvolvimento da economia. É o único setor que nas condições atuais consegue crescer de forma sustentada, criando postos de trabalho e gerando riqueza, mas também potenciando o crescimento de todos os outros setores, como a agricultura, a pesca, o comércio e vários serviços. Causar um estrangulamento no desenvolvimento do setor do turismo será altamente pernicioso para o desenvolvimento das RUP no imediato e a longo prazo, levando mesmo a que se deslocalize tráfego turístico, investimento e consumo das RUP para outros destinos fora da União Europeia, nomeadamente no Norte de África.

É, igualmente, incompreensível que se aleguem argumentos de sustentabilidade para não isentar as RUP no âmbito do ETS. Evidencia a incapacidade de compreender que: 1) as RUP estão em níveis muito mais sustentáveis do que qualquer outra parcela territorial da União Europeia, como aliás atesta a certificação que os Açores ostentam desde 2019; 2) o conceito de sustentabilidade se baseia no equilíbrio perene entre Ambiente, Economia e Sociedade e não na penalização de alguns desses pilares para a proteção de apenas um deles; e 3) o acordo relativamente ao ETS Aviação irá causar ineficiências no sistema de transporte aéreo, levando ao estabelecimento de mais voos de ligação com stop overs em hubs nacionais em detrimento de voos diretos, que são mais eficientes ao nível da poluição do que em rotas com várias ligações.

Acreditamos no bom senso e no devido estudo da realidade das RUP quando se trata de decisões estruturais no seio da União Europeia, pelo que apelamos à vossa mobilização nesta causa e na defesa intransigente do equilíbrio de economias e sociedades altamente fragilizadas perante as decisões que se vislumbram. Acreditamos, também, com é, aliás, evidente pelo nosso modelo de desenvolvimento – um caso de estudo e referência para a própria Comissão Europeia – na defesa do ambiente e na proteção da natureza, pelo que reforçamos a necessidade de se reconsiderarem os pressupostos do acordo que está prestes a ser confirmado formalmente. A realidade das RUP é demasiado frágil e específica para ser alvo de experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

(Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Exmo. Senhor
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Prof. Dr. João Titterigton Gomes Cravinho
Palácio das Necessidades
Largo do Rilvas
1399-030 Lisboa
pedro.carneiro@mne.gov.pt

S/Referência	S/Comunicação	N/Comunicação	Data
		S-GSRTMI/2022/542	29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a distância remota, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

fragmentação, a pequena área territorial, a exposição a fenómenos de extrema agressividade meteorológica, o nível do PIB per capita, a dificuldade de criação de economias de escala, a fragilidade do mercado interno e os desequilíbrios sociais – é mais do que justificável que se mantenham as isenções hoje em vigor.

Note-se que as RUP, por todas as características acima referidas, são, atualmente, muito dependentes do setor do turismo para o desenvolvimento da economia. É o único setor que nas condições atuais consegue crescer de forma sustentada, criando postos de trabalho e gerando riqueza, mas também potenciando o crescimento de todos os outros setores, como a agricultura, a pesca, o comércio e vários serviços. Causar um estrangulamento no desenvolvimento do setor do turismo será altamente pernicioso para o desenvolvimento das RUP no imediato e a longo prazo, levando mesmo a que se desloquize tráfego turístico, investimento e consumo das RUP para outros destinos fora da União Europeia, nomeadamente no Norte de África.

É, igualmente, incompreensível que se aleguem argumentos de sustentabilidade para não isentar as RUP no âmbito do ETS. Evidencia a incapacidade de compreender que: 1) as RUP estão em níveis muito mais sustentáveis do que qualquer outra parcela territorial da União Europeia, como aliás atesta a certificação que os Açores ostentam desde 2019; 2) o conceito de sustentabilidade se baseia no equilíbrio perene entre Ambiente, Economia e Sociedade e não na penalização de alguns desses pilares para a proteção de apenas um deles; e 3) o acordo relativamente ao ETS Aviação irá causar ineficiências no sistema de transporte aéreo, levando ao estabelecimento de mais voos de ligação com stop overs em hubs nacionais em detrimento de voos diretos, que são mais eficientes ao nível da poluição do que em rotas com várias ligações.

Acreditamos no bom senso e no devido estudo da realidade das RUP quando se trata de decisões estruturais no seio da União Europeia, pelo que apelamos à vossa mobilização nesta causa e na defesa intransigente do equilíbrio de economias e sociedades altamente fragilizadas perante as decisões que se vislumbram. Acreditamos, também, com é, aliás, evidente pelo nosso modelo de desenvolvimento – um caso de estudo e referência para a própria Comissão Europeia – na defesa do ambiente e na proteção da natureza, pelo que reforçamos a necessidade de se reconsiderarem os pressupostos do acordo que está prestes a ser confirmado formalmente. A realidade das RUP é demasiado frágil e específica para ser alvo de experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos, 

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas



(Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Gabinete da Secretária Regional

Exmo. Senhor
Chefe da Delegação do PSD no
Parlamento Europeu
Dr. José Manuel Fernandes
josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu

S/Referência	S/Comunicação	N/Comunicação	Data
		S-GSRTMI/2022/543	29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a



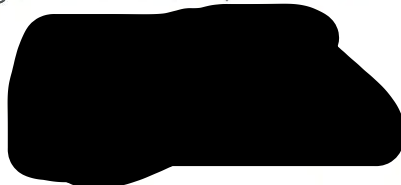
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Gabinete da Secretária Regional

experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos, *e eleva de consideração*

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas



Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral



P.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Gabinete da Secretária Regional

Exmo. Senhor
Secretário de Estado dos Assuntos
Europeus
Prof. Dr. Tiago Barreto Caldeira Antunes
Rua Cova da Moura, 1
Estrela
1350-115 Lisboa
gabseaae@mne.gov.pt

S/Referência	S/Comunicação	N/Comunicação	Data
		S-GSRTMI/2022/544	29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

12.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Gabinete da Secretária Regional

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a distância remota, a fragmentação, a pequena área territorial, a exposição a fenómenos de extrema agressividade meteorológica, o nível do PIB per capita, a dificuldade de criação de economias de escala, a fragilidade do mercado interno e os desequilíbrios sociais – é mais do que justificável que se mantenham as isenções hoje em vigor.

Note-se que as RUP, por todas as características acima referidas, são, atualmente, muito dependentes do setor do turismo para o desenvolvimento da economia. É o único setor que nas condições atuais consegue crescer de forma sustentada, criando postos de trabalho e gerando riqueza, mas também potenciando o crescimento de todos os outros setores, como a agricultura, a pesca, o comércio e vários serviços. Causar um estrangulamento no desenvolvimento do setor do turismo será altamente pernicioso para o desenvolvimento das RUP no imediato e a longo prazo, levando mesmo a que se deslocalize tráfego turístico, investimento e consumo das RUP para outros destinos fora da União Europeia, nomeadamente no Norte de África.

É, igualmente, incompreensível que se aleguem argumentos de sustentabilidade para não isentar as RUP no âmbito do ETS. Evidencia a incapacidade de compreender que: 1) as RUP estão em níveis muito mais sustentáveis do que qualquer outra parcela territorial da União Europeia, como aliás atesta a certificação que os Açores ostentam desde 2019; 2) o conceito de sustentabilidade se baseia no equilíbrio perene entre Ambiente, Economia e Sociedade e não na penalização de alguns desses pilares para a proteção de apenas um deles; e 3) o acordo relativamente ao ETS Aviação irá causar ineficiências no sistema de transporte aéreo, levando ao estabelecimento de mais voos de ligação com stop overs em hubs nacionais em detrimento de voos diretos, que são mais eficientes ao nível da poluição do que em rotas com várias ligações.

Acreditamos no bom senso e no devido estudo da realidade das RUP quando se trata de decisões estruturais no seio da União Europeia, pelo que apelamos à vossa mobilização nesta causa e na defesa intransigente do equilíbrio de economias e sociedades altamente fragilizadas perante as decisões que se vislumbram. Acreditamos, também, com é, aliás, evidente pelo nosso modelo de desenvolvimento –



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Gabinete da Secretária Regional

um caso de estudo e referência para a própria Comissão Europeia – na defesa do ambiente e na proteção da natureza, pelo que reforçamos a necessidade de se reconsiderarem os pressupostos do acordo que está prestes a ser confirmado formalmente. A realidade das RUP é demasiado frágil e específica para ser alvo de experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos, *e elevado consideração pessoal.*

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas



Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

h

Exmo. Senhor
Ministro do Ambiente e da Ação Climática
Dr. José Duarte Piteira Rica Silvestre
Cordeiro
Rua de «O Século», n.º 51
1200-433 Lisboa
gabinete.maac@maac.gov.pt

S/Referência	S/Comunicação	N/Comunicação	Data
		S-GSRTMI/2022/546	29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a distância remota, a fragmentação, a pequena área territorial, a exposição a fenómenos de extrema agressividade



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Mr.

meteorológica, o nível do PIB per capita, a dificuldade de criação de economias de escala, a fragilidade do mercado interno e os desequilíbrios sociais – é mais do que justificável que se mantenham as isenções hoje em vigor.

Note-se que as RUP, por todas as características acima referidas, são, atualmente, muito dependentes do setor do turismo para o desenvolvimento da economia. É o único setor que nas condições atuais consegue crescer de forma sustentada, criando postos de trabalho e gerando riqueza, mas também potenciando o crescimento de todos os outros setores, como a agricultura, a pesca, o comércio e vários serviços. Causar um estrangulamento no desenvolvimento do setor do turismo será altamente pernicioso para o desenvolvimento das RUP no imediato e a longo prazo, levando mesmo a que se deslocalize tráfego turístico, investimento e consumo das RUP para outros destinos fora da União Europeia, nomeadamente no Norte de África.

É, igualmente, incompreensível que se aleguem argumentos de sustentabilidade para não isentar as RUP no âmbito do ETS. Evidencia a incapacidade de compreender que: 1) as RUP estão em níveis muito mais sustentáveis do que qualquer outra parcela territorial da União Europeia, como aliás atesta a certificação que os Açores ostentam desde 2019; 2) o conceito de sustentabilidade se baseia no equilíbrio perene entre Ambiente, Economia e Sociedade e não na penalização de alguns desses pilares para a proteção de apenas um deles; e 3) o acordo relativamente ao ETS Aviação irá causar ineficiências no sistema de transporte aéreo, levando ao estabelecimento de mais voos de ligação com stop overs em hubs nacionais em detrimento de voos diretos, que são mais eficientes ao nível da poluição do que em rotas com várias ligações.

Acreditamos no bom senso e no devido estudo da realidade das RUP quando se trata de decisões estruturais no seio da União Europeia, pelo que apelamos à vossa mobilização nesta causa e na defesa intransigente do equilíbrio de economias e sociedades altamente fragilizadas perante as decisões que se vislumbram. Acreditamos, também, com é, aliás, evidente pelo nosso modelo de desenvolvimento – um caso de estudo e referência para a própria Comissão Europeia – na defesa do ambiente e na proteção da natureza, pelo que reforçamos a necessidade de se reconsiderarem os pressupostos do acordo que está prestes a ser confirmado formalmente. A realidade das RUP é demasiado frágil e específica para ser alvo de experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.

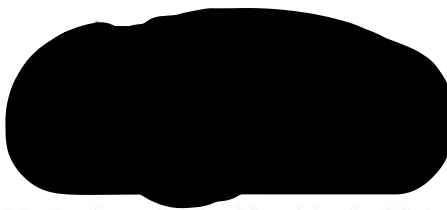


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos, *e elevado Passadouro*

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas



(Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Exmo. Senhor
Ministro das Infraestruturas e da
Habitação
Av. Barbosa du Bocage, 5 – 5º
1049-039 Lisboa
gabinete.ministro@mih.gov.pt

S/Referência	S/Comunicação	N/Comunicação	Data
		S-GSRTMI/2022/547	29/12/2022

ASSUNTO: Emissions Trading System (ETS) Aviação - Região Autónoma dos Açores

No início do mês de dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório, que será ratificado em janeiro, relativamente ao Emissions Trading System (ETS) Aviação, que terá gravíssimas consequências para a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

O acordo atual não isenta os voos de ligação das regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia a outros Estados Membros, embora mantenha as isenções entre estas regiões e o Estado Membro ao qual pertencem. Esta situação surge após inúmeros avisos e manifestações de discordância por parte dos Açores e da Madeira, uma vez que causará profundos impactos na competitividade e na atratividade destas regiões em termos turísticos, produzindo uma significativa perda de valor económico e a destruição de inúmeros postos de trabalho.

No paradigma atual de desenvolvimento económico e perante os condicionalismos naturais, legalmente reconhecidos das RUP, esta decisão do Conselho e do Parlamento Europeu desvirtua liminarmente o conteúdo e o espírito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. É igualmente incoerente com os conceitos de solidariedade e de coesão regional que têm sido fundamentos de base do desenvolvimento da própria União Europeia.

Não podemos aceitar que se defenda que atribuir isenções e derrogações às RUP relativamente ao ETS possa causar distorções na concorrência, pois quem invoque tais argumentos revela um profundíssimo desconhecimento da realidade nestas regiões. Por todas as condicionantes naturais, sociais e económicas – onde se incluem a distância remota, a fragmentação, a pequena área territorial, a exposição a fenómenos de extrema agressividade meteorológica, o nível do PIB per capita, a dificuldade de criação de economias de escala, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

fragilidade do mercado interno e os desequilíbrios sociais – é mais do que justificável que se mantenham as isenções hoje em vigor.

Note-se que as RUP, por todas as características acima referidas, são, atualmente, muito dependentes do setor do turismo para o desenvolvimento da economia. É o único setor que nas condições atuais consegue crescer de forma sustentada, criando postos de trabalho e gerando riqueza, mas também potenciando o crescimento de todos os outros setores, como a agricultura, a pesca, o comércio e vários serviços. Causar um estrangulamento no desenvolvimento do setor do turismo será altamente pernicioso para o desenvolvimento das RUP no imediato e a longo prazo, levando mesmo a que se deslocalize tráfego turístico, investimento e consumo das RUP para outros destinos fora da União Europeia, nomeadamente no Norte de África.

É, igualmente, incompreensível que se aleguem argumentos de sustentabilidade para não isentar as RUP no âmbito do ETS. Evidencia a incapacidade de compreender que: 1) as RUP estão em níveis muito mais sustentáveis do que qualquer outra parcela territorial da União Europeia, como aliás atesta a certificação que os Açores ostentam desde 2019; 2) o conceito de sustentabilidade se baseia no equilíbrio perene entre Ambiente, Economia e Sociedade e não na penalização de alguns desses pilares para a proteção de apenas um deles; e 3) o acordo relativamente ao ETS Aviação irá causar ineficiências no sistema de transporte aéreo, levando ao estabelecimento de mais voos de ligação com stop overs em hubs nacionais em detrimento de voos diretos, que são mais eficientes ao nível da poluição do que em rotas com várias ligações.

Acreditamos no bom senso e no devido estudo da realidade das RUP quando se trata de decisões estruturais no seio da União Europeia, pelo que apelamos à vossa mobilização nesta causa e na defesa intransigente do equilíbrio de economias e sociedades altamente fragilizadas perante as decisões que se vislumbram. Acreditamos, também, com é, aliás, evidente pelo nosso modelo de desenvolvimento – um caso de estudo e referência para a própria Comissão Europeia – na defesa do ambiente e na proteção da natureza, pelo que reforçamos a necessidade de se reconsiderarem os pressupostos do acordo que está prestes a ser confirmado formalmente. A realidade das RUP é demasiado frágil e específica para ser alvo de experimentalismos e decisões cegas, que trarão consequências impensáveis para os próprios princípios fundadores da União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Gabinete da Secretária Regional

Gratos pela atenção, reforçamos o apelo para uma intervenção imediata, assertiva e consequente de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos, *eleu do candidato*.

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas



(Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral)

Comunicação	Data
O Governo Regional dos Açores alertou para o facto de que o "o afastamento das RUP do continente europeu impede a realização do princípio da continuidade territorial, tornando-se assim indispensável que a realidade das RUP esteja integrada numa política comum de transportes de forma a permitir o acesso a um apoio semelhante ao MIE, a atribuir às RUP."	09/09/2021
<p>Apesar de se considerar que as medidas propostas serão úteis para a redução das emissões de gases de efeito estufa, alertamos para a preocupação da Região acerca da transferência para os consumidores dos custos de carbono.</p> <p>Neste sentido, considerou-se pertinente a existência de um mecanismo de apoio financeiro que "vise assegurar a descarbonização garantindo simultaneamente a sustentabilidade, a competitividade e um desenvolvimento económico e social equilibrado."</p>	28/09/2021
O Governo Regional dos Açores apoiou a proposta da Região Autónoma da Madeira que sugere a eliminação do limite temporal e apela a que a derrogação seja aplicável aos voos entre RUP e o território do EEE.	01/03/2022
O Governo Regional dos Açores subscreveu a proposta da Região Autónoma da Madeira que apela a que as derrogações se apliquem aos voos entre as RUP e o EEE, e propõe que seja retirado o limite temporal de 2030.	5/04/2022
<p>O Governo Regional dos Açores subscreveu a proposta da Região Autónoma da Madeira, contudo consideramos que o texto proposto não englobava as ligações entre a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira, pelo que se sugeriu a seguinte redação:</p> <p><u>Amendment</u></p> <p><u>Article 12</u></p> <p><i>The obligation to surrender allowances does not apply, for emissions from connections between a port located in an Outermost Region of a Member State and a port located in the same Member State, including ports within <u>and between the Outermost Regions of the same Member State.</u></i></p>	06/04/2022

<p>Manifestação de desacordo pelo “facto de o MAAC [Ministério do Ambiente e Ação Climática] pretender adotar o mesmo conteúdo no que concerne às derrogações do ETS aviação para o marítimo, por ser uma forma mais fácil de convencer a Comissão.”</p> <p>No que respeita ao ETS Marítimo, e atendendo à especificidade da Região (9 ilhas), referimos que seria fundamental assegurar o abastecimento de todas as ilhas da Região.</p> <p>Neste sentido, remetemos a seguinte sugestão de redação artigo 12 ou então no artigo 3g:</p> <p><i>Article 12</i></p> <p><i>The obligation to surrender allowances does not apply, for emissions from connections between a port located in an Outermost Region of a Member State and a port located in the same Member State, <u>including ports within and between the Outermost Regions of the same Member State.</u></i></p> <p><i>Article 3g</i></p> <p><i>Scope of application to maritime transport activities</i></p> <p><i>3. By way of derogation from Articles 12(2a), 14(3) and Article 16, Member States shall consider the requirements set out in those provisions to be satisfied and shall take no action against shipping companies in respect of emissions taking place until 2030 from voyages between a port located in an outermost region of a Member State and a port located in the same Member State outside that outermost region. ,including ports within and between the Outermost Regions of the same Member State.</i></p>	<p>13/04/2022</p>
<p>Manifestamos o apoio da Região Autónoma dos Açores às alterações do Parlamento Europeu.</p>	<p>05/07/2022</p>